

REVISTA DE HISTORIA

TYP. DA EMPR. LITTER. E TYPOGRAPHICA
● (Officinas movidas a electricidade) ●
R. ELIAS GARCIA, 184 • PORTO • MCMXV.



Duquesne de Lafleur

O que é a Academia (Real) das Sciencias de Lisboa.

(1779-1915)

A Academia Real das Sciencias de Lisboa — desde outubro de 1910 simplesmente Academia das Sciencias de Lisboa — foi fundada em 1779, no reinado de D. Maria I, por diligencias do 2.º Duque de Lafões, D. João Carlos de Bragança, e do P.º José Francisco Corrêa da Serra, botânico illustre. O 2.º Duque de Lafões (1719-1806) pertencia á familia real, como filho segundo do infante D. Miguel e neto do rei D. Pedro II; por motivo da situação creada á nobreza pela politica do Marquez de Pombal saiu do reino e viajou largamente por paizes de Europa e Asia, militou nos exercitos de Maria Thereza de Austria na guerra dos Sete Annos, e assistiu largamente em Inglaterra, onde recebeu a honra de ser eleito membro da Real Sociedade de Londres. O P.º Corrêa da Serra (1715-1823), cuidadosamente educado em Roma, segundo alguns já sob os auspícios do benemerito duque, viajou tambem largamente por Europa e America, residiu em Londres, onde foi conselheiro da legação portugueza e teve tambem a honrosa eleição de socio da Real Sociedade de Londres. Unidos por estreita intimidade intellectual, muito cultos de espirito e animados de progressiva neophilia, concertaram a fundação da Academia, o duque prestando á nova empresa o seu operoso valimento na côrte de sua segunda prima, a rainha D. Maria I; Corrêa da Serra orientando-a com seu entendimento de perito.

O gosto das academias era já velho em Portugal, que nessa tendencia promptamente acompanhára a Italia, sua creadora. Desde 1628, data da fundação da mais antiga academia portugueza de que ha noticia certa, a *Academia dos Singulares*, até 1779, anno da approvação dos primeiros estatutos da Academia Real das Sciencias, existiram numerosas dessas corporações para o cultivo da poesia, da eloquencia, centros de gosto gongorico em que se poetava e discorria com a maior gravidade sobre frivolos themas. Nesse largo movimento academicista poucas são as instituições dignas de menção, e dessas ainda seleccionaremos as muito principaes que são em nosso entender: a *Academia Real de Historia Portuguesa*, fundada por D. João V em 1720 para a preparação da historia ecclesiastica de Portugal, que produziu alguns volumes de valor; a *Academia Portuguesa em Roma*, fundada pelo mesmo soberano, para os estudantes portuguezes das artes de pintura e esculptura, que, entre outros discipulos, contou Vieira Portuense, Domingos José de Sequeira, dos maiores pintores de Portugal; a *Academia Liturgica Pontificia*, em Coimbra, concedida por Benedito XIV em 1747, como delegação da *Academia dos Sagrados Ritos e Historia Ecclesiastica*, de Roma; e a *Arcadia Lusitana*, corporação particular fundada em 1756 pelos poetas Antonio Diniz, estimado auctor do poema satyrico *O Hyssope*, Esteves Negrão e Gomes de Carvalho, a qual se celebrizou como intelligente reacção contra o gosto gongorico na litteratura e contra a influencia castelhana, e como tentativa de regresso á verdadeira tradição classica contrapondo-a e aos

modelos franceses do seculo de Luiz XIV aos modelos hespanhoes. Porém, com o largo plano, que ás Academias de Sciencias se assignalava no estrangeiro, como centro organizado de todos os ramos do saber humano, foi a Academia Real das Sciencias, a primeira, e, como pouco depois da sua fundação, se tornou corporação oficialmente reconhecida e privilegiada, veio a ser a unica em Portugal.

As instituições deste typo devem-se á França, ao espirito mundano e gentil que da convivencia litteraria pelos salões aristocraticos fazia exhibição de elegancias e donaires, de requintes de opinião e expressão; devem-se ao dom subtil que a França do seculo XVII, de Madame de Rambouillet e Madame de Lafayette, genialmente creou e ensinou ao mundo, o da conversação, que Made-moiselle de Scudéry considerava o vinculo da sociedade entre os homens, o maior prazer das pessoas de bem e o meio melhor para introduzir no mundo não só a delicadeza, mas tambem a moral mais pura e o amor da gloria e da virtude; esse dom cujo exercicio Saint-Evremond reputava mais deleitoso que a propria leitura; a que o historiador Varillas confessava dever nove das dez coisas que sabia; e de que o eminente La Rochefoucauld escreveu uma regra tão exigente que para a cumprir na integra, diz um annotador, seria preciso mais genio que para escrever o *Cid*. Foi da necessidade, que sentiram alguns bellos espiritos, de elegante e doutamente conversarem, que nasceu a Academia Francesa. Richelieu offerecendo-lhe a sua protecção e proporcionando-lhe existencia official, juntou aos seus titulos de estadista insigne, mais o de patrono duma das mais bellas creações da sua patria.

A Academia Francesa, cuja primeira sessão se realizou em 13 de março de 1634, em principio, confinou-se numa missão unica, o enriquecimento da lingua francesa, e defeza de sua pureza, por meio da obra que melhor servia esse proposito: o dictionario. Mas o vasto incremento das sciencias, nesse se-culo e no seguinte, obrigaram os paizes que de França tomaram essa instituição a alargar-lhe o quadro das suas attribuições; foi principalmente sob a forma mais generica de Academia das Sciencias, que se generalizou e que Portugal a tomou.

Em 24 de dezembro de 1779 a rainha D. Maria approvou os estatutos da Academia das Sciencias de Lisboa, obra de Lafões e Corrêa da Serra, — á qual a mesma soberana em 1783 concedeu o titulo de *Real*, que vigorou até 1910. Segundo esses primeiros estatutos, a Academia comprehendia três classes, sciencias naturaes, mathematicas e bellas-lettras, cada uma com oito socios effectivos. Admittia tambem socios honorarios e correspondentes nacionaes e estrangeiros. Durante o anno academico, de outubro a julho, deviam realizar-se duas sessões publicas de abertura e encerramento do anno com a maior solemnidade, e sessões ordinarias quinzenaes para trabalhos scientificos e questões administrativas. As deliberações da assembléa geral, aclarando, revogando ou additando os estatutos, designavam-se *assentos*.

A 16 de janeiro de 1780 realizou-se a primeira sessão da Academia, com a assistencia dos academicos, Duque de Lafões, seu presidente, P.^o Corrêa da Serra, seu secretario, P.^o Joaquim de Foyos critico e hellenista, P.^o Theodoro de Almeida, famoso auctor do *Feliz Independente*, Pedro José da Fonseca, philologo e um dos futuros martyres do *Diccionario*, 6.^o Visconde de Barbacena, futuro capitão-general das Minas Geraes, ao tempo da revolta do *Tiradentes*, Gonçalo Xavier, etc. A sua primeira séde foi no Paço das Necessidades, onde se conservou até depois de 1787. Até 1797 esteve installada no Poço dos Negros, e desde essa

data no palacio do Monteiro-mór, á Calçada do Combro, donde foi transferida para as casas do Convento de Jesus, depois da extincção das ordens religiosas. Essas casas, sua actual séde, são sua propriedade em virtude da doação feita em 23 de outubro de 1834.

A titulo de gratificação, aos socios que assistiam ás sessões eram distribuidos desde 1787 os chamados *jetões de presença*, a principio medalhas hexagonaes mandadas cunhar propositadamente pelo primeiro presidente perpetuo da Academia, o Duque de Lafões, depois substituidas pela quantia de 1\$200 reis em prata, a seguir elevada a 1\$920. Este uso curioso e de beneficos effeitos durou até 1851 — anno duma reforma de estatutos.

Que a Academia não tinha em mira restringir a sua acção ao estudo da lingua prova-o logo o texto do artigo 1.º dos seus estatutos, de 1779: «I—O zelo e o amor da patria, animado com o louvor e o beneplacito de Sua Magestade, estabelece em Lisboa, á imitação de todas as nações cultas, esta Academia de Sciencias, *consagrada á gloria e felicidade publica, para adiantamento da Instrucção Nacional, perfeição das Sciencias e das Artes e augmento da industria popular.*» Igualmente a sua divisa trahiu propositos de acção social: *Nise utile est quod facimus stulta est gloria.* De facto a Academia não reduziu a sua actividade ao campo já vasto da sciencia pura, antes bastas vezes mostrou diligentes preocupações com problemas de ordem pratica, premiando memorias sobre agricultura, silvicultura e zootechnia, gratificando os lavradores que plantassem determinadas arvores e ensaiassem certas industrias agricolas; distribuindo instrucções de vulgarização e sementes pelos lavradores pobres; estimulando a fundação de sociedades locaes de agricultura, em correspondencia com ella, e creando uma Commissão de Industria; pondo a concurso para premio monographias locaes, em que pedia circumstanciada descripção dos recursos economicos das regiões. Damos a seguir um exemplo das theses, que no anno de 1796 a Academia pôs a premio: «Como annualmente se importa dos paizes estrangeiros uma grande quantidade de potassa para Portugal, pede-se uma demonstração comprovada com experiencias da utilidade que nos pode resultar, fabricando a potassa no reino, ou nas conquistas, queimando as lenhas, cujo transporte fôr mui difficil, ou dispendioso, ou com outras economias semelhantes, dando-se juntamente o melhor methodo de purificar a que d'estes modos se fizer, a fim de ser propria aos usos para que nas artes se emprega.»

Em 1804, quando já contava uma bagagem consideravel de publicações e uma lista apreciavel de serviços, a Academia fez circular largamente no estrangeiro um escripto do P.º Corrêa da Serra, redigido em francês e intitulado *Memoria ou vista rapida sobre o estado das sciencias e bellas-lettras em Portugal durante a ultima metade do seculo passado*, o qual contribuiu para engrandecer o bom nome do paiz e da Academia nos grandes centros de cultura espirital. Em 1812, por iniciativa do socio Bernardino Antonio Gomes, medico, a Academia creou o Instituto Vaccinico para propagação da genial descoberta de Jenner, do qual derivou mais tarde o extincto Conselho Superior de Saude Publica. Os serviços desse Instituto Vaccinico são justamente enaltecidos, porque a elle se deve a introducção da vaccina, de modo triumphante, e sua larga pratica. Se a esta rapida enumeração das suas formas de actividade juntarmos ainda a assistencia medica, que em graves momentos tambem prestou, reconheceremos que durante algumas décadas a Academia desempenhou simultaneamente funcções, que hoje cabem a associações de fomento, de agricultura e industria, de propaganda patriotica e de philantropia — a par da actividade

puramente especulativa, bastante intensa, mórmente no dominio das sciencias historicas.

Como actividade puramente intellectual da Academia nesse seu primeiro periodo bastará lembrar os seus inqueritos aos archivos cartoriaes, a regular reunião das sessões e as suas quantiosas publicações: *Diccionario da Lingua Portuguesa*, 1.º vol. em 1793, obra de Pedro José da Fonseca, Costa Macedo e Bartholomeu Ignacio Jorge que succumbiram á fadiga do trabalho excessivo; as *Memorias Economicas para o adiantamento da agricultura, das artes e da industria em Portugal e suas conquistas*, 5 vols., 1789-1815; *Memorias de Litteratura Portuguesa*, 9 vols., 1792-1814; *Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias*, cuja 1.ª serie comprehende 20 vols., 1797-1839; *Livros Inéditos de Historia Portuguesa*, 5 vols., 1790-1824, *Memorias da agricultura, premiadas pela Academia*, 2 vols., 1788-1791; *Ephemerides Nauticas*, 54 vols., publicados desde 1788; *Collecção dos principaes auctores de historia Portuguesa*, 8 vols., 1806-1809; *Almanach de Lisboa*, 29 vols., 1782-1826; as obras de João Loureiro, João de Sousa, etc.

Duas alineas do seu programma, logo nos estatutos de 1779 consignadas, eram a criação dum museu e duma livraria. Para a organização do museu a Academia entabolou correspondencia com os seus membros que residiam fóra de Lisboa e conseguiu juntar a sua actual e valiosa collecção de antiguidades, moedas, medalhas, productos ceramicos e artefactos. Da bibliotheca deveremos fazer mais circumstanciada referencia, porque é a sua principal riqueza e porque a sua fundação relembra exemplos de abnegação e de amor ás letras e sciencias, que infelizmente não são vulgares.

A bibliotheca da Academia, uma das primeiras de Portugal, tanto pela sua riqueza quanto pela sua organização e funcionamento, compõe-se do primitivo fundo da livraria do Convento de Nossa Senhora de Jesus de Lisboa, cujas casas a Academia herdou em 1834, e da livraria seguidamente grupada por aquisições posteriores. A livraria do Convento de Jesus está installada num formoso salão expressamente construido por diligencias do eminente Frei Manuel do Cenaculo, que foi provincial da Ordem, e serve á Academia de sala nobre, onde brilhantes sessões solemnes se hão realizado e onde por algum tempo reuniu o parlamento, depois, do incendio em S. Bento. Essa sala mede 31 metros de comprimento, 15 de largura e 11,15 de altura, e recebe luz de 28 janellas. A sua construcção começou em 1771 e consumiu até ao anno de 1777 a verba de 28:376\$047 reis, dos quaes 11:996\$821 generosamente doados por Frei Manuel do Cenaculo do seu bolso particular. Na sua conclusão outro benemerito doador, o Padre Mayne, fundador a expensas suas, duma escola annexa, o *Instituto Maynense*, gastou 16 contos de reis. O grande quadro do tecto é devido a Pedro Alexandrino e os bustos que encimam as estantes representam as seguintes individualidades, notaveis pelo genio da intelligencia ou da santidade, ou simplesmente pelo talento ou alta situação: D. João VI, Evangelista S. Matheus, Evangelista S. Lucas, Santo Agostinho, D. Frei Gaspar do Casal, Bispo Agostinho de Barbosa, Raymundo Lull, Antonio Pereira de Figueiredo, Platão, Antonio de Gouvêa, Pedro Nunes Newton, Luiz Antonio Verney, Hippocrates, Cicero, Vergilio, Sá Miranda, Camões, Faria e Sousa, Damião de Goes, João de Barros, André de Rezende, Tito Livio, Thucydides, Francisco de Santo Agostinho de Macedo; Frei Thomaz da Veiga; Frei André da Veiga, Frei Heitor Pinto, Francisco Foreiro, D. Frei Manuel do Cenaculo, Bossuet, D. Jeronymo Osorio, S. Gregorio de Nazianza, Evangelista S. João e Evangelista S. Marcos.

A bibliotheca academica contem hoje cerca de 200.000 volumes, 112 incunabulos e cerca de 2.000 manuscriptos. Entre outras preciosidades possui: um exemplar dos *Lusiadas*, de 1572; uma *Biblia* latina, de 1462; o Pentateucho em hebraico, de 1491; o *Atlas* de Lazaro Luiz, de 1563; o *Missal* de Estevam Gonçalves, de 1610; muitos manuscriptos orientaes; as obras completas do notavel mathematico portuguez do seculo xvi, Pedro Nunes, que foi cosmographo-mór do reino e inventor do *nonio*.

Logo em 1780 a Academia teve officina propria e as suas publicações foram privilegiadas. Morrendo o seu fundador e primeiro presidente perpetuo, 2.º Duque de Lafões, em 1810, foi introduzida no estatuto uma clausula entregando a presidencia a um principe, e algum tempo depois foi estabelecido que o soberano fosse o presidente nato da douta corporação. Desde então os soberanos tomaram parte nos trabalhos academicos repetidas vezes, mostrando que muito se desvaneciam em fazê-lo.

Como é obvio, para manter o seu complexo funcionamento, remunerar o seu pessoal e pagar as suas publicações, a Academia carecia de verbas avultadas. Ainda esse fundamental problema o resolveu o nobre Duque de Lafões, garantindo á corporação, que fundára, a sua existencia por meio da participação nos lucros das lotarias. Effectivamente, para mais engrandecer a sua memoria, o Duque de Lafões não só obteve a comparticipação da Academia nos lucros das lotarias, mas parece ter promovido a introdução desse jogo com vista em alargar os recursos da Academia, nos primeiros tempos reduzidos ás contribuições dos seus socios e amigos e aos rendimentos das suas edições. Desde o estabelecimento das lotarias em 1783 a Academia percebeu a terça parte dos lucros, até ao anno de 1799, em que sendo extinctas essas lotarias D. João vi estabeleceu a dotação annual de 4:800\$000 reis, em seu supprimento. Esta partilha dos lucros das lotarias com a Academia, vem ainda mais rehabilitar essa forma de jogo, cujos importantes redditos em Portugal têm sido sustento e estimulo da beneficencia e dos estudos scientificos e litterarios. A esse modo de crear receita teve de recorrer a Academia em 1815, creando uma lotaria propria, para prover ás grandes despesas do Instituto Vaccinico.

Grande foi o prestigio desta corporação em Portugal e no estrangeiro, durante todo o seculo xix, que logrou atravessar quasi incolume todas as perturbações politicas, numerosas e confusas, que assolaram o paiz durante esse transcurso de tempo. Vimos como D. Maria i e D. João vi protegeram a Academia; Junot respeitou-a, Wellington igualmente a acatou, ambos se enviando com o titulo de seus socios honorarios, que certas condescendencias de ordem politica e por ventura a propria defeza a levaram a conceder a pessoas tão pouco recommendaveis a um gremio que deveria timbrar nos seus sentimentos nacionalistas. A revolução de 1820, feita por sollicitações economicas, e inspirada por doutrinas do mais chão utilitarismo, procurou attingi-la, mas só parcialmente o conseguiu. As extravagantes opiniões, com que o deputado Borges Carneiro, noutro campo illustre, atacou a Academia, foram energicamente contradictadas por Correia da Serra e Trigoso de Aragão Morato, deputados tambem e academicos. D. Miguel foi seu presidente, e de facto presidiu a trabalhos seus, mostrando pela corporação a maior benevolencia, que a fortuna he não deixou effectivar em actos. D. Pedro iv chegou a mandar elaborar novos estatutos, mas a morte não lhe permittiu decretá-los, o que ainda no mesmo anno de 1834 fez sua filha, a rainha D. Maria ii. A mesma soberana os reformou em 1840 e 1851. São esses estatutos de 1851, referendados pelo Duque

de Saldanha, o heroe de Almoester, que têm regido a Academia até hoje. Segundo elles, a Academia comprehende duas classes: uma de sciencias mathematicas, physicas e naturaes, outra de sciencias moraes, politicas e bellas-lettras. Cada classe compõe-se de vinte socios effectivos repartidos por quatro secções, e illimitado numero de correspondentes nacionaes e estrangeiros. Ha ainda outra categoria superior, a de socios de merito com direito a uma pensão vitalicia, e outra inferior, a de associados provinciaes.

Durante a epoca romantica, em que o gosto dos estudos historicos foi muito intenso, e em que as reformas dos estatutos modernizaram o seu funcionamento, a Academia teve segunda phase de brilhante actividade. Entre muitas outras publicações individuaes, lembraremos as seguintes importantes collecções, que representam incalculavel somma de esforço e saber: *Historia e Memorias da Academia Real de Sciencias de Lisboa*, cuja 2.^a serie consta de 6 tomos 1843-1846; *Classe de Sciencias Mathematicas, Physicas e Naturaes*, 13 vols., desde 1854; *Classe de Sciencias Moraes, Politicas e Bellas-Letras*, 18 vols. desde 1854; *Portugaliae Monumenta Historica*; *Collecção de opusculos reimpressos, relativos á Historia das navegações, viagens e conquistas dos Portugueses*, 1844-1875; *Quadro Elementar das relações politicas de Portugal*, 19 vols., 1842-1876; *Corpo diplomatico Português*; *Monumentos Ineditos para a Historia das Conquistas*; *Annaes de Sciencias e Letras*, 4 vols., 1857-1858; etc.

Durante a epoca immediata, isto é, nas três ultimas décadas do seculo XIX, se a classe de historia e litteratura affrouxou um pouco a sua actividade, a de sciencias naturaes trabalhou de modo verdadeiramente distincto, tanto pela intensidade quanto pela qualidade. Foi o tempo em que nos trabalhos academicos collaboraram sabios como o Conde de Ficalho, Antonio Augusto de Aguiar, Vicente Lourenço, Nery Delgado, Carlos Ribeiro, Barbosa du Bocage, Ponte Horta, Sousa Martins, Bettencourt Rodrigues, Motta Pegado, Estacio da Veiga, Daniel Augusto da Silva e já tambem o sr. Pereira Coutinho, tantos espiritos distinctos, dos que mais o fôram no laboratorio, na cathedra e na excursão scientifica. O motivo por que os trabalhos litterarios e historicos se moderaram durante estes annos deve-se a causas absolutamente estranhas á culpabilidade da Academia. Será decerto sufficiente recordar que é esse tempo o do triumpho do gosto realista, que entre nós foi irreverentemente critico, mais positivista e cosmopolita que tradicionalista e nacionalista. A Academia, centro conservador, que se alheou das paixões litterarias, como se deve alhear das politicas, não abriu as suas portas aos corypheus dessa geração. E um delles, o glorioso romancista da *Illustre casa de Ramires*, pungentemente satyrizou o seu espirito conservador e exaltadamente patriotico na pessoa de Pinheiro Chagas. A litteratura romantica intimamente se ligára á Academia; a litteratura realista della se emancipou, seguindo seu destino livremente, impugnando todo o cunho do conservantismo. Mas já então a tolerancia franca, que prima em toda a sua historia, se manifestou. Oliveira Martins, o historiador pessimista que cruelmente caricaturou a nossa historia constitucional, recebeu a medalha de ouro academica, e Latino Coelho, republicano declarado, foi seu secretario geral.

Para se aquilatar do prestigio da Academia, bastará lembrar que, segundo determinações legaes, os academicos tinham lugar de honra nas recepções do paço; a Academia tinha interferencia na escolha dos professores do antigo Curso Superior de Letras, o qual nasceu da munificencia de D. Pedro V, que o creou, e da munificencia da Academia que lhe emprestou casa; o diploma de academico equivalia á carta dum curso superior, em concursos publicos; e o seu bom

nome de tal modo era zelado que não hesitou em excluir membros seus de que houvesse sido agravada, como fez em 1816 e 1905, e que levou D. João VI a publicar em 1816, a 13 de abril, uma portaria mandando retirar uma prefacção, offensiva para a Academia, das obras de Paschoal de Mello, editadas posthumamente por um seu sobrinho, e advertindo o reitor da Universidade de Coimbra, onde eram impressas.

Ao regimen republicano, que desde 1910 vigora, já não mereceu igual acatamento. Não só lhe não foi confiada nenhuma importante missão de estudo, como era uso e praxe noutros tempos¹, mas immediatamente foram cerceadas as verbas academicas, extinta a sua typographia e usurpado o material da mesma, annullada a clausula do estatuto que estipendiava uma pensão vitalicia aos socios de merito, e para as commissões remuneradas, seus presidentes e paleographos, foi imposta uma forma de pagamento humilhante e praticamente ficticia. A contabilidade do estado apenas abonaria gratificações á vista da quantidade de redacção original produzida, quando é certo que muitas collecções são completamente documentares, apenas prefaciadas e annotadas. Taes arbitrarías medidas foram adoptadas pelo governo provisório, sendo seu presidente pessoa que a Academia elegêra seu socio effectivo muito anteriormente, sem prejuizos politicos. Parece incomprehensivel que se possa obter alguma reputação com obras de estudo do passado e se odeie tão vivamente esse mesmo passado!

Após as insubordinações de Maio de 1915, que dissolveram um governo ordeiro e disciplinador, de pessoas da maior distincção, foi publicamente pedida a extincção da antiga e veneranda Academia Real das Sciencias de Lisboa e a entrega dos seus socios aos tribunaes como elementos prejudiciaes ao regimen. Esta pretensão foi reproduzida em todos os jornaes e por alguns, os mais influentes na politica vigente, . . . calorosamente defendida. O ultimo orçamento do estado, para o exercicio de 1915-1916, ainda mais reduziu a verba para publicações, tornando-a uma bagatella irrisoria, e extinguiu as já bem escassas verbas de honorarios dos cargos academicos.

Saibam os homens de justiça e de intelligencia que no seculo xx, quando em todos os paizes, de todos os modos, todos os governos protegem a cultura

¹ Para amplamente exemplificar *esse uso e essa praxe*, que pela repetição logo deixa crêr que se não praticava sem um real proveito para os governos consulentes, lembramos algumas dessas commissões: Logo a seguir ao termo das guerras liberaes foi encarregada de apresentar um plano de reorganização do ensino publico, por decreto referendado pelo infeliz Agostinho José Freire, victima da Revolução de Setembro; em 1836 foi incumbida de informar o governo sobre o que deveria ser poupado e conservado nos edificios e bens das extinctas ordens religiosas, sendo pouco depois decretados os seus alvitres; no mesmo anno é entregue á sua jurisdicção o jardim botanico da Ajuda; em 1849 é consultada ácerca do cadastro topographico do reino; em 1850, a convite do governo, redige as instrucções para as explorações naturalistas nas colonias; em 1852 realiza, por commissão, um estudo notavel da molestia dos vinhedos da ilha da Madeira; em 1854 foi consultada sobre a construcção do matadouro publico; em 1858 é convidada pelo governo a pronunciar-se ácerca das alterações á convenção litteraria entre Portugal e França; no mesmo anno ainda recebe consulta semelhante ácerca da convenção litteraria com a Hespanha; em 1858, a pedido do governo, emite o seu parecer sobre o projecto do *Codigo Civil Português*, obra dum academico illustre, o visconde de Seabra; foi ainda a Academia que regulamentou o Curso Superior de Letras, redigiu os seus programmas e determinou a natureza de habilitação dada pelo seu diploma. O Curso Superior de Letras foi o primeiro estabelecimento superior para o ensino das humanidades. Tambem á Academia coube a regulamentação do premio D. Luiz I, instituido por este soberano.

espiritual, como um dos meios mais efficazes do adiantamento e ennobrecimento moral dos povos, e como um dos fitos ultimos da vida, quando as Academias, como primeiro orgão mental das nações, são consideradas inseparaveis do prestigio e honorabilidade das mesmas nações, que houve em Portugal governos e parlamentos que embaraçaram e vexaram como inimigos os homens de estudo e lançaram na penúria a Academia portuguesa, confiscando-lhe o que por direitos legitimos lhe pertencia!

Jazia a Academia em marasmo inactivo? De modo nenhum.

Estas medidas, que ao nosso primeiro estabelecimento scientifico, crearam uma situação verdadeiramente subalterna, coincidiram, pelo contrario, com uma actividade notavel da Academia, principalmente da classe de litteratura e bellas-lettras¹. Cremos até que a phase actual é das principaes na historia academica, a par da inicial e da do romantismo, a ambas as quaes já fizemos referencia. Actualmente as suas sessões quinzenaes realizam-se regularmente com apreciavel concorrência de socios effectivos e correspondentes, e sempre com apresentação de variadas e importantes communicações. Funccionam algumas commissões para o estudo de importantes assumptos, como o Diccionario da lingua, e as transformações do direito publico que certamente a actual guerra determinará; para continuação de importantes collecções, longo tempo paradas, como *Portugaliae Monumenta Historica*; outra ainda para a celebração scientifica dos centenarios da tomada de Ceuta e morte de Affonso de Albuquerque, que já produziu mais de uma dezena de grossos e importantes volumes. Se a par desta meritória actividade considerarmos na discreção, por vezes excessivamente paciente, que a Academia tem guardado perante os acontecimentos politicos que nos ultimos annos vêm devastando o paiz, e considerarmos tambem na retirada voluntaria ou desaparecimento por morte dos academicos mais ligados á politica militante do antigo regimen, parecerá quasi inexplicavel tal modo de proceder dos governos, sobretudo para quem suppuzer que uma das funcções dos governos é proteger e fomentar todas as instituições que, como a Academia, grandemente contribuem para o decoro do paiz que esses governos têm de governar.

As tradições mais vivas da historia portuguesa, as que lhe imprimem mais caracteristico cunho, não são decerto tradições intellectuaes, mas sim empresas de acção, descobertas maritimas e conquistas coloniaes; porém, é força reconhecer que da actividade scientifica e litteraria de Portugal, daquella parte que não é de criação do genio pessoal, são depositarias duas instituições principaes que a todos os portugueses devem merecer particular veneração: a Universidade de Coimbra, sete vezes secular, repetidamente illustre por seus professores e discipulos, e a Academia das Sciencias de Lisboa, que como vice-presidentes, secretarios e socios teve nomes dos mais distinctos de Portugal.

Poderá objectar-se que altos espiritos passaram nas letras, nas sciencias e nas artes, sem terem penetrado nos seus adytos. Sem nunca approvarmos o excesso de severa selecção, lembraremos que as academias, do typo da nossa

¹ Numa communicação feita em 25 de novembro de 1914 à Royal Society of Literature, de Londres, pelo eminente historiador brasileiro, sr. M. de Oliveira Lima, regista-se o incremento dos estudos historicos em Portugal nos ultimos annos. Nessa communicação, *Portuguese-Literature of Today*, claramente se observa que: «Since 1910, when the democray assumed the republican label, the strongest characteristic of Portuguese literature seems to be a reversion to traditionalism...»

e das suas tradições, são principalmente órgãos de consagração e ponderação que visam por um lado a reunir as maiores competencias reconhecidas, augmentando-lhes pela associação os meios de influencia, e por outro a enfrear e a temperar os impulsos do modernismo apressado, deixando a outras sociedades particulares ou institutos officiaes doutro genero o acolhimento prompto das mais audazes doutrinas, sua experiencia e exame. Presentemente nem essa severidade se poderá imputar á Academia, porque nos ultimos annos tem aberto as suas portas, sem olhar aos sentimentos politicos dos eleitos, a muitas individualidades, algumas, como nós, de reputação pouco mais que incipiente, e porque foi a primeira Academia de Sciencias do mundo, que a senhoras concedeu as suas palmas honrosas. Preconceitos politicos nunca influiram na sua orientação, porque antes e depois de 1910 elegeu homens de letras, que publicamente militavam na politica republicana mais activa. Elegeu tambem depois de 1910 um jornalista monarchico, que á indefesa propaganda anti-republicana ligou o seu nome, é certo, mas esse facto não deve prestar-lhe côr monarchica como tambem, na propria logica dos governantes deste paiz, a eleição de alguns republicanos radicaes lhe não prestou noutros tempos côr republicana. Sempre diremos neste lugar que, em nosso entender, essa largueza de criterio só prejudicou a Academia, porque della proveio a entrada de pessoas que, por ella cumuladas de considerações, vieram a ser os seus maiores inimigos e fautores das violencias, com que veio a ser vexada depois de 1910.

Pelo contrario, tem o estado republicano dado signaes de deferente benevolencia a uma corporação particular, quasi homonyma, que sendo muito legitima com outro titulo e outros propositos, que não fossem de rivalidade e usurpação, é assim uma especie de contrafacção.

Mas, sendo assim, se a Academia se tem abtido, com prudente sensatez, de propender para a lucta politica, só della se occupando quando o tempo a reduziu a passado historico, se a Academia continua a produzir obra scientifica, e neste momento, com dobrada actividade, porque a hostilizam os governos? Por extremos de forçada economia poderá responder-se. Não ha extremidade que legitime taes economias, porque os bons governos sabem bem que a breve trecho ellas redundam em irreparavel prejuizo, e tal razão não seria sincera não mereceria o menor crédito, adduzida por governos dum regimen, que tem desbaratado em superfluidades as finanças do paiz. Então porquê? Porque as revoluções—praticamente tão inefficazes para o progresso das nações, como as gréves violentas para a obtenção das reivindicações operarias—sendo obra do instincto, da precipitação e da violencia, não podem amar as Academias, recantos onde alguns espiritos serenos imparcialmente estudam a natureza e julgam os homens... e as proprias revoluções. Com desconsoladora eloquencia provam este desamor a extincção da Academia Francesa pelo Terror e a evidente hostilidade, que de três revoluções a Academia portuguesa recebeu.

Lisboa, 24 de Outubro de 1915.

FIDELINO DE FIGUEIREDO.

NOTA

A quem desejar conhecer mais pormenorizadamente a historia da Academia aconselhamos a seguinte bibliographia :

Programmas da Academia Real das Sciencias, 1780-1854, 57 folhetos.

Discursos, Relatorios e Sessões Publicas, numerosos opusculos.

Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias, em publicação desde 1797, 3 series.

Collecção Systematica das Leis e Estatutos, por que se tem governado a Academia Real das Sciencias de Lisbôa desde o seu estabelecimento até ao tempo presente, Francisco Manuel Trigoso de Aragão Morato, Lisbôa, 1822.

Actas das Sessões da Academia Real das Sciencias de Lisbôa, Inéditas até 1849, e desde esta data publicadas irregularmente. Actualmente as actas das sessões da classe de litteratura e historia são publicadas no respectivo boletim.

Historia dos Estabelecimentos Scientificos, Litterarios e Artisticos de Portugal nos Successivos Reinados da Monarchia, José Silvestre Ribeiro, 18 volumes, Lisbôa, 1871-1893. Veja-se o indice geral no vol. 18.º, organizado por E. A. da Rocha Dias.

A Bibliotheca da Academia Real das Sciencias de Lisbôa, noticia sumaria por Cardoso de Bettencourt, Lisbôa, 1909.

As Medalhas da Academia Real das Sciencias de Lisbôa, Arthur Lamas, V. *Archeologo*, vol. 14.º, Lisbôa, 1909.

As Lotarias da Misericordia e a Academia das Sciencias, Victor Ribeiro, V. *Boletim da Segunda Classe da Academia*, vol. VII, Coimbra, 1914.

Historia, Chronica e Falsas Historias¹

Memoria apresentada á Academia Pontaniana na sessão de 3 de novembro de 1912

I. *A historia como « historia contemporanea ».* — II. *A chronica como historia passada.* — III. *A historia e a philologia.* — IV. *A historia « philologica ».* — V. *A historia « poetica ».* — VI. *A historia oratoria ou « praxista ».* — VII. *A chamada « reforma da historia ».* — VIII. *Critica do « universal » historico.* — IX. *A historia como historia do « universal », e a identidade da philosophia com a historia.*

I. Historia contemporanea costuma chamar-se á historia dum pedaço de tempo, que se considera como um passado muito proximo: dos ultimos cincoenta annos ou do ultimo decennio ou anno ou mês ou dia, e até da ultima hora ou do ultimo minuto. Mas, a querer pensar e falar com rigor, « contemporanea » deveria dizer-se sómente: a historia que nasce immediatamente sobre o acto que se está cumprindo, como conhecimento do acto: a historia, por exemplo, que eu faço de mim enquanto me occupo em compôr estas paginas, e que é o pensamento do meu compôr reunido necessariamente á obra de compôr. E « contemporanea » seria em tal caso bem chamada, justamente porque ella, como todo o acto espirital, está fóra do tempo (do antes e do depois), e forma-se « no mesmo tempo » do acto ao qual se reúne e do qual se distingue mercê duma distincção não chronologica mas ideal. « Historia não contemporanea », « historia passada », seria pelo contrario aquella que encontra já antes de si uma historia formada, e que nasce por isso como critica daquella historia, não importa se antiga de millennios ou recente de uma hora.

Todavia, considerando mais a fundo, ainda esta segunda historia, que se chama ou quereria chamar-se « historia não contemporanea » ou « passada » (posto, bem entendido, que seja verdadeira historia, isto é, tenha um significado e não sae como discurso vazio) é contemporanea, e não differa nada da outra. Como da outra, é condição della que o facto de que se tece a historia vibre no animo do historiador, ou (para empregar as palavras de uso na technica historica) se tenham presentes, intelligiveis, os documentos. E para que áquelle facto seja unida ou misturada uma narração ou uma serie de narrações do facto, importa simplesmente que o facto se apresente mais rico mas não que tenha perdido a sua efficacia de presença: embora fossem antes narrações ou juizos, são agora tambem factos, tambem documentos, para serem interpretados e julgados; a historia não se construe jamais sobre narrações, mas sempre sobre

¹ Publicamos a presente traducção do valioso trabalho do sr. B. Croce devidamente auctorizados por carta sua.

documentos ou sobre narrações reduzidas a documentos e tratadas como taes. E se a historia contemporanea salta directamente da vida, tambem directamente da vida surge aquella que se costuma chamar não contemporanea, porque é evidente que só um interesse da vida presente nos pode mover a procurar-vos o conhecimento de um facto passado; o qual, portanto, emquanto se dispõe a um interesse da vida, presente não responde a um interesse passado, mas presente. O que tambem é dito e redito em centenas de modos nas formas empiricas dos historiadores e constitue até o conteudo profundo, ou a razão da fortuna, da phrase bastante repisada: que a historia é *magistra vitae*.

Tenho evocado estas formulas da arte historica para tirar o aspecto de paradoxo á proposição: que «toda a verdadeira historia é historia contemporanea.» Mas a justeza desta proposição obtem facil confirmação, e rica e perspicua exemplificação na realidade da obra historiographica, sempre que não se escorregue no erro de tomar todos os livros dos historiadores, ou grupos delles a granel, e referindo-os a um homem abstracto, ou a nós mesmos abstractamente considerados, perguntar que interesse presente nos induz a escrever ou a ler aquellas historias: qual o interesse presente da historia da guerra do Peloponneso ou da de Mithridates, da arte mexicana ou da philosophia de Spencer? Para mim, neste momento, nenhum; e por isso, para mim, neste momento, aquellas historias não são historias, mas, quando muito, titulos de livros de historias; e têm sido ou serão historias naquelles que as têm pensado ou as hão-de pensar, e em mim; quando as tenho pensado e quando as houver de pensar, reorganizando-as segundo a minha necessidade espiritual. — Se, pelo contrario, nos ativermos á historia real, á historia que realmente se pensa no acto que se pensa, será facil discernir que ella é perfectamente identica á mais pessoal e contemporanea das historias. Quando o desenvolvimento da cultura do meu momento historico (e seria superfluo, e tambem erroneo, acrescentar: de mim como individuo), abre deante de mim o problema da civilização hellenica, da philosophia platonica, ou de uma attitude particular do costume attico, esse problema está tão ligado ao meu ser como a historia de um negocio de que estou tratando, ou de um amor que estou cultivando, ou de um perigo que me diz respeito; e indago-o com a mesma ancia, e sou possuido da mesma consciencia de infelicidade, emquanto não consigo resolve-lo. A vida hellenica está, naquelle caso, presente em mim; e sollicita-me, attrae-me, atormenta-me, como o semblante do adversario, da mulher amada ou do filho dilecto pelo qual se treme. E assim acontece, tem acontecido ou acontecerá com a arte mexicana, e com os outros casos todos que mencionei acima para exemplo.

Posto que a *contemporaneidade* não seja o caracter duma classe de historias (como empiricamente se diz, e ha boas razões de dizer assim naquella esphera), mas é o caracter intrinseco de toda a historia, é preciso bonceber a relação da historia com a vida como uma relação de unidade; não certamente no sentido duma identidade abstracta, mas no da unidade synthetica, que importa justamente a distinção e unidade dos termos. Portanto falar de uma historia, da qual não se possuam os documentos, parecerá tão extravagante quanto falar da existencia duma coisa qualquer, da qual se affirma ao mesmo tempo que falta uma das condições essenciaes da sua existencia. Uma historia sem referencia ao documento seria uma historia inverificavel; e visto que a realidade da historia está nesta relação com o documento, e a narração na qual ella se vem concretizando é narração historica só emquanto é *exposição critica* delle (intuição e reflexão, consciencia e autoconsciencia, etc.), uma historia

daquella especie estaria privada de significado e de verdade, isto é, inexistente como historia. Como nunca poderia compôr uma historia da pintura quem não visse e gozasse as obras, das quaes se propõe dar criticamente a genesis; ou que significado conservaria ella para quem não tivesse a presupposta experiencia artistica do narrador? Como uma historia da philosophia sem as obras, ou pelo menos os fragmentos das obras, dos philosophos? Como a historia de um sentimento ou de um costume, por exemplo da humildade christã ou da honra cavalheiresca, sem a capacidade de reviver, ou, para melhor dizer, sem a effectiva revivescencia de estes estados d'alma particulares?

Por outro lado, fechado o indissolúvel nexó de vida e pensamento na historia, desappareceram n'um instante e totalmente (e quasi nem se consegue mais concebe-los) as duvidas que se teem movido ácerca da *certeza* e da *utilidade* da historia. Como poderia ser nunca *incerto* o que é uma producção *presente* do vosso espirito? Como poderia ser *inutil* um conhecimento que resolve um problema que surge do seio da *vida*?

II. Mas pode-se romper o nexó de documento e narraçáo, de vida e historia? A resposta affirmativa está já contida na mençáo que se fez a historias das quaes se têm perdido os documentos, ou, para enunciar o caso mais geral e fundamental, cujos documentos já não estão vivos no nosso espirito. E no que já se disse está tambem implicito o reconhecimento que nesta condiçáo nos achamos de vez em quando, cada um de nós, a respeito desta ou daquella parte da historia. A historia da pintura hellenica é, geralmente para nós, na maxima parte, uma historia sem documentos; e historias sem documentos são todas aquellas que lemos dos povos dos quaes não conhecemos os lugares onde viveram, os pensamentos e os sentimentos que os agitaram, a physionomia individual das obras que executaram; ou das litteraturas e das philosophias, das quaes não conhecemos os textos, ou, tendo-os nas mãos e percorrendo-os tambem com a vista, não lhes penetramos o intimo espirito, seja por falta de conhecimentos complementares, seja por obstinada repugnancia de temperamento, seja por momentanea distracçáo.

Se, nestes casos, roto aquelle nexó, o que fica já não é historia (porque a historia não era senão aquelle nexó), e pode continuar a chamar-se historia só pela forma por que se chama ainda homem o cadaver de um homem, nem por isso o que fica é nada (nem o cadaver é nada). Se fosse nada, não valeria a pena dizer-se que o nexó é indissolúvel, porque o nada nunca é actual. E, se não é nada, se é alguma coisa, que coisa é a narraçáo sem documento?

Uma historia da pintura hellenica, segundo as narraçóes que nos têm sido transmittidas ou que têm sido construídas pelos modernos eruditos, resolve-se, quando bem observada, numa serie de nomes de pintores (Apollodoro, Polygnoto, Zeuxis, Apelles, etc.), delineados por anedoctas biographicas; e numa serie de assumptos de pintura (o incendio de Troia, as pelejas das Amazonas, a batalha de Marathona, Helena, Achilles, a Calumnia, etc.), alguns dos quaes um tanto particularizados nas descripçóes; e numa serie de elogios ou de censuras, variadamente graduados; nomes, anedoctas, assumptos, juizos, ordenados de cima para baixo chronologicamente. Mas os nomes dos pintores, separados do conhecimento directo das suas obras, são nomes vazios; e vazias as anedoctas, e vazias as descripçóes dos assumptos, e vazios os juizos de approvaçáo ou de reprovaçáo e vazia a ordem chronologica, porque é pura arithmetica que não está a exprimir um desenvolvimento real, do qual não se realiza em nós o pensamento porque nos faltam os elementos constitutivos. Se alguma coisa dizem

contudo aquellas formulas verbaes, deve-se ao pouco que da pintura antiga conhecemos em fragmentos, em obras secundarias ou em copias; mas, prescindindo daquelle pouco, a historia da pintura hellenica é, quando assim, um contexto de palavras vazias.

Ou, se preferem, vazias de conteudo determinado, pois aqui não se nega que, pronunciando o nome de um pintor, nós pensemos num pintor qualquer, até num pintor que seja atheniense, e pronunciando o nome « batalha » ou o de « Helena », pensemos numa batalha, até numa batalha de hoplitas, ou numa bella mulher, até semelhante a alguma das que nos são familiares nas figuras da plastica hellenica. Mas podemos pensar indifferentemente num ou noutro dos innumeraveis factos que aquelles nomes evocam; e por isso o seu conteudo é indeterminado, e esta indeterminação é a sua vacuidade.

Taes, como neste exemplo, são todas as historias separadas dos seus documentos vivos, as narrações vazias; e, como vazias, privadas de verdade. E' verdade ou não que existiu um pintor chamado Polygnoto, e que elle pintou no Pecilo a figura de Milciades? Dir-se-ha que é verdade, porque alguém ou muitos que o conheceram e viram aquella obra, attestam a existencia; mas seria preciso dizer em vez disso que foi Verdade para aquella ou aquellas testemunhas, e para nós não é verdadeiro nem falso, ou (o que é o mesmo) é verdade unicamente sobre a auctoridade daquellas testemunhas, isto é, por uma razão extrinseca, enquanto a verdade exige sempre razões intrinsecas. E, como aquella proposição não é verdadeira (nem verdadeira nem falsa), não é tambem util, porque, onde não ha nada, el-rei perde os seus direitos, e onde faltam os elementos dum problema, falta, ao mesmo tempo que a possibilidade, a effectiva vontade e a necessidade effectiva de resolve-lo: portanto recitar informações vazias é uma coisa inutilissima na actualidade da nossa vida. A vida é um presente; e aquella historia, tornada narração vazia, é um passado: passado irrevogavel, se não absolutamente, decerto no momento presente.

Ficam as palavras vazias, e as palavras vazias são sons, ou signaes graphics que os representam, que se conservam juntos e se mantêm, não por um acto de pensamento que os pense (em cujo caso cedo seriam reenchidos), mas por um acto de vontade, que julga opportuno (quando julga opportuno) conservar aquellas palavras, por vazias que sejam. A mera narração não é senão um complexo de formulas ou palavras vazias, affirmadas por um acto de vontade.

Ora com esta definição nós chegamos nem mais nem menos que a notar a distincção verdadeira, procurada em vão até agora, entre a *historia* e a *chronica*. E tem-se procurado em vão, porque se tem querido, segundo o costume, inclui-la numa differença na *qualidade* dos factos, que cada uma tomava como objecto seu; e, por exemplo, á *chronica* tem-se attribuido a recordação dos factos *individuaes*, e á *historia* dos factos *geraes*; á primeira a dos factos *particulares*, á segunda dos *publicos*: como se o geral não fosse sempre individual e o individual geral, o publico não fosse ao mesmo tempo particular e o particular publico. Ou então á *historia* tem-se attribuido a recordação dos factos *importantes* (memoraveis), e á *chronica* a dos *não importantes*; como se a importancia dos factos não fosse relativa á situação em que nos achamos, e para um homem, enfastiado por um mosquito, as evoluções deste minuscuro ser não fossem alguma coisa de mais importante que as expedições de Xerxes! Decerto tambem nestas fallazes distincções se nota um sentimento justo, que é incluir a differença entre *historia* e *chronica* no conceito do que *interessa* e do que *não interessa* (o geral interessa e não o particular, interessa o grande e não o pequeno, etc.).

E um justo sentimento se nota tambem noutras características que se costumam adduzir, como a da estreita *relação* que existe na historia e da do *desligamento* que apparece, ao contrario, na chronica da ordem *logica* que ha na primeira e da ordem puramente *chronologica* que ha na segunda, do aprofundar que a primeira faz no *intimo* dos acontecimentos e do manter-se a segunda á superficie ou *externamente*; e outras semelhantes. Mas o caracter differencial é aqui antes metaphorizado que pensado, e com as metaphoras (quando não se empregnam como simples formas expressivas do pensamento) perde-se um instante depois, o que se tinha conquistado um momento antes. A verdade é que chronica e historia não são distinguiveis como duas formas de historia, que se completam reciprocamente ou que estejam subordinadas uma á outra, mas como duas diversas *manifestações* espirituaes. A historia é a historia viva, a chronica a historia morta; a historia, a historia contemporanea, e a chronica a historia passada; a historia é precipuamente um acto do pensamento, a chronica um acto de vontade. Toda a historia se torna chronica quando já não é pensada, mas somente recordada nas palavras abstractas, que eram em tempos concretos e a exprimiam. Chronica é a propria historia da philosophia, escripta pelos que não entendem philosophia, e lida por elles; historia era a, — que nós estaremos agora, segundo o costume, dispostos a ler como chronica —, do monge cassinês que, por exemplo, assignalava: «1001. *Beatus Dominicus migravit ad Christum.* 1002. *Hoc anno venerunt Saraceni super Capuam.* 1004. *Terremotus ingens hunc montem exagitavit*», etc.; e tinha presentes aquelles factos, e se enternecia pela partida do beato Domingos, e se aterrava pelos flagellos humanos e naturaes que atacavam a sua terra, e via naquella successão de acontecimentos a mão estendida de Deus. O que não impede que, pelo mesmo monge cassinês, aquella historia pudesse manifestar-se chronica, quando lhe transcreve as frias formulas, sem mais se representar e pensar o seu conteudo, com o unico proposito na mente de não deixar desperdiçar aquellas memorias e transmitti-las áquelles que no futuro teriam habitado, depois d'elle, Montecassino.

Mas o achado da verdadeira distincção entre chronica e historia, que é distincção formal (isto é verdadeiramente real), não só no livro do fatigante e esteril tagarelar em distincções materiaes (isto é phantasticas), mas tambem nos põe na situação de regeitar um communissimo preconceito, que é o da *anterioridade* das chronicas sobre as historias. «*Primo Annales* (as chronicas) *fuere, post Historiae factae sunt*», segundo o dito de um antigo (o grammatico Mario Vittorino), repetido, generalizado e universalizado. Mas da indagação sobre o caracter, e por isso sobre a genesis, das duas operações e dos dois aspectos, resulta em vez daquillo justamente o opposto: *primeiro a Historia, depois a Chronica*. Primeiro o vivente, depois o cadaver; e fazer nascer a historia da chronica valeria tanto como fazer nascer o vivente do cadaver, que é, ao contrario, o residuo da vida, como a chronica é o residuo da historia.

III. A historia, separada do documento vivo e tornada chronica, já não é um acto espiritual mas uma coisa, um complexo de sons ou de outros signaes. Mas tambem o documento, separado da vida, não é senão uma coisa semelhante á outra, um complexo de sons ou de outros signaes: por exemplo, os sons e as letras nas quaes foi já communicada uma lei, as linhas entalhadas na marmore e que manifestaram um sentimento religioso graças á imagem de Deus, um montão de ossos nos quaes actuou em tempos o organismo de um homem ou de um animal.

Existem estas coisas, as narrações vazias e os documentos mortos?

Em certo sentido não, porque as coisas externas, fóra do espirito, não existem; e já sabemos que a chronica, como narração vazia, só existe enquanto o espirito a produz por um acto de vontade (e póde ser opportuno advertir ainda uma vez que tal acto traz sempre consigo um novo acto de consciencia e de pensamento); por um acto volitivo que separa o som do pensamento, no qual tinha a sua certeza e concretização. E igualmente, aquelles documentos só existem enquanto são manifestações de uma nova vida, como o cadaver que é effectivamente tambem um processo de criação vital, embora pareça de decomposição e alguma coisa morta relativamente a uma fórmula determinada de vida. Mas pela mesma fórmula por que os sons vazios, que já encerraram o pensamento duma historia, continuam a chamar-se « narrações » em recordação do pensamento que encerraram, assim aquellas manifestações de nova vida continuam a considerar-se seguimentos da vida que os precedeu e que se extinguiu.

E eis-nos, graças a esta cadeia de deducções, no caso de nos dar conta da divisão, que se encontra em muitos methodologistas modernos, das fontes historicas em narrações e documentos, ou, como tambem se costuma formular, em tradições e residuos ou sobejos. (*Ueberbleibsel, Ueberreste*). A divisão é irracional no ponto de vista empirico, e póde valer como exemplo typico da inopportuna introdução de um pensamento especulativo no empirismo. Tão irracional que se esbarra immediatamente na dificuldade de não poder distinguir o que se queria distinguir; uma « narração » vazia, considerada como coisa, adapta-se a toda e qualquer coisa, que se chame « documento ». E, por outra parte, mantendo-se a distincção, esbarra-se na anterior dificuldade de construir a historia fundando-se sobre duas diversas ordens de dados (tendo um pé na margem e outro no rio); quer dizer, recorrendo a duas instancias parallelas, uma das quaes remette perfeitamente á outra. E quando, para sahir do incommodo parallelismo, se procura determinar a relação das duas especies de fontes, ou esta relação se esconde na superioridade de uma das duas sobre a outra, e a distincção desaparece porque a fórmula superior resolve em si e annulla a inferior; ou se propõe um terceiro termo no qual as duas fórmulas se unifiquem distinguindo-se, e é este um outro modo de declara-las inexistentes naquella abstracção. Por isso não me parece sem significado que a divisão de narrações e documentos não tenha achado cabimento junto dos mais empiricos methodologistas, que não se embaraçam em taes subtilezas e se satisfazem em agrupar as fontes historicas em fontes *escriptas* e fontes *figuradas*, ou noutras fórmulas semelhantes: enquanto na Allemanha se fez valer por Droysen nos seus apreciaveis *Elementos de Historia* (por Droysen, que era um espirito fortemente disposto á philosophia), e tem tido fortuna junto doutros methodologistas, que por effeito das ricas tradições philosophicas daquelle paiz são empiristas hybridos, « systematicos » ou « pedantes », como se costuma considera-los sob o ponto de vista doutras culturas. E ha pedanteria aqui, e é justamente naquella inopportuna philosophia; mas ah! como aquella inopportunidade, e as contradicções que se extrahem, são salutaes, e como desperta os entendimentos do seu somno empirico, e lhes faz entrever que, onde se suppunham coisas, estão ao contrario actos espirituaes; onde se julgavam em contraste os termos dum dualismo inconciliavel, opéra em vez disso a relação e a unidade! A divisão das fontes em narrações e documentos, e a superioridade attribuida aos documentos sobre as narrações, e a affirmada necessidade, comtudo, das narrações como elemento subordinado mas ineliminavel, offerecem quasi uma mythologia ou uma allegoria, que representa imaginosamente a relação de vida e pensamento no pensamento historico, de documento e de critica.

E o documento e a critica, a vida e o pensamento, são as verdadeiras fontes da historia, isto é, dois elementos da synthese historica; e, como taes, não estão perante a historia, ou seja perante a synthese, pelo modo por que se imaginam as fontes perante aquelle ou aquella que lá chegue com um balde, mas dentro da propria historia, dentro da synthese, constitutivas della e constituídas por ella. Donde a idéa duma historia, que tenha as suas fontes fóra de si, é uma outra imaginação para desprezar justamente com a da historia que tenha antes de si a chronica: duas fallazes imaginações, que, no fundo, confluem numa só. As fontes, no sentido extrinseco dos empiricos, como coisas, são, semelhantemente á chronica que é uma classe destas coisas, não anteriores, mas posteriores á historia. Estaria fresca a historia, se esperasse nascer daquillo que vem depois della; e se esperasse nascer das coisas externas! Da coisa nasce coisa, e não nasce pensamento: a historia, que procedesse das coisas, seria uma coisa, isto é, aquelle tal inexistente de que falei ha pouco.

Comtudo se, tanto pela chronica como pelos documentos, se tem a apparencia de que elles são anteriores á historia, e suas fontes extrinsecas, deve haver ahi uma razão. O espirito humano conserva os despojos mortaes da historia, as narrações vazias, as chronicas; e o mesmo espirito recolhe os braços da vida passada, os sobejos, os documentos, e procura conserva-los quanto possível inalterados ou restaura-los á medida que se alteram. Qual é o fim destes actos de vontade, que se explicam no conservar o vazio e o morto? Talvez a illusão ou a estulticia, que detem o mortal, extinto, no seu limiar do inferno, graças á fundação das casas dos mortos, dos sepulchros? Mas os sepulchros não são menos estulticia e illusão, embora um acto moral, com o qual se affirma, symbolizando, a immortalidade da obra cumprida pelos individuos, que estão mortos e comtudo vivem em nós. E um acto de vida que serve á vida, é aquelle transcrever historias vazias e recolher documentos mortos. Virá o momento em que elles nos facilitarão a reproduzir, enriquecida, no nosso espirito a historia passada, refazendo-a presente.

Porque a historia morta revive e a historia passada refaz-se presente, logo que o desenvolvimento da vida assim o requer. Jazerem nos seus sepulchros os latinos e os gregos, emquanto a nova maturidade do espirito europeu, na Renascença, não os despertou; jazerem esquecidas ou pouco observadas ou mal entendidas as formas primitivas, barbaras ou phantasticas de civilização, emquanto aquella nova phase do espirito europeu, que tomou o nome de Romantismo ou de Restauração, não «sympathizou» com ellas, ou antes não as reconheceu como seu proprio presente. Tanta historia, que para nós agora é chronica, tantos documentos que para nós agora são mudos, serão, um dia, percorridos por novos estremecimentos de vida, e tornarão a falar.

Estas reviviscencias têm motivos inteiramente anteriores; e não ha multidão de documentos ou de narrações, que possa effectua-las, antes são ellas mesmas que se juntam á multidão e levam adeante de si os documentos e as narrações, que, sem ellas, ficariam dispersos e inertes. E será impossivel entender jamais nada do processo effectivo do pensar historico, se não se partir do principio que o proprio espirito é historico, e em cada momento seu creador de historia e resultado juntamente de toda a historia anterior; de maneira que o espirito traz em si toda a sua historia, que coincide depois consigo proprio. Esquecer um aspecto da historia e recordar-lhe um outro não é senão o proprio rhythmo da vida do espirito, que opera determinando-se e individualizando-se, e indetermina e desindividualiza sempre as precedentes determinações e indivi-

dualizações para lhes crear outras mais ricas. O espirito reviveria, por assim dizer, a sua historia, tambem sem aquellas coisas externas que se chamam narrações e documentos; mas aquellas coisas externas são instrumentos que elle se forma, e actos preparatorios que elle cumpre, para actuar a reviviscencia interior, em cujo processo se resalvem. E para tal uso o espirito assegura e zelosamente conserva as «memorias do passado».

Isto que cada um de nós faz a cada instante, tomando nota no canhenho de datas e de factos relativos ás próprias occorrencias (chronica), ou fechando numa caixinha fitas e flores secas (seja-me permittido recorrer ás imagens mais suaves para offerer exemplo da colheita de «documentos»), executa-se em mais larga escala, quasi por delegações da sociedade inteira, por uma classe de trabalhadores, que se chamam *philologos*, e mais particularmente *eruditos*, quando colhem testemunhos ou narrações, e *archivistas* e *archeologos*, quando recolhem documentos e monumentos; com os lugares em que se guardam aquelles objectos (as «brancas e caladas casas dos mortos»), se chamam bibliothecas, archivos, museus. Pode-se querer mal aos eruditos, archivistas e archeologos, que se applicam num officio necessario, e por isso util e importante? Todavia corre o costume de os escarnecerem ou de os olharem compassivamente. Verdade é que ao escarneo e ao sorriso elles dão ás vezes pretexto, com a sua ingénua crença de terem debaixo de chave a historia, e de abrirem á sua vontade as «fontes», pelas quaes a sequiosa humanidade poderá attingi-la: aquella historia, que, pelo contrario, está em nós todos, cujas fontes estão no nosso peito. E o nosso peito, elle só é o cadinho em que o *certo* se transforma com o *verdadeiro*, e a *philologia*, juntando-se com a *philosophia*, produz a *historia*.

IV. — Até aqui temos vindo mostrando a genesis de algumas formas mentaes — a historia, a chronica, a philologia, — que, comquanto diversas entre si, devem considerar-se todas physiologicas, ou antes verdadeiras e racionaes. Mas a ordem logica conduz-me agora da physiologia á pathologia, ás formas que não são formas mas deformações, não verdadeiras mas erroneas, não racionaes mas irrationaes.

Porque aquella ingenua crença dos philologos de ter fechada nas suas bibliothecas, museus e archivos a historia (semelhante assim áquelle genio das *Mil e uma noites*, que tinha estado fechado como fumo num pequeno vaso), não fica inactiva, e gera a idéa de uma historia que se faça sobre as coisas, sobre as tradições e os documentos (tradições vazias e documentos mortos): que é a forma que poderia chamar-se da historia *philologica*. Digo a idéa e não a realidade, porque construir uma historia sobre coisas externas é simplesmente impossivel, por esforços que se façam e habilidades que se empreguem. As chronicas aperfeiçoadas, recortadas, tornadas a combinar, a ordenar, ficam todavia sempre chronicas, isto é, narrações vazias: os documentos restaurados, reproduzidos, descriptos, alinhados, ficam documentos, isto é, coisas mudas. A historia philologica reduz-se ao transvasamento de varios livros e de varias partes de diversos livros num novo livro: operação que tem tambem na linguagem corrente um nome apropriado, e se chama «compilação». As quaes compilações são habitualmente uteis, porque poupam a fadiga de manejar varios livros ao mesmo tempo; mas não contem nenhum pensamento historico. Os modernos historiadores philologos olham com sentimento de superioridade os chronistas medievaes ou os velhos historiadores italianos (de Machiavelli e Guicciardini até o Giannone), que «transcreviam», dizem elles, nas partes narrativas ou chronisticas dos seus livros, as suas «fontes». Todavia elles mesmo não se comportam, nem podem

comportar-se de diverso modo, porque, compondo a historia com as « fontes » como com coisas externas, não falta senão transcrever as fontes: transcrever compendiando ou variando as palavras, que é ás vezes uma questão de bom gosto e outras um lustre litterario, e pondo as citações em regra, que é ás vezes prova de lealdade e de exactidão, e outros em darem a acreditar e darem-se a acreditar que pousam os pés solidamente, sobre o terreno da verdade, que seria a narração ou o documento citado. Quantas e quantas destas historias philologicas nos nossos tempos, especie de quanto se tem exagerado, isto é, feito unilateralmente o chamado « methodo philologico » ! Historia de nobre e « scientifica » apparencia, mas ás quaes *fehlt leider! das geistige Band*, falta o nexu espirital; e que não consistem, no fundo, senão em doudas ou doudissimas « chronicas » livros de consultação quando occorre, mas não palavras que alimentem e aqueçam os espiritos e as almas.

Todavia indicado que a historia philologica dá effectivamente chronicas e documentos e não historias, poder-se-hia perguntar em que esteja a sua irracionalidade e o seu erro; posto que, por outro lado, a formação das chronicas, e a colheita dos documentos, e todós os cuidados que se empreguem ácerca delles, tenham sido julgados por nós racionalissimos. Mas o erro não está no facto, mas só na « pretensão » ou na « idéa », que acompanha o facto; e a idéa ou a pretensão é a que foi definida acima como propria da historia philologica: compor a historia mercê das narrações e documentos. Pretensão que exerce tambem um serviço racional, emquanto põe, embora não satisfaça, a exigencia da historia, que ultrapasse a mera chronica e o mero documento; mas que emquanto em effectos, não os ultrapassa, é contradictoria, e por isso absurda.

E, visto que a pretensão é absurda, a historia philologica está, na sua idéa, privada de verdade, porque, semelhante á chronica, não tem a verdade dentro de si mas na auctoridade, á qual remette. Gabar-se-ha que a historia philologica joeira as auctoridades e escolhe as mais fidedignas. Mas, sem falar tambem na chronica, ainda o mais rude ignorante e credulo chronista tinha o mesmo procedimento e joeirava as auctoridades e escolhia as que eram para elle mais dignas de fé; trata-se sempre de fé (isto é, de pensamento d'outrem e passado), e não de critica (isto é, pensamento nosso e em acção), de verosimilhança e não de certeza que é verdade: no que a historia philologica pode ser sem duvida *exacta*, mas não *verdadeira* (*richtig*, e não *wahr*). E, como está privada de verdade, assim está privada de interesse; e se a historia verdadeira é « interessante », porque é determinada por um interesse pratico e ethico que procura hoje luz em torno dum problema, a historia philologica abraça qualquer materia por mais distante da alma do compilador como homem: de tal forma que eu, como philologo, poderei volver-me igualmente para a historia italiana do ultimo meio seculo ou para a da dynastia chinesa dos Tsin; e volver-me-hei a uma e a outra por interesses extrahistoricos, que se formam no circulo particular do philologismo.

Este proceder sem verdade e sem paixão da historia philologica illumina as razões de vivo contraste, que se renova de continuo, entre os historiadores philologos e os historiadores propriamente ditos; os ultimos dos quaes, attentos na solução de problemas vitaes, se impacientam ao ver que se lhes offerecem em resposta os frigidis productos da philologia, ou se agastam com a insistente asserção, que a historia é assim, e que com aquelles methodos e aquelle espirito deve ser elaborado. A mais bella explosão, que se pode admirar, deste sentimento de enfado e desdem, acha-se talvez nas *Letters on the study of his-*

tory (1751) do Bolingbroke; onde a erudição é definida nem mais nem menos que «ignorancia faustosa;» — as doudas compilações sobre a historia antiga e primitiva, admittidas quando muito como aquelles «preludios bizarros,» que precedem os concertos e servem para afinar os instrumentos, e que só um ouvido embotado pode tomar por harmonia, como só um embotado de senso historico pode tomar aquellas compilações pela verdadeira historia; — em anti-these a ellas, é proposta como ideal numa especie de «mappamundi politicos,» com vantagem da intelligencia e não da memoria, e recordados, como escriptos que se avizinham d'este ideal, o primeiro livro das *Historias florentinas* de Macchiavel e, melhor ainda, o *Tratado dos beneficios* de frei Paulo; e, finalmente, sustenta-se que a historia verdadeira e viva não convem remontar alem do começo do seculo dezaseis, alem de Carlos v e de Henrique viii, quando justamente teve origem o systema politico e social da Europa, ainda em acção nos principios do seculo dezoito; e daquelles dois seculos d' historia procura-se dar um quadro, para uso dos politicos e não dos curiosos e dos eruditos. — Não ha, creio eu, quem queira negar o sentimento justo da historia, que promove estas exigencias, tão vivamente affirmadas; embora o Bolingbroke não se elevasse, nem lhe fosse facil elevar-se, dadas as condições de cultura do seu tempo e do seu paiz, ao conceito do morrer e do renascer de toda a historia (que é o conceito especulativo, e não empirico, da historia «actual» e «contemporanea,») e não suspeitasse que a historia primitiva e barbara, por elle lançada a um canto como inutil farrapada, resurgiria fresquissima meio seculo depois, por effeito da reacção ao illuminismo e ao jacobinismo, de cuja reacção devia estar entre os principaes promotores um publicista do seu proprio paiz, Burke; antes, que já resurgia mesmo no seu tempo, num angulo de Italia, na alma e na mente de João Baptista Vico. Não buscarei outros exemplos, depois deste conspicuo, de Bolingbroke, do contraste entre os historiadores effectivos e os historiadores philologicos, porque se trata duma coisa conhecidissima, e duma lucta que se accende a cada instante debaixo dos nossos olhos. E accrescentarei sómente que é decerto deploravel (embora seja inteiramente natural, visto que nas luctas os golpes não se medem) que a polemica contra os «philologistas» passe a polemica contra os philologos puros e simples: contra os pobres eruditos, archivistas e archeologos, verdadeiros animaesinhos innoferos e beneficos, se fossem destruidos os quaes (como no excesso polemico ás vezes se augura), a boa cultura dos campos do espirito não só seria nisso prejudicada, mas deveras arruinada, e seria preciso promover urgentemente a reintrodução e reproducção daquelles coefficientes de cultura; approximadamente como me dizem que tem acontecido recentemente na agricultura franceza, depois da imprudente caçada feita alguns annos aos innoferos e beneficos sapos!

Tambem da opposição, embora insciente, do senso historico puro contra a historia philologica nasce a parte justificada ou justificavel da these sobre a *incerteza* e a *inutilidade* da historia: como se infere do facto de ainda os mais radicaes destes negadores (Fontenelle, Volney, Delfico, etc.) acabarem por admitir uma qualquer forma de historia a conservar como não inutil nem incerta, ou não de todo inutil nem incerta; e do outro facto, que as frechas destes se dirigem todas contra a historia philologica ou fundada sobre as auctoridades, á qual sómente se pode applicar a satyrica definição do Rousseau (no *Émile* como «*l'art de choisir, entre plusieurs mensonges, celui qui ressemble mieux á la vérité.*») Por tudo o mais, isto é, pela parte que provem do prejuizo sensorial e naturalista, aquelle scepticismo historico contradiz-se como todo o scepticismo, porque

as proprias sciencias naturaes, exaltadas em comparação, se fundam sobre a observação e sobre a experiencia, ou seja sobre a historia, e as « sensações » nas quaes está escondida toda a verdade do conhecer, não são todavia conhecimentos senão como affirmações, e portanto como historia.

Mas, verdadeiramente, a historia philologica, como todos os erros, não cae pelos golpes dos adversarios, mas por dissolução interna; e são os seus proprios cultores que a destroem quando a concebem como privada de ligação com a vida, com mera *exercitação* douda (vejam-se tantas historias em que são tratados *themas* escolasticos para adestramento na indagação, na interpretação e na exposição, e tantas outras que q̄. continuam este processo ainda fora da escola, por impulso dado), e quando mostram elles mesmos a incerteza della, confundindo de *duvidas* cada affirmação. A deter esta espontanea dissolução da historia philologica, formou-se a distincção entre *critica* e *hypercritica*, louvando e permittindo aquella, censurando e prohibindo esta; mas a distincção é, das costumadas onde a moderação inintelligente procura abalar (sem, aliás, conseguir o seu intento) as antitheses, que não sabe resolver. A hypercritica é a continuação natural da critica, a propria critica; e separar a critica em um menos e em um mais, e admittir o menos e negar o mais, é uma coisa disparatada para não dizer ridicula. Não ha auctoridades « certas » e outras « incertas »; mas todas são incertas, graduadas na incerteza de maneira inteiramente extrinseca e conjectural: quem nos garantirá da falsidade affirmada por distracção ou por momentaneo transporte passional da testemunha habitualmente diligente e proba? Sabiamente, uma inscripção quinhentista, que se lê ainda numa antiga viella de Napoles, roga a Deus (e os historiadores philologos deviam pedi-lo férvidamente todas as manhãs) que nos affaste, agora e sempre, « *da bugia d'homo da bene.* » De maneira que aquelles historiadores estão no seu pleno direito quando empurram a critica até á chamada hypercritica e inutilizam todo o seu trabalho, que poderia por isso tomar o titulo do livro de Sanches: *Quod nihil scitur.* E eu lembro-me que, novito e estudante de erudição, fiquei ferido pela phrase dum meu pouco litterario amigo, ao qual tinha dado a ler numa assaz critica e hypercritica historia de Roma antiga, e que no fim da leitura, ao restituir-me o livro, me disse ter adquirido a soberba consciencia de ser « o mais poderoso de todos os philologos, » porque elles chegam á conclusão de que nada sabem á força de fadigas, e elle não sabia nada sem nenhuma fadiga, por dom da natureza.

V. — Consequencia deste dissipamento e volatilização da historia philologica seria a negação da historia que se pretenda construir sobre narrações e documentos, concebidos como coisas externas, e o abaixamento destes a meros auxiliares do saber historico, tal como se vem determinando e redeterminando no desenvolvimento do espirito. Mas, repugnando-nos tal consequencia e persistindo-se não obstante os repetidos revezes, na idéa de construir a historia com aquelle methodo, surge o ulterior problema do modo de sanar, sobre aquellas bases, a frigida indifferença da historia philologica e a sua desesperada incerteza. E o problema, falso, não pode receber senão uma falsa solução, que se explica pelo substituir o interesse do pensamento que falta pelo interesse do *sentimento*, e aqui inatingivel coherencia logica pela coherencia *esthetica* da representação. A nova forma erronea da historia, que se obtem por tal meio, é a *historia poetica*.

Exemplos de taes historias fornecem-nos abundantemente as biographias affectuosas que se compõem acerca duma pessoa querida e venerada, e as satyricas sobre uma pessoa odiada; as historias patrioticas, que enaltecem as glorias

e lastimam as desventuras do povo a que se pertence ou com o qual se sympathiza, e aquellas que derramam luz obliqua sobre o povo inimigo, o adversario da propria nação; a historia universal, conduzida sob o ponto de vista do liberalismo ou do humanitarismo, e a narrada por um socialista, que descreva os feitos (como Marx dizia) do « cavalleiro da triste figura », do capitalista, ou outra de um anti-semita, que mostre por toda a parte, nas desventuras e torpezas humanas, o judeu, e, nas felicidades e esplendores, a expulsão do judeu. Nem a historia poetica se exhaure nestas tonalidades fundamentaes e abstractas do amor e do odio (do odio que é amor e do amor que é odio), mas passa por todas as mais complicadas formas e as mais finas gradações do sentimento; e assim se obtêm historias poeticas, que são amorosas, melancholicas, nostalgicas, pessimistas, resignadas, confiadas, alegres, e quantas outras se possam imaginar. Herodoto canta as canções da inveja dos deuses; Livio o *epos* da virtude romana; Tacito compõe tragedias de horrendo, dramas isabelianos em sculptural prosa latina; e, chegando aos modernos e modernissimos, Droysen dá forma á sua aspiração lyrica em favor do estado forte e concentrador narrando a historia da Macedonia, Prussia da Hellade; Grote em favor dos institutos da democracia, symbolisada em Athenas; Mommsen em favor do imperio, symbolizado em Cesar; e Balbo derrama o seu ardor pela independencia italiana, empregando para tal fim todas as recordações das luctas italicas, a começar nada menos que nas dos Italos e Etruscos contra os Pelasgos; Thierry celebra a burguesia contando a historia do terceiro estado, de Jacques Bonhomme; os Goucourt escrevem romances voluptuosos, descrevendo as figuras da Pompadour ou da Dubarry, e da rainha Antonietta; e De Barante sonha mulheres, cavalleiros, armas e amores, na sua historia dos duques de Borgonha.

Pode parecer que, desta maneira, seja verdadeiramente vencida a indifferença da historia philologica, e a materia historica appareça dominada por um principio e criterio de *valor*: que é a citação que se costuma applicar agora com insistencia á historia por parte dos methodologistas e dos philosophos. Mas eu tenho afastado até agora esta palavra pelo equivoco que ahí se estabelece, e no qual se costuma bem frequentemente cahir. Porque, sendo a historia historia do pensamento, e o espirito sendo valor, e antes o unico valor que se pode conceber, é claro que a historia é sempre historia de valores; e, visto que na consciencia historiographica o espirito se faz transparente a si mesmo, como pensamento, o valor que rege a historiographia é o valor do pensamento. Mas, justamente por isso, principio determinante della não pode ser o valor que se diz « de sentimento », e que é vida e não pensamento; e, quando esta vida se exprime e representa ainda não subjugada pelo pensamento, é poesia e não historia. Para transformar a biographia poetica em biographia historica é preciso reprimir, como tambem se diz, os nossos amores, as nossas lagrimas, os nossos desprezos, e indagar em que se tenha applicado o individuo, do qual se narra a vida, na obra social ou da civilização; e o mesmo deve fazer-se para a historia nacional e para a da humanidade, e para qualquer outro agrupamento ou funcionamento historico, para qualquer outra ordem de acontecimentos: é preciso superar, ou seja transformar, os valores de *sentimento*, em valores de *pensamento*. Se não nos achamos no caso de nos elevarmos a esta « subjectividade » do pensamento, produziremos poesia e não historia: o problema historico ficará intacto, ou melhor, não terá ainda nascido, e nascerá quando houver de nascer. O interesse, que então nos mover, não é o interesse da vida que se faz pensamento, mas da vida que se faz intuição e phantasia.

E, desde que se entrou no reino da poesia, enquanto o problema historico ahi fica, a erudição ou philologia, da qual parece que se prenderam os movimentos, permanece aqui, ou melhor, é inteiramente ultrapassada. Na historia philologica, não obstante a pretensão justa, as chronicas e documentos persistiam indigestos, crus, como eram naturalmente. Mas na historia poetica têm-se profundamente alterado, ou para falar mais exactamente, têm sem duvida desaparecido. Deixemos o caso (que não é raro, de resto), do historiador que, intencionalmente, para alcançar effeitos artisticos, misture as suas invenções e imaginações aos factos deduzidos das chronicas e dos documentos, e procure faze-los passar por historia; isto constitue uma mentira e uma embrulhada, de competencia do juizo moral. Mas a alteração, intrinseca áquella historiographia, consiste justamente no escolher e conhecer os particulares, que se extraem das «fontes», segundo um motivo não de pensamento, mas de sentimento: o que, bem considerado, é substancialmente um inventar ou imaginar os factos: a nova conexão concretiza-se num novo facto imaginado. E visto que os dados deduzidos das fontes não tornam sempre possível a conexão requerida, julga-se licito «*solliciter doucement les textes*» (como dizia, se não me engano, um destes historiadores poetas, Renan) e, se não de modo assertivo, pelo menos de modo problematico, ou seja sob a forma de conjectura, misturar aos dados de facto dados imaginarios. Vossio censurava aquelles historiadores gregos e d'outros povos, que narrando fabulas, «*ad effugiendam vanitatis notam satis fore putant si addant sollemne suum auint, fertur, ver aliquid quod tandundem valeat.*» Mas tambem nos nossos dias seria divertido e instructivo catalogar as formas d'insinuação, de que se servem historiadores que passam por serissimos, para introduzirem as suas pessoas imaginações: «talvez», «pareceria», «dir-se-hia», «agrada pensar», «alegra suppor», «é provavel», «é evidente», e semelhantes; e notar como ás vezes vão omittindo insensivelmente estas cautellas e contam, como se as tivessem visto, coisas que elles mesmos têm excogitado para completarem o seu quadro, e pelas quaes ficariam muito embaraçados se um perguntador, indiscreto como *un enfant terrible*, lhes perguntasse: «Como as sabeis? quem vo-las disse?» A beneficio desta auctoridade que se procura conferir aos historiadores, se não *quidquid*, pelo menos *aliquid audendi*, applicou-se sobre a theoria methodologica, da «phantasia, indispensavel ao historiador, que não queira ser mero chronista,» phantasia reconstructiva e integrante; ou, como tambem se diz, a «necessidade de integrar o dado historico na nossa psychologia pessoal ou conhecimento psychologico;» theoria que, semelhante á do valor na historia, tambem contem um equivoco. Porque, sem duvida, a phantasia é indispensavel ao historiador; a critica vazia, a narração vazia, o conceito sem intuição e phantasia, são inteiramente estereis; isto se tem dito e redito nas minhas paginas, com o requerer a vida experiencia dos acontecimentos, dos quaes se colhe fazer a historia, o que importa ao mesmo tempo a elaboração delles como intuição e phantasia; sem esta reconstrucção ou integração phantasista, a historia não se pensa nem se repensa. Mas semelhante phantasia, verdadeiramente indispensavel ao historiador, é a phantasia inseparavel da synthese historica, a phantasia no pensamento e pelo pensamento, a concreção do pensamento, que nunca é um conceito abstracto mas sempre uma relação e um juizo, não uma indeterminação mas uma determinação.

E por isso deve distinguir-se radicalmente da livre phantasia poetica, apreciada pelos historiadores poetas, que vêm e ouvem o rosto e a voz de Jesus no lago de Tibériade, ou seguem Heraclito nos seus passeios quotidianos entre as

collinas de Epheso, ou revelam os secretos colloquios entre Francisco de Assis e a suave terra da Umbria.

Tambem aqui se perguntará que erro se pode, pois, attribuir á historia poetica se ella é poesia (forma necessaria do espirito e uma das mais dilectas do coração do homem), e não historia; mas tambem aqui é preciso responder — analogamente á resposta dada para a historia philologica, — que o erro não está no que se faz, mas no que se pretende fazer; não no crear poesias, mas no affirmar historias que são poesias, historias poeticas, contradicções.

Tanto está longe do meu pensamento reprovar as poesias entretecidas sobre dados historicos, que, pelo contrario, eu sustenho que grande parte da poesia de todos os tempos, e especialmente dos tempos modernos, deve procurar-se nos livros chamados de historia. A epopeia, por exemplo, não está como se julga, morta na Italia do seculo dezanove; apenas não se encontra «nos poemas epicos» de Botta, Bagnoli, Bellini ou da Bandettini, onde os procura o escasso entendimento dos litteratos classificadores, mas nas narrações da historia da Renascença, onde se derramam a epopeia, o drama, a lyrica, a satyra, o idyllo e a elegia, e quantos «generos poeticos» se desejem; a historiographia da Renascença é, em grande parte, uma historiographia poetica, rica de lendas, que aguarda ainda os historiadores, ou os tem encontrado só ás vezes e como por acaso: justamente como a epopeia antiga ou medieval, que, se intrinsecamente era poesia, era porém considerada historia pelos ouvintes e frequentemente talvez pelos proprios compositores. Reivindico aos outros e a mim mesmo o direito de sonhar a historia nas formas que o meu sentimento pessoal me dictar; o imaginar uma Italia bella como uma mulher desejada ou querida como uma mãe ternissima ou austera como uma avó veneranda, e espiar os movimentos della nos seculos, e até prophetizar-lhe o futuro, e crear para mim na historia idolos de amor e de odio, e embellezar mais até para minha satisfação as personagens bellas e tornar mais feias as feias; indagar todas as recordações e todas as particularidades, as feições do rosto, os gestos, os vestidos, as habitações, todas as particularidades insignificantes (para os outros ou por outros respeitos insignificantes, mas não para mim naquelle acto), para approximar-me quasi physicamente dos meus amigos e das minhas amantes, dos quaes e das quaes possuo um bello circulo ou *harem* — na historia. Mas fica bem ajustado que, quando eu ou outros houvermos de fazer historia, historia verdadeira e não poesia historica, poremos de parte mythos e idolos, amigos e amantes, sympathias e antipathias, e iremos direitos ao unico problema da historia que é o Espirito e o Valor (ou se se deseja termos menos philosophicos e mais correntes, a Cultura, a Civilização, o Progresso); e olha-lo-hemos com os dois olhos e com a unica vista do pensamento, e quando alguém, naquella esphera ou naquella altura, nos falar ainda dos sentimentos que pouco antes nos tumultuavam no peito, escuta-lo-hemos como quem nos fala de coisas agora longinquas e mortas, e não participaremos mais delles, porque o unico sentimento, que nos enche agora toda a alma, é o sentimento da Verdade, a indagação da Verdade historica.

VI. — Com a historia poetica, isto é com a recahida da historia numa esphera idealmente anterior, como é a da poesia, o cyclo das formas erroneas de historia (ou seja das formas erroneas theoricas) está completo. Mas talvez não fosse completo o meu discurso, se calasse uma chamada forma de historia, que teve grande importancia na antiguidade, quando formulou até a propria theoria, e que continua a tê-la nos nossos tempos, embora occulte agora voluntariamente o rosto e mude de mascara e de vestes. E' a historia que, na antiguidade se

chamava *oratoria* ou *rethorica*, e se propunha variadamente, segundo as intenções dos rhetoricos, ora ensinar philosophia pelos exemplos, ora mover á virtude, ora instruir acerca dos melhores institutos politicos ou militares, ora, simplesmente, deleitar. E ainda nos nossos dias, não sómente nas escolas elementares (onde parece entendido que convem propinar ás creanças o amargôr da sabedoria com a doçura da fabulazinha), mas entre homens modernos, se pede e subministra este typo de historia, reunido estreitamente á politica onde se trate de politica, ou á religião, á philosophia e á moral, onde se trate destas e semelhantes coisas, ou ao divertimento, como acontece nos livros de anedoctas, de curiosidades, de historias escandalosas e terrificantes. Todavia pode ella considerar-se, não digo historia mas forma erronea (*theorica*) de historia? A estructura da historia oratoria presuppõe uma *historia bella e formada*, ou pelo menos uma historia poetica ou philologica, que seja recitada para um *fim pratico*. O fim será instigar uma commoção, preparatoria da virtude, um remorso, um pudor ou um enthusiasmo; ou então repousar os animos com variar o spectaculo, como nos jogos; ou então introduzir nas intelligencias uma verdade historica, philosophica ou naturalista que é: *movere, delectare, decre*, ou como por outra forma se classifiquem estes fins; mas será sempre um fim, isto é, um acto pratico, que se vale da recitação da historia como de um meio ou de um dos seus meios. Donde a historia oratoria (que mais exactamente andaria denominada *praxista*) compõe-se de dois elementos, a historia e o fim pratico, confluentes num só que é o acto pratico. E por isso não se pode sustentar polemica contra ella, mas somente contra a *theoria* della; aquella tal *theoria*, que era tão divulgada na antiguidade, da historia como *opus oratorium*, e semelhantes: ¹ *theoria* inteiramente analoga ás *theorias* edonisticas e pedagogicas, que prevaleceram então ácerca da poesia, e que julgavam indicar o fim da poesia, quando em vez disso lhe indicavam um *fim extrinseco*, e por tal maneira o ultrapassavam. Como acto pratico, a historia *praxista* (que não é historia) é incensuravel: cada um de nós não se satisfaz em indagar a historia, mas executa, e no executar pode bem valer-se da reevocação desta ou daquella imagem com incitamento á sua execução ou (o que vale o mesmo) á execução dos outros: pode em summa ler ou reler todos os livros, que lhe agradem, como o Catão o moço se poz a ler o *Phedone* para se preparar para o suicidio, e tantos a isso se prepararam com a leitura do *Werther*, do *Ortis* ou dos cantos de Leopardi; como tantos outros, da Renascença ao seculo dezoito, se prepararam para as conspirações e tyrannicidios, lendo Plutarcho, e como aquelle moço Boscoli, condemnado á morte por uma conspiração contra os Medicis, que dizia nas suas ultimas horas a Lucas della Robbia (que nos conta o facto): «Arranca-me da cabeça Bruto!» Bruto, isto é, não a historia que tinha lido e pensado, mas aquella que o fascinara e impellira ao delicto. Todavia a historia não é Bruto que procria os modernos Brutos que apunhalam, mas Bruto pensado e collocado no mundo do pensamento.

Um lugar aparte poderíamos ser tentados a dar á historia que se diz agora de *tendencia*, porque, por um lado, parece que não é simplesmente historia de sentimento ou poetica, tendo claramente adiante um fim a attingir; e, doutro que este fim não é imposto de fóra, mas coincide com a propria concepção da historia: donde pelo menos conviria considera-la como uma historia media entre

¹ Neste passo do texto se supprimem alguns vocabulos em caracteres gregos.

a poetica e a praxista, mixto das duas. Mas formas medias e productos hybridos existem sómente nas ficções classificadoras dos empiricos, e nunca na realidade do espirito; e a historia de tendencia é, na Verdade, quando se analyse, ou historia poetica ou historia praxista, sempre bem entendido que se prescindia (como se deve) dos livros nos quaes uma ou outra vez se acham materialmente encostados, como de resto alli se encontram habitualmente a historia verdadeira, a chronica, o documento, a historia philologica e a poetica. O que dá a illusão duma mistura ou de uma especial forma de historia é o facto de muitos começarem pela inspiração poetica (amor da patria, fé dos partidos, entusiasmo por um grande homem, etc.), e acabarem no calculo praxista; começarem pela poesia e acabarem na allegação da advocacia; e ás vezes (embora mais raramente) percorrem o caminho inverso. E' dado observar esta duplice relação nas tantas historias de partido, que se têm composto desde que o mundo é mundo; nem é difficil discernir em que pontos dellas haja antes manifestações de poesia e em quaes de calculo; e o bom gosto e a critica fazem de continuo esta separação, tanto para a poesia e arte em geral, como para a historia.

Verdade é que o bom gosto ama e accêita a poesia e prescinde das intenções praticas do poeta e do historiador poeta; mas aquellas intenções praticas são acolhidas e approvadas pela consciencia moral, sempre que são boas intenções e, por consequencia boas acções; e comquanto seja costume falar mal dos advogados em geral, é certo que do advogado honesto não se pode fazer pouco na vida social. Nem se fez nunca pouco da chamada historia praxista, fosse na pratica grego-romana, que era de propor, para modelos ás almas, retratos de homens de estado, de capitães e de mulheres heroicas; fosse na medieval que era de recitar, para edificação, vidas de santos e de eremitas no deserto, ou de cavalleiros andantes valentes de braço e inabalaveis de fé; seja na nossa moderna que é de fazer ler, para edificação e para estimulo, biographias e lendas de inventores, de industriaes, de exploradores, de millionarios. Historias educativas, historias compostas de forma a promover determinadas disposições praticas ou moraes, existem verdadeiramente; e todo o italiano sabe como no periodo da Renascença aquelles effeitos foram produzidos pelas historias de Colleta, de Balbo e semelhantes, e todos os homens conhecem livros que teem «inspirado» ou «inculcado» o amor do proprio paiz, da propria cidade ou campanario.

Esta efficacia moral, que é da moral e não da historia, tem tão fortemente preocupado os entendimentos que dura ainda o prejuizo de indicar á historia (bem como á poesia) no campo pedagogico, uma funcção moral: prejuizo, que anima até o ensaio pedagogico de Labriola sobre o *Ensino da Historia*. Mas se com a palavra «historia» se comprehende tanto a historia que é pensamento, como as que são em vez disso poesia, philologia ou vontade moral, é claro que a «historia» entrará no processo educativo não sob uma só, mas sob todas estas formas: embora, como historia propriamente dita, sob uma só, que não é a da educação moral, exclusiva ou absolutamente considerada, mas da educação ou desenvolvimento do pensamento.

VII. — Fala-se tanto, agora mais que nunca, da necessidade de uma «reforma da historia»; e a mim quer-me parecer que não ha nada a reformar. Nada a reformar no sentido que se dá a esta exigencia, dar forma isto é, uma *nova forma de historia* ou de crear pela primeira vez a *verdadeira historia*. A historia é, tem sido e será sempre a mesma, aquella que temos chamado historia viva, historia (idealmente) contemporanea; e são, têm sido e serão sempre as mesmas a chronica, a historia philologica, a poetica, e a (chamemo-la comtudo historia)

praxista. Aqueles que contribuem no empenho de crear uma nova historia, conseguem sempre reafirmar, ou contra a historia poetica a historia philologica, ou contra a historia philologica a historia poetica, ou contra uma e outra a historia contemporanea, e assim por diante: se contudo lhes não succede como a Buckle e a tantos enfadonhos sociologos e positivistas dos ultimos decennios, que, com grande pompa, e com não menos grande inintelligencia do que seja a historia, lamentam que á historia falte a possibilidade da observação e da experiencia (ou seja a abstracção naturalista da observação e da experiencia), e exaltam o «reduzir a historia a sciencia natural», e isto é (com circulo vicioso e comico) a uma forma mental, que é seu pallido derivado.

Num outro sentido, tudo ha certamente a profundar na historia; e a historia, a cada instante, trabalha no aperfeiçoar-se, ou seja, no proprio enriquecimento e aprofundação, e não ha historia que plenamente nos satisfaça, porque cada construcção nova gera novos factos e novos problemas, e sollicita novas soluções. Assim se narra sempre de novo, illuminando-a sempre diversamente, a historia de Roma e da Grecia, do christianismo, da reforma, da revolução francesa, da philosophia, da litteratura e de qualquer outra materia. Mas a historia reforma-se a si mesmo, ficando sempre a mesma; e a força do seu desenvolvimento está justamente naquella sua constancia.

A exigencia duma reforma radical ou abstracta nem mesmo pode receber o outro significado duma reforma da «idéa» da historia, da descoberta que se deva cumprir ou se tenha finalmente cumprido, do *verdadeiro conceito* da historia. Em todos os tempos se tem, de qualquer maneira, pensado a distincção entre a historia que é historia, e as que são phantasia ou chronica: como se poderia provar com as observações que se encontram, em todos os tempos, nos historia-dores e methodologistas, e com as confissões que involuntariamente escapam até aos mais confundidores dentre elles; e como, de resto, tem de introduzir-se com segurança da constituição do espirito humano, ainda que não tenham sido conservadas ou tenham faltado as palavras, nas quais aquellas distincções se exprimem. E tambem taes conceitos e taes distincções se reformam, com a propria historia, a cada instante, e se enriquecem e aprofundam: como deve ter-se por certo, e como mostra, de resto, a historia da Historia, que algum progresso tem realizado desde Diogenes de Halicarnasso ou desde Cícero, até Hegel ou Humboldt. E novos problemas se têm formado no nosso tempo, a alguns dos quaes justamente eu procuro responder com este meu ensaio: que está perfeitamente sciente de responder só a alguns de tantos elles, e especialmente de não responder (porque propriamente não pode) áquelles que se não formaram ainda e que todavia infallivelmente se formarão no futuro.

Por outro lado, pensar-se-ha que, pelo menos, a clareza conquistada pela consciencia historica ácerca da natureza do proprio producto, servirá para destruir as formas erroneas da historia, e que, demonstrado que a historia philologica é chronica ou documento e não historia, os «factos» que lhes correspondem deveriam desaparecer, ou pelo menos irem-se logo restringindo em extensão até desaparecerem de todo num tempo approximado ou longínquo, como desapareceram os trabucos perante as espingardas ou vão desaparecendo sob os nossos olhos as carruagens perante os automoveis.

E isto seria verdadeiramente possivel se aquellas formas erroneas se concretizassem em «factos», e se não fossem em vez disso, como acima disse, meros «pretextos». Se o erro, se o mal estivesse num facto, ha bastante tempo que a humanidade o teria desfeito, ou seja, teria passado sobre elle, pela mesma

forma por que se passou sobre a escravidão, a servidão da gleba, a economia da simples permuta, e tantas outras coisas, que eram «factos», isto é, formas transitorias suas. Mas o erro (e o mal, que lhe é identico) não é um facto, não tem existencia empirica, não é senão o momento negativo ou dialectico do espirito, necessario á concreção do momento positivo, á realidade do espirito; e por isso é indestructivel e eterno, e o destrui-lo na abstracção (visto que no pensamento não se pode) equivale á morte do espirito, como está confirmado pelo dito: que a abstracção é morte.

E sem estender-me na exposição duma doutrina que daria aqui lugar a uma digressão demasiado ampla, notarei que um olhar que se lance sobre a historia comprova a efficacia do erro, que não é um Calibano, mas antes um Ariel, que sopra por toda a parte, e chama e excita, e que nunca conseguimos agarrar como coisa firme. E, para tirar exemplos, sómente das formas gerais que tenho investigado neste ensaio, era certamente erro a historiographia polemica e de tendencia, que prevaleceu no periodo illuminista e que reduziu a historia a um apologo contra os padres e os tyrannos; mas quem teria querido regressar della simplesmente á historia erudita e apathica dos beneditinos e dos outros eruditos auctores d'in-folio? A tendencia exprimia (embora não satisfizesse) a necessidade de uma historia viva; e esta necessidade foi seguida pela criação duma nova historiographia no periodo do romantismo. E foi, sem duvida, erro o typo da historia meramente philologica, promovido pela Allemanha depois de 1820 e penetrado em seguida em toda a Europa; mas foi tambem um instrumento de libertação da historia mais ou menos phantasista e arbitraria, improvisada pelos philosophos; e quem della quereria simplesmente voltar ás philosophias das historias? E foi erro, isto é, fez-nos perder a calma historica, o typo de historia ora tendenciosa, ora e sobretudo poetica, que trouxe consigo o já muitas vezes mencionado movimento nacional italiano; mas aquella consciencia poetica, que se excedia a si mesma, pondo o pretexto da verdade historica, devia cedo ou tarde, gerar (como, em campo mais vasto, a do seculo dezoito) uma historia, que fosse teada com os interesses da vida, sem se lhes tornar servil ou deixar-se suggerir por elles phantasias de amor e de odio. Os exemplos poderiam multiplicar-se; mas o exemplo dos exemplos é o que acontece com cada um de nós, quando elaboramos uma materia historica; e vemos surgir de vez em quando, no decurso da elaboração, as nossas sympathias ou antipathias (a nossa historia poetica), as nossas intenções de homens praticos (a nossa historia oratoria), as nossas memorias chronisticas (a nossa historia philologica), e todas estas fórmulas de vez em quando mentalmente superamos e no supera-las, nos achamos de vez em quando na posse duma nova e mais profunda verdade historica. Assim se affirma a historia, distinguindo-se das não historias e vencendo os momentos dialecticos que nascem destas. E por isso eu dizia que não ha *absolutamente nada* a reformar *em abstracto*, e que ha sempre *tudo absolutamente* a reformar *em concreto*.

VIII. — Regressados, depois deste passeio dialectico, ao conceito, proposto no principio, da historia «como a historia contemporanea», uma nova duvida nos assalta e atormenta. Porque, se a critica que tenho desenvolvido, libertou aquelle conceito de uma das formas mais insistentes do scepticismo historico (o scepticismo, que deriva da incerteza das «testificações»); não parece que se tenha libertado ou possa libertar daquella outra forma de scepticismo, que se diz mais propriamente «agnosticismo», e que não nega absolutamente á historia a verdade, mas lhe nega a verdade plena; que é pois, em ultima analyse, um

pôr em duvida a verdade, porque conhecer metade é não conhecer. Da historia, diz-se, só uma parte, numa pequenissima parte, nos é conhecida: é como numa fraca luzinha, que torna mais sensivel a vasta tenebrosidade que se condensa sobre o nosso mundo.

E, na verdade, que é que nós conhecemos, não obstante todas as habilidades dos eruditos, das origens de Roma ou dos estados gregos, e dos povos que precederam a civilização grega e romana nos respectivos paizes? E, se algum pedaço da vida daquelles povos nos ficou, como é incerta a interpretação della; e se alguma tradição chegou até nós, como é pobre, confusa e contradictoria! E menos ainda sabemos dos povos que precederam aquelles povos, das immigrações da Asia e da Africa na Europa ou inversamente, e das relações com as terras americanas, e até com a Atlantida dos mythos. E a monogenia ou polygenia das especies humanas é um desesperado quebra-cabeças, aberta a todas as conjecturas; e aberto ás vãs conjecturas é o apparecimento sobre a terra do *genus homo*, e a sua affinidade ou parentesco com as especies animaes; e a historia da terra, do systema solar, de todo o cosmos, perde-se na chamada escuridão das origens. Mas a obscuridade não está somente nas « origens », toda a historia ainda a mais proxima de nós, a propria moderna europea, é obscura; e quem poderá nunca dizer quaes foram verdadeiramente os motivos que guiaram os actos de um Danton ou de um Robespierre, de um Napoleão ou de um Alexandre da Russia? e, sobre os proprios actos, isto é, sobre a exterioridade dos actos, quanta obscuridade e lacunas! Tem-se escripto rimas de livros sobre as jornadas de setembro ou sobre o dezoito do brumário ou sobre o incendio de Moscow; e quem sabe como se passaram propriamente aquelles factos? Como se tivessem passado não sabiam dizer nem mesmo aquelles que delles foram testemunhas directas, e que no-los transmittiram nas versões mais variadas e contradictorias. Mas deixemos a grande historia: ser-nos-ha pelo menos possivel conhecer inteira a pequena historia, não já a do nosso paiz, da nossa cidade, da nossa familia, mas cada um a pequenissima historia de si mesmo: o que é que verdadeiramente quiz quando (ha tantos annos, ou hontem) se abandonou aquelle movimento de paixão ou pronunciou numa determinada palavra; e como chegou a uma determinada conclusão de pensamento ou a uma particular deliberação pratica; e se os motivos que o impelliram a operar num sentido ou noutro foram altos ou baixos, moraes ou egoistas, de dever ou de vaidade, puros ou impuros? E' para perder a cabeça, como fazem as pessoas escrupulosas que, quanto mais tentam aperfeiçoar o seu exame de consciencia, mais veem confusamente, e ás que não sabemos offerecer outro remedio senão recomendar-lhes que se atormentem, sim, mas não em demasia, que olhem para deante e não para traz, ou olhem para traz tanto quanto é indispensavel ao proprio olhar para deante. Conhecemos, decerto, a historia de nós mesmos e do mundo que nos rodeia; mas quão pouco, quão pobremente, em comparação do nosso immenso desejo de saber!

Para sahir de semelhante tormento, o caminho mais curto é justamente este que tenho seguido, o impelli-lo até ao extremo; e depois imaginar, para um instante, que todas as interrogações mencionadas, e as outras infinitas que se poderiam propor, fiquem satisfeitas: satisfeitas, como se pode satisfazer as interrogações que proseguem até ao infinito, isto é, dando-lhes promptas respostas uma sobre outra e fazendo entrar o espirito sob o caminho dum vertiginoso processo de satisfações sempre obtidas até ao infinito. Ora bem; se todas aquellas interrogações fossem satisfeitas, se nós estivessemos na posse de todas as

relativas respostas, que fariamos d'ellas? que é que, chegados que fossemos áquelles conhecimentos, nos conviria fazer? O caminho do processo até ao infinito é facil e larguissimo, semelhante ao do inferno, e, se não conduz ao inferno, conduz ao manicomio. E a nós, enquanto formos hospedes do mundo e não do manicomio, não apraz, antes faz mêdo, aquelle infinito que se alarga sempre apenas lhe tocamos, mas só nos agrada o pobre finito, o determinado, o concreto, que se agarra com o pensamento, que se presta como base da nossa existência e ponto de partida de nossa execução. Pelo que quando ainda ao nosso desejo fossem offerecidas todas as particularidades da historia infinita, nós não teriamos senão que faze-los sahir da nossa mente, esquece-los e fixarmo-nos sobre aquella particularidade sómente que responde a um problema e constitue a historia viva e activa, a « historia contemporanea ».

E isto justamente faz o espirito do seu desenvolvimento, porque não ha facto que não seja conhecido no acto de se cumprir, graças ao conhecimento que a unidade do espirito germina continuamente, sobre a acção; e não ha facto que, antes ou depois, cedo ou tarde, não seja esquecido, a não ser revocado, como se disse falando da historia morta que se reaviva por acção da vida, do passado que por meio do contemporaneo se refaz contemporaneo. Tolstoi fixará-se no pensamento que, não sómente ninguem, nem mesmo um Napoleão, pode prede-terminar o andamento duma batalha, mas que ninguem pode conhecer como ella verdadeiramente se desenvolveu porque, na propria noite que põe termo á batalha, surge e diffunde-se uma historia artificiosa e lendaria da batalha, que só um ingenuo pode trocar por historia real, e sobre a qual não obstante trabalham os historiadores de profissão, tomando-a a serio. Mas a batalha é conhecida á medida que se desenvolve; e depois, com o tumulto della, dissipa-se tambem o tumulto daquelle conhecimento, importando sómente a nova situação de facto e a nova disposição de animo, que se produziu e que se exprime em poeticas lendas ou se auxilia com artificiosas feições. E cada um de nós conhece e esquece a cada instante a maior parte dos seus pensamentos ou actos (e mal de nós se assim não fosse porque viveriamos soletando custosamente cada minimo momento nosso); mas não esquecem, e conservam-se mais ou menos longamente, aquelles pensamentos e sentimentos, que representam crises memoraveis e problemas abertos para o nosso futuro: e ás vezes, não sem grande espanto, assistimos ao resurgir em nós de sentimentos e pensamentos, que julgavamos irrevogaveis. Donde deve dizer-se que nós, a cada instante, conhecemos toda a historia que nos importa conhecer; e da restante, visto que não nos importa, não possuímos as condições de conhece-la, ou possui-las-hemos quando nos importar. Aquella historia « restante » é o eterno phantasma da « coisa em si », que não é « coisa » nem (em si) mas apenas a projecção da infinidade da nossa execução e do nosso conhecimento.

A projecção phantastica da coisa em si, com o consequente agnosticismo, é ocasionada, na philosophia, pelas sciencias phisicas, que apresentam uma realidade, tornada extrinseca, material e por isso inintelligivel; e o agnosticismo historico é analogamente ocasionado pelo valor naturalistico da historia, da chronica, que apresenta uma historia morta e inintelligivel; quem se deixa seduzir por este jogo, e perde o caminho da verdade concreta, sente depressa encher-se-lhe a alma de infinitas, vanissimas e desesperadas perguntas. E igualmente, aquelle que perde ou não acertou ainda o caminho fecundo da vida activa, sente a alma cheia a trasbordar de infinitos desejos, de acções impraticaveis e impossiveis de conseguir, e soffre penas tantalicas. Mas a sabedoria da vida aconselha a não nos per-

dermos em *desejos absurdos*, como a sabedoria do pensamento a não nos embrulharmos em *problemas ociosos*.

IX. — Mas se nós não podemos conhecer senão o finito e a particularidade, antes sempre *este* finito e *esta* particularidade, será preciso renunciar (dolorosa renuncia) ao conhecimento da *historia universal!* — Sem duvida; mas com esta duplice apostilla: 1.º) que se renuncia a uma coisa, que nunca se possuiu porque não se podia possuir; e 2.º) que por isso tal renuncia não é dolorosa.

Tambem a « *historia universal* » não é um acto concreto ou um facto, mas uma « *pretensão* »; e uma « *pretensão* » que nasce da chronica e da sua « *coisa em si* », e do estranho proposito de fechar, mercê do processo até ao infinito, o processo até ao infinito, que se abrija muito mal. De facto, a *historia universal* propõe-se reduzir num quadro todos os factos do genero humano, desde as suas origens sobre a terra até ao momento presente; antes, visto que deste modo não seria verdadeiramente universal, desde as origens das coisas ou da criação, até ao fim do mundo; donde a sua tendencia para encher o abysmo da prehistoria e das origens com romances theologicos ou com romances naturalisticos, e a delinear de qualquer maneira o futuro, ou como revelações ou prophcias, como na *historia universal christã* (que chegára até ao Antichristo e ao juizo universal), ou com previsões, como nas *historias universaes* do positivismo, democratismo e socialismo.

Tal a *pretensão*; mas o facto resulta diverso da intenção, e obtem-se aquillo que se pode obter: isto é, sempre, ou uma chronica mais ou menos misturada, ou uma *historia poetica* que exprime alguma aspiração do coração humano ou tambem uma *historia verdadeira e propria*, que não é universal mas *particular*, embora abrace a vida de muitos povos e de muitos tempos; mais frequentemente, estes varios elementos se reúnem num unico corpo litterario.

E, deixando de parte as *chronicas* mais ou menos largas (mas sempre estreitas), e as *historias poeticas*, porque uma e outras, como já sabemos bem, não são *historias*, — que as « *historias universaes* », emquanto verdadeiramente *historias* ou naquella parte em que o são, resolvem-se nada menos que « em *historias particulares* », isto é suscitadas por um particular interesse e concentradas num problema particular, e, comprehendendo aquelles factos só que entram naquelle interesse e respondem áquelle problema, — é evidente, tanto por força da sua logica necessidade como pelo exame, que se volta para uma qualquer daquellas *historias*. E poderá bastar para todos a obra daquelle que, na antiguidade, insistiu de maneira singularmente energica sobre a necessidade duma « *historia universal* »¹ a obra de Polybio; para o periodo christão, a *Civitas Dei* de Agostinho; e, para os tempos modernos, a *Philosophia da historia* (ou *historia universal*, « *philosophiscy Weltgeschichte* », como elle chama) de Hegel. Visto que em Polybio se veria que a *historia universal*, por elle marcada e effectuada, é aquella *historia* mais larga, mais complexa, mais politica e grave, que a hegemonia romana e a formação do orbe romano requeriam, e por isso abraça só aquelles povos que estiveram em contacto e conflicto com Roma, e, conforme ás disposições espirituas do auctor, restringe-se quasi de todo na *historia* das constituições e das ordens militares; em Agostinho, que tenta comprehender a inserção do christianismo na *historia pagã*, a cujo fim se empregam os conceitos das duas cidades inimigas, a terrena e a celeste, a primeira ora adversaria, ora preparação da segunda, e em Hegel, finalmente, que o problema é o mesmo da sua particular *historia da philosophia*, isto é, da forma na qual o espirito se elevou duma phi-

¹ Supprimem-se alguns vocabulos gregos.

losophia de servidão á natureza ou ao Deus transcendente até á consciencia da liberdade, e como aquella elimina a prehistoria e trata summariamente a historia oriental, no qual não devia tomar, sob aquelle ponto de vista, grande interesse.

Romances naturalistas ou cosmologicos serão sempre compostos por quem note em si a inspiração, e sempre acharão leitores ávidos e que applaudam, especialmente entre a gente preguiçosa que se contenta em possuir em poucas palavras ou em poucas paginas o «segredo do mundo». Compôr-se-hão sempre compilações mais ou menos vastas de historias do Oriente e do Occidente, das Americas, da Africa e da Oceania; ás quaes não bastando já as forças, sejam mesmo compilatorias, de um só individuo, se dedicam agora (quasi para mostrar aberta a essencia de todo o intimo nexos) collecções de doutos ou de compiladores; e até se têm visto recentes tentativas de historias universaes com ordenamento geographico, como tantas historias justapostas, europeas, asiaticas e assim por diante; o que as approxima sensivelmente da forma do dictionario historico. E sempre, portanto, esta ou aquella historia particular poderá utilmente assumir o nome de «historia universal» nō velho sentido de Polybio, isto é, como contraposto a livros menos actuaes, menos serios e menos satisfactorios, aos livros dos «escriptores de coisas particulares», que são levados a fazer grandes as coisas pequenas e a empregar longos discursos em anedoctas indignas de lembrança e isto por falta de criterio. Neste sentido, será boa recommendação, para os tempos e para os povos cujas vicissitudes politico-sociaes têm produzido como que uma restricção do circulo historico, a do romper o aperto e olhar, alem das historias particulares, para a «historia universal», ou seja para uma historia mais larga. E boa recommendação, especialmente para a nossa Italia, que no periodo da Renascença, como teve funcção universalista, teve o olhar universalista e narrou a seu modo a historia de todos os povos, e depois se restringiu á historia regional, e depois se reelevou á nacional, e agora deveria, mais do que o fez antigamente, dilatar-se pelos vastos campos da historia de todos os tempos e paizes. Mas a palavra «universal», efficaz aos fins desta recommendação, não designará já a posse de uma «historia universal», no sentido que se tem criticado. Esta «historia» dissipa-se no mundo das illusões com os outros productos analogos, que eram, por exemplo, a arte exemplar para todos os tempos, ou o direito universal e valido para todos os tempos.

X. — Mas, pelo mesmo modo que dissipando-se a illusão da arte ou do direito universal, não se dissipa o character universal da arte particular ou do direito particular (da Iliada ou da constituição familiar romana), negar a historia universal não significa negar o conhecimento do universal na historia. Tambem aqui se deve repetir, como para o Deus procurado em vão correndo pela serie infinita dos finitos e reencontrado em cada ponto d'ella: *Und du bist ganz vor mir!* Aquelle particular e aquelle finito é determinado, na sua particularidade e limite, pelo pensamento, e por isso conhecido ao mesmo tempo como universal: o universal naquella sua forma particular. O mero finito e particular não existe senão na abstracção: na poesia e na arte mesmo, que é o reino do individual, não ha o abstracto finito, mas o finito ingenuo, que é a unidade indistincta do infinito e do finito, a qual na esphera do pensamento será distincta e alcançará por tal maneira uma forma mais alta de unidade. E a historia é pensamento e, como tal, pensamento do universal, do universal na sua concreção, e por isso sempre particularmente determinado. Nada se tem feito, por pequeno que se chame, que se possa doutro modo conceber (realizar e qualificar) senão como universal. Na sua forma mais simples, o que quer dizer na sua forma

essencial, a historia exprime-se por juizos, syntheses inseparaveis do individual e do universal. E o individual, por velha tradição terminologica das escolas que talvez convem conservar, diz-se o *sujeito* do juizo e o universal o *predicado*. Mas, para todo aquelle que domine as palavras com o pensamento, o *verdadeiro sujeito* da historia é justamente o *predicado*, e *predicado verdadeiro* o *sujeito*; quer dizer no juizo determina-se o universal, individualizando-o. O que onde pareça demasiadamente abstruso e subtileza dos philosophos, pode tornar-se obvio, e bem longe de pertença privada dos citados philosophos, com observar simplesmente que cada pessoa reflexiva, á pergunta sobre qual seja o sujeito da historia da poesia, não responderá certamente Dante ou Shakespeare, ou a poesia italiana ou a inglesa ou a serie das poesias por nós conhecidas, mas a Poesia, isto é, um universal; e á pergunta sobre qual seja o sujeito da historia social e politica, não responderá nem Grecia, nem Roma, nem França, nem Allemanha, nem mesmo a serie d'estes ou doutros nomes semelhantes, mas a *Cultura*, a *Civilização*, o *Progresso*, a *Liberdade*, ou qualquer outra palavra semelhante, isto é um universal.

E é aqui dado remover uma grande pedra tropeço, que se oppõe ao reconhecimento da *identidade da philosophia com a historia*: these que procurei tornar plausivel, com multiplas analyses e argumentos, noutro meu trabalho.¹ Todavia ella sae ás vezes bastante dura, e mais objecto de convicção de raciocinio irresistivel que de intima persuasão; e, indagando as varias causas desta dureza, uma achei, que me parece a maior e fundamental: e é justamente a concepção da historia, não como historia viva e contemporanea, mas como historia morta e passada como *chronica* (ou historia philologica, que se reduz, como sabemos, á mesma). E é certissimo que, posta a historia como *chronica*, a identidade da philosophia com ella não pode sobresahir, porque não subsiste. Mas abaixada esta á sua função pratica e mnemonica, e elevada, a historia ao conhecimento do *eterno presente*, esta revela-se identificada com a philosophia, que, pela sua parte, não é senão o pensamento do eterno presente.

Isto, bem entendido, sempre que se admitta superado o dualismo das ideas e dos factos, de *vérités de raison* e *vérités de fait*, o conceito da philosophia como contemplação ou aspirante á contemplação das ideas ou das *vérités de raison* e o da historia como receptadora dos factos brutos, das meras *vérités de fait*: tambem recentemente temos ouvido repetir esta distincção sob a forma larvada, que «*le propre de l'histoire est de savoir, le propre de la philosophie de comprendre*», isto é um saber sem comprehender e um comprehender sem saber. Mas tal dualismo, e a concepção que se lhes ajunta, assim como philosophia, é a fonte perpetua da qual deriva o opposto da philosophia, que se chama *religião* quando se está dentro do seu circulo encantado, e *mythologia* quando se veiu para fóra d'elle. E será util questionar ainda contra a transcendencia, e reivindicar o character d'immanencia á realidade e á philosophia? Será util certamente; mas eu, pelo menos agora e aqui, não lhe experimento a necessidade.

E como a historia justamente comprehendida elimina a idea de uma *historia universal*, assim a philosophia, immanente e identica com a historia, elimina a idea de uma *philosophia universal*, ou seja de *systema fechado*: as duas negações correspondem-se e, no findo, fazem uma só (porque os systemas fechados como as historias universaes, são romances cosmologicos), e entre ambos acham juntamente confirmação empirica na tendencia dos melhores engenhos

¹ *Logica*, especialmente na parte II, c. 4.

dos nossos tempos para se absterem das «historias universaes» e dos «systemas definitivos», deixando uns e outros ou aos compiladores ou aos crentes e credulos de toda a especie. Esta tendencia era implicita na ultima grande philosophia, a hegeliana, mas contrariada no seu proprio seio pelas velharias e inteiramente trahida por isso na execucao, de modo que degenerou tambem num romance cosmologico; donde póde dizer-se que aquillo que, nos principios do seculo dezanove, foi um simples *presentimento*, só nos principios do vigesimo se vai mudando em *firme consciencia*: a qual provoca os receios dos timoratos de por tal maneira se comprometta o conhecimento do universal, sustentando que, antes, só por tal maneira este conhecimento se obtem deveras e perpetuamente, porque é de modo dynamico. E a historia fazendo-se *historia actual*, como a philosophia fazendo-se *philosophia historica*, tem-se libertado mais da anciedade de não poder conhecer o que não se conhece só porque foi e será conhecido, e a outra da desesperação de não alcançar nunca a verdade definitiva: isto é, entre ambos libertarem-se do phantasma «da coisa em si».

BENEDETTO CROCE.

TRAD. DE A. NEVES COSTA.

A CAPELLA REAL

Subsidios para a historia politica e religiosa de Portugal

ANTELOQUIO

..... *Omnis enim res,
Virtus, fama, decus, divina, humana, que pulchris
Divitiis parent; quas qui construxerit, ille
Clarus erit, fortis, justus, sapiens etiam, et Rex
Et quidquid volet.*

HORACIO.

Nada ha mais complexo de que a historia d'um povo. Para ser completa, se completa pode chegar a ser, tem de ser trabalhada sobre o estudo cuidado das diversas instituições sociaes, que mais influença tiveram nos destinos da nacionalidade; e tantas e tão variadas são ellas!

As mais pujantes energias moraes e intellectuaes da patria portugueza consumiram-se nos paços regios, cuja historia pormenorizada ind'agora está por fazer, e difficilmente se levará a cabo, desprevenida das paixões que, quasi sempre, actuaem sobre aquelles que sobre si assumem o encargo de estudar uma determinada epocha ou qualquer escolhida instituição.

Comtudo, ninguem o contestará, a historia dos Paços Reaes com as suas intrigas e com os seus heroismos, com os seus ridiculos e com as suas grandezas, com as suas vaidades e com as suas abnegações, com as suas valentias e com os seus esmorecimentos, é manancial opulento, inexgotavel até, onde ha muito que estudar e muito que aprender.

A Capella Real é uma das instituições palacianas mais interessantes; não só revela o character da cõrte, o estado dos espiritos atravez dos seculos, a orientação das diversas epochas, mas contribue, com quantioso subsidio, para o conhecimento da historia politica, não sendo por isso despiciendo o seu estudo, d'algun valor á luz da sciencia.

Podemos dividir este despretençioso trabalho em duas partes:

- a) origens e evolução da Capella Real;
- b) os Capellães Mores dos Reis.

Da primeira parte, apenas, embora a de menor interesse, versará esta desalinhavada dissertação feita sobre documentos, alguns dos quaes ineditos.

Origens da Capella Real

Ponho de banda, por inaveriguadas e antinomicas com a probidade historica, as phantasias das velhas chronicas e memorias fazendo remontar as origens da Capella Real aos Reis Suevos, como faz o auctor da Monarchia Lusitana ¹, e seguindo-o, Barbosa Machado e outros, apresentando-nos S. Martinho de Dume como Capellão Mór de Theodomiros, Rei dos Suevos; mas como tal asserto se não fundamenta nem abona com documento de rigorosa authenticidade historica, temos de o relegar para o acervo de affirmações infundadas, que tanto abundam nos velhos escriptos; e no mesmo caso julgo a affirmação relativa a Payo Mendes, inculcado como *Capellão Mór* de D. Affonso Henriques ².

Occorre-me, a este proposito, aquella judiciosa sentença de Seneca, hoje infelizmente tão obliterada:

« Lectio multorum voluminum et omnis generis auctorum habet aliquid vagum et instabile », — que bem se ajusta ao nosso assumpto.

E' claro, que nada mais verosimil do que acceitar a existencia de sacerdotes junto dos Reis Suevos, após a sua conversão ao catholicismo, e da mesma sorte a assistencia de membros do clero, mais ou menos graduados, perto dos primeiros reis; o contrario seria negar o que a historia averigua como exacto, e o bom senso reclama como ajustado ao modo de ser do tempo.

Mas d'esse facto não é licito inferir a existencia da Capella Real, n'essas eras, que outros factos e documentos posteriores contestam.

De phantasia não passa o parecer do illustrado investigador, o P.^o Jorge Cardoso, no seu *Agiologio Lusitano*, tentando considerar a Insigne Collegiada de Guimarães como Capella Real, nos primordios da Monarchia portugueza. *« Foi esta Igreja n'aquelles tempos Capella Real, e seus Priores Capellães Mores »* ³. Em historia não se admittem devaneios nem conjecturas, e por muito que fosse o encarecimento attribuido por Jorge Cardoso á collegiada vimaranense, rebuscando titulos para a nobilitar e engrandecer, não lhe era licito exhibir affirmações que os factos não justificam, porque as opiniões singulares, correspondendo a interesses particulares, não podem constituir a historia, que não pode deixar de ser rigorosa urdidura de factos comprovados.

E' assim que Gaspar Estaço reduz ás justas proporções as relações entre a Insigne Collegiada de S.^{ta} Maria de Oliveira e D. Affonso Henriques, que não mais foi do que o Padroeiro; *«... porque em sua vida teve Prior e conegos e elle foi o Primeiro Padroeiro d'ella »* ⁴.

O chronista dos Conegos regrantes, D. Nicolau de S. Maria, tão abundantemente cioso no engrandecimento de tudo o que se referia á sua aristocratica familia monastica, e a quantas instituições que com ella mantinham affinidades,

¹ Monarchia Lusitana, P. II. p. 96.

² Este Payo Mendes, fidalgo de limpo sangue e preclara linhagem, foi assumpto á sedia Primacial bracarense em 1118, sendo-lhe enviado o Pallio, em 1122, por Calixto II. E' curioso que no respectivo breve vem a confirmação do *Senhorio de Braga*, ratificando de novo a concessão de Paschoal II. Este arcebispo era *persona gratissima* em Roma, manifestando-lhe o Papa a sua sympathia, instando e ameaçando a Rainha D. Tareja para que o soltasse. Foi Arcebispo de Braga durante 19 annos.

³ P.^o Jorge Cardoso. *Agiologio Lusitano*, T. I. p. 231

⁴ Gaspar Estaço — *Antiquidades de Portugal*, v. 24.

é sollicito em esquadriñar titulos de gloria para a collegiada vimaranense, mas não se atreve a consideral-a Capella Real ⁵. E comtudo, todos sabem que o chronista dos cruzios foi por vezes forjador de textos e diplomas, segundo o autorisado testemunho de João Pedro Ribeiro ⁶.

Seria o prior da Collegiada de Guimarães uma *grande dignidade na corte*; e em identica situação estava o D. Prior de Cedofeita, pois assim lhe chama D. Rodrigo da Cunha « *Na dita Collegiada (a de Cedofeita) alem da grande dignidade de Dom Prior* » ⁷. Mas não é, nem lhe chama Capellão Mór. E já que cito o erudito prelado, que depois tão gloriosamente honrou a cadeira episcopal lisbonense, em cuja Sé está sepultado, vá de transcrever a sua opinião sobre o cargo de Capellão Mór, contradictando o Fr. Bernardo de Brito, a proposito da pretensão de attribuir tal officio a S. Martinho, bispo de Dume: « *... fazendo o officio na Corte, que agora fazem os capellães móres: que d'aqui quer o Doutor Frey Bernardo de Brito tivessem elles principio e origem em Hespanha. Mas seguindo a força, que nos Sagrados canones, e Concilios, e nos privilegios dos Reys, e Summos Pontifices, tem esta FAMILIA, temos por muito mais provavel, que a familia dos serros, ou Real, que se entregou ao Bispo de Dume, forão os que verdadeiramente eram familia e creados do Rey, não tomando o nome CREADO DO REY, na significação, em que hoje corre entre nós, a saber, o que na Casa Real tem algum fôro ou cortexão, etc.* » ⁸.

Este parecer, que é valioso, conjugado com o que fica extractado, e com a carencia de documentos e testemunhos positivos que nos habilitem a julgar com exacção rigorosa, fundamenta de sobra o nosso aviso. E' phantasioso quanto se aventar sobre Capella Real, devidamente constituída e organisada até ao reinado de Dom Diniz. Até ao Rei Lavrador e Trovador é tudo nebuloso.

Inicio historico da Capella Real

Partindo d'aquelle velho aphorismo

« *Factum non præsumitur; nisi probetur, factum, in dubio, nonfactum* ».— A. X. J.

não podemos admittir a existencia da Capella Real no periodo pre-dyonisiano.

Agora sim; n'esta quadra desenruga-se e esclarece-se a organização da Capella Real, que coincide com o novo modo de viver que se accentuou na Alcaçova regia de Lisboa. Bem se ajusta o proloquio « *Veritas, saepius examinata, magis illucescit* ».

D. Diniz, com vistas mais largas do que os seus antecessores, com cultura mais vasta, vivendo já em outra epocha e n'outro meio, neto de Affonso x de Castella, que lograra o cognome de « Sabio », imprimiu novo fausto, maior lustre á vida cortezã, e, emquanto folgava e trovava, não esquecia de cuidar com sollicitude da vida religiosa em Palacio.

⁵ Dom Nicolau de D. Maria — *Chronica dos Conegos Regrantes*, p. 254.

⁶ Dr. João Pedro Ribeiro — *Observações de Diplomatica*, p. 79 e seg.

⁷ D. Rodrigo da Cunha — *Catalogo dos Bispos do Porto*. P. I. p. 124.

⁸ D. Rodrigo da Cunha — *Catalogo dos Bispos do Porto*, p. 95.

Segundo elle confessa, não havia na Alcaçova capella como devia ser; tratou então de preencher tão grande lacuna.

Procederia espontaneamente, instaurando a Capella Real, ou a sua determinação Real seria provocada pelas instancias de sua Consorte — Sancta Izabel, a quem o Rei, a despeito dos seus desvarios conjugaes, votou sempre carinhosa e respeitosa affeição? Seria para ser agradavel á mulher, que, á falta de capella, recitava com suas donas as horas canonicas em sua camara? ⁹ Ou pelo contrario, entenderia que deslustrava a grandeza da Regia habitação a carencia da Capella, que com tanto brilho tinha visto mantida, em Sevilha, nos Paços do seu Avô? Actuariam ainda no seu espirito reparos ou sollicitações de Aymeric d'Ebrard?

O mais seguro será responder que as considerações apontadas influiram simultaneamente no seu espirito; e como «*fecit tudo quanto quix*» apressou-se a organizar a Capella Real.

Começou por declarar: *non avia capella asy como devia ser em a capella do Rey a serviço de Deus e prol das nossas almas* (Vide carta que consta do Documento appenso n.º 1), e esta affirmacão projecta intensa luz sobre o passado, e tira todas as duvidas. E' argumento positivo e insophismavel — *non avia capella*. Para corrigir a falta diz «*quero, estabeleço e mando... polla minha e polla da Raynha e por todos os Reys que depois de nós han de vir que a dita Capella aja Capellaão seu proprio para todo o sempre... que sirva hy pessoalmente e fassa-lhe continuadamente residencia per seu corpo, e se asy não fixer residencia que loguo o perca para esse mesmo feyto*». Vide doc. n.º 1.

Ha n'esta determinação de D. Diniz uma clausula interessante, documento comprobativo da chamada Supremacia do Poder Civil, vindo patentear que o Regalismo lusitano vem de longe. Prescreve D. Diniz a residencia ao seu capellão, subtrahindo-o á jurisdicção do seu legitimo Superior ecclesiastico, e precavendo-se, declara peremptoriamente: «*E contra esto (a obrigação de residencia) nam lhe balha nenhũa dispensaçam do bispo nem doutro prellado mayor*». E como se esta intromissão no poder da Igreja não bastasse, é o Rei que se arroga o direito de determinar quaes sejam as obrigações cultuaes, auxiliado por um familiar, sachristão, acolyto, como quizerem, a que chama *moozinho* «*Rese na dita capella com seo moozinho todallas oras canonicas*». Que differença das obrigações posteriormente impostas aos fidalgos capellães môres! Mas não antecipemos considerações.

Declara que n'estas disposições outorgou o Bispo D. João Martins Soalhães, «*com outorguamento de dom Johan Martins*». Os reparos que os faça o leitor, acerca d'esta subserviencia do poder ecclesiastico, ¹⁰ que ficava esbulhado do direito de dispensar um subdito seu!

⁹ Antonio Caetano de Souza — *Hist. Genealogica da Casa Real*. T. III. p. 178 e seg. cf. T. I p. 210.

¹⁰ D. João Martins de Soalhães, prelado do nobre prosapia; foi conego da Sé Coimbricense, embaixador junto da corte de Nicolau III, varão de claras luzes, e apreciaveis dotes e varias fragilidades. Em 1291 transferiram-no para a Sé de Lisboa, sendo depois eleito bispo d'esta diocese. Para lisonjear D. Diniz concedeu a isenção do Convento de Odivellas. Por morte de D. Martinho de Oliveira foi transferido para a archidiocese de Braga, onde morreu. Quando, na segunda parte, voltarmos a este personagem, indicaremos o facto que explica estas subserviencias.

Do exposto se infere como era singelo o culto na Capella Real da Alcaçova, ora definitivamente instaurada e regulamentada, sem faustos esplendurosos, funcionando apenas um clérigo, acompanhado por um sacristão, sob a invocação do Archanjo S. Miguel.

Comtudo o documento inedito da Torre do Tombo, que nos vem guiando e esclarecendo, e que tão interessantes referencias nos subministra para a historia politica e ecclesiastica de Portugal, diz-nos que a Capella de D. Diniz cahira, por completo, em total abandono, de que a levantou D. Duarte. *E porquanto, diz o Rei D. Duarte, achamos que a dita capella não se cantava como devia e por el fora hordenado: do que, parece, só teve conhecimento por mera casualidade, pois diz: «que antre as escripturas que jazem na torre do nosso castelo da cidade de Lisboa achamos o registo de hũa carta do muy nobre Rey Dom Diniz a que Deus dê a sua gloria pola qual se mostrara que el hordenara de se cantar hũa capella que está em nossos paços d'Alcaçova.* Attentando na phrase pola qual se mostrara, deduz-se que só por essa via teve conhecimento da instituição dionisiana.

Não me deterei em apresentar conjecturas que expliquem a relaxação e abandono a que chegou a Capella Real da Alcaçova, limito-me a apontar outros factos comprobativos da fugace e quasi ephemera instituição de D. Diniz.

Da chancellaria de D. Fernando consta o seguinte, que se me afigura demonstrar o pouco caso que já no reinado de D. Pedro se fazia da Capella Real. *«Que o muy nobre Rei Dom Pedro, meu padre, fez testamento: mandou deytar o seu corpo na Igreja de Alcobaca e que tivesse seis capellães.* O testamento a que esta carta se refere, diz... *E mandamos (aos religiosos de Alcobaca) que tenham hi seis capellães que cantem em esse mosteyro por nós.* E nada se diz da Capella Real. Pelo menos ella não despertava interesse, nem lhe commettiam os suffragios.

Progressos da Capella Real

Foi D. Duarte, como se vê no documento a que nos vimos referindo, quem fez reviver a capella regia, começando por nomear um capellão da sua confiança *«hordenamos de por hi por capellaão afonço vicente criado do Ifante dom amrrique meu muyto prexado e amado Irmaão para aver de cantar na maneira susedita»* e cuidar de regular a congrua, como hoje diríamos, embora D. Diniz tivesse providenciado, *«e lhe assentarmos em cada hun anno duzentas e dex mil livras pera seu mantimento e vestir e de seu mouxinho e servidores e camdeas e axeite pera dita capella segundo se na dita ordenança contem as quaees duzentas e dez mil livras nos prax que aja da quy em diante...* A livra valia 25 reis e 3 ceitis.¹¹ Para o tempo era uma remuneradora gratificação.

A' medida que se accentuavam os progredimentos da nacionalidade, desenvolvia-se e ampliava-se a Capella Real. Era a grandeza da patria a reflectir-se na sumptuosidade da regia residencia; era a altanaria dos soberanos, desvanecidos com as glorias do seu povo, que multiformemente se manifestava. A' rigida devoção de D. Duarte vae succeder-se o fervor de Affonso v, a quem muito convinha captar as boas graças do Supremo Jerarcha da Christandade.

¹¹ Cf. Manuel Severim de Faria, *Noticias de Portugal*, p. 188.

Dominava-o o sonho da Africa, que lhe valeu o cognome; era uma alma medieval, querendo engrandecer a sua terra, não cedendo da sua propria grandeza. Comtudo, não lhe faltaram amarguras, acerbos desgostos, tantas vezes o anjo do infortunio roçou a sua negra aza pela sua regia cabeça. Aos 25 annos enviuvava da mulher que extremecia, não admirando que se confugiasse na religião, procurando lenitificar a sua dor com as praticas de piedade, de que são clarissimo testemunho os documentos da sua chancellaria, em favor das ordens religiosas, mormente da familia franciscana. E' humano; nas amargosas conjuncturas da vida, embatida a alma pelas vicissitudes da desgraça, vae procurar abrigo na quietude das crenças. Até quiz retirar-se para a solidão claustral.

Para conquistar as boas graças de Roma offerece ao Papa doze mil homens para vencer os turcos, e não tarda que o Bispo de Silves regresse de Roma com a Bulla da Cruzada «*thezouro que o Santo Padre já repartia como premio antecipado.*»¹²

Apezar das suas expedições e das suas viagens, que importavam longas ausencias da corte, D. Affonso v não abandonou a Capella Real, obtendo o Breve de Eugenio iv, destinado a regular o serviço coral, á maneira de Roma. Como este documento vem publicado no tomo v das *Provas da Historia Genealogica da Casa Real*, julgo desnecessaria a sua transcrição. Não se apartou D. João II das normas de seu pae, estabelecendo regimento para a sua capella, *ad instar cathedralium*. Sixto iv obtemperou aos votos do Monarcha, e concedeu varios privilegios e isenções.¹³ Já não era a modestia austera de D. Diniz e de D. Duarte; eram o fausto e o luxo precursores das grandezas de D. João v.

Comtudo, a severidade do culto deixava algo a desejar, e a pontualidade coral passou a ser uma ficção; é o «*pagem da escrivantina*» quem no-lo conta «*e as horas engrolavam-nas em suas pousadas e ás vexes nas estrebarias vendo curar as mulas.*»¹⁴

Má estrella perseguia a capella da Alcaçova. Os seus dias são contados e de muita pouca dura foi o seu fastigio. Por muitos annos lá ficou a capella de S. Miguel esquecida, em completo abandono.

A Capella Real de S. Thomé e as capellas dos Principes

A Alcaçova do Castello já não comportava a magestade do Rei Venturoso, nem a severa austeridade semi-arabe da morada de D. Diniz se compadecia com a galhardia faustosa e frivola d'aquella corte atauxiada de ouro e constellada de pedrarias raras e opulentas vindas do Oriente. Era a vertigem da grandeza sacudindo um povo inteiro. D. Manuel ergue o paço sumptuoso da Ribeira ao pé do mar, como que para espreitar as naus da India. O jesuita Duarte Sande descreve em termos encomiasticos e aduladores, com a sua acepilhada pena, a magnificencia do Regio Paço Manuelino. Não se sabe se propositadamente para apagar a tradição da Alcaçova, o que é certo é que á Nova Capella Real deu-se por orago S. Thomé, pondo-se de parte o Archanjo S. Miguel, de vetusta tradição. Se S. Thomé era o Apostolo das Indias...

A *Historia Genealogica* no Tomo II das provas, pags. 245 e 758, publica as

¹² Candido Lusitano — *Vida do Infante D. Henrique*, L. IV, p. 342.

¹³ J. Baptista de Castro — *Mappa de Portugal*, T. III, p. 166.

¹⁴ Garcia de Resende — *Chronica d'El-Rey D. João II*, cap. CXCI.

Bullas de Leão x e a relação das honrarias, graças, isenções e privilegios concedidos á Capella Real. Por isso diz o P.^o Sande «*Faxem-se ali os divinos officios, com tal ordem, tão excellente e variada musica, que mais se lhe pode chamar uma cathedral, que não uma capella*». N'esta Capella Real se representou, na noite das Endoenças de 1508, o *Auto da alma*, de Gil Vicente. E' uma nota interessante, haurida nas rubricas das Obras do Poeta, digna de registo. E a Alcaçova ficara na solidão.¹⁵

A D. Manuel succede D. João III, tão dado ás cousas da Igreja, que o suppõem filiado elle mesmo na Companhia de Jesus. O esplendor da Capella Real segue, exigindo já um Bispo para os pontificaes, e um Deão, e varias dignidades. O mais curioso é que os principes tinham as suas capellas privativas com os seus dignitarios. Vide doc. n.^{os} 2 e 3. Já em tempo de D. Manuel, o Principe mantinha a sua capella de que era Deão Diogo Fernandes Cabral. Veja-se o documento appenso, numero 2, que é uma quitação passada a esse Deão; e o seguinte, numero 3, que é uma nomeação feita por El-Rey em favor de D. Martinho da Costa, como capellão mór da Infanta D. Izabel, cuja capella é enriquecida por varios privilegios constantes de breves e bullas expedidas em seu favor por Leão x. Citarei dois desses diplomas *Dudum felicis recordationis* applicando-lhe a concessão de Alexandre vi promulgada em favor dos capellães da Rainha Sua Mãe, e *Dudum sicut accepimus* concedendo-lhe todos os privilegios que Sixto iv, Innocencio viii, Alexandre vi e Julio II tinham concedido á Capella Real. Estão na Torre do Tombo, Mas. 20 e 22 p. 31 e 17. Devem-se ainda citar os breves e bullas de Paulo III, em 1534; Gregorio XIII, em 1575, 1577, 1581 e 1582; Sixto v, em 1590; Clemente VIII, em 1592, 1601 e 1604; e Urbano VIII em 1636.

Se a curia se mostrava generosamente dadivosa na concessão das Graças, o Estado accumulava quantas prerogativas podia cogitar para distinguir a Capella Real e os seus ministros.¹⁶

Quando tractarmos dos Capellães Móres analysaremos esses privilegios. Na capella regia pontificava sempre um prelado sagrado, prevenindo-se a hypothese do capellão mór ser simples presbytero. Tambem hoje seria de todo o ponto inaceitavel esta introversão da hierarchia ecclesiastica. Mas o Rei queria; e o Bispo resignatario ou titular *in partibus*, como elle se dizia, ficava ás ordens do seu inferior. E' d'ahi que vem a singularissima designação do «*Bispo Cortexão*», de que nos falla o douto Raphael Bluteau no seu dictionario.

Nos tempos de D. Sebastião, facilmente se conjectura qual seria o luzimento da Capella Real; nem lhe faltavam charamellas e trombetas.¹⁷

Por quaesquer conveniencias domesticas, cujo relato não chegou até nós, em 1581, foi trasladada da sua primitiva installação a Real Capella de S. Thomé, dando-se-lhe nova disposição; a que conservou até 1619, d'onde foi trasladada pelo Vice-Rei Marquez de Alemquer para o local em que esteve até ao terre-

¹⁵ Coelho Gasco. Primeira parte das *Antiquidades de Lisboa*.

¹⁶ Por taes concessões, privilegios e exempções se quebrantava a jurisdicção ordinaria, se desluzia a Cathedral e se intrestava e transtornava a disciplina ecclesiastica. Cfr. Coelho da Rocha — *Ensaio sobre a historia do governo, etc.*, pag. 161.

¹⁷ *Chronica d'El-Rei D. Sebastião*.

moto de 1755, respeitando-se sempre o local da primitiva, o que se assegurou pela affixação d'uma lapide, assim redigida

D. O. M
*Sub honore D Thomae Apostoli
 Hic, Rex Emmanuel Capellam Regiam
 Dicarit et translata fuit anno
 1581
 Locum profanari vetat religio*

Agora entramos no periodo da dominação Philipina. O que foi e o que valeu para a sociedade portugueza tão inditosa quadra sabem-no todos. Como a Capella Real servia para subornar consciencias, aquilatam-no quantos nos lerem.

Em 1592 publica-se um novo regimento, pelo qual a Capella Real ficava com Capellão-mór, Deão, Bispo dos Pontificaes, 4 Pregadores, Auditor, Promotor, Thezoureiro, fóra musicos, organistas e recebedores. Este regimento Philipino está na Torre do Tombo, collecção de S. Vicente, L. xxiii-115.

Em 1610, o Vice-Rey Marquez de Castello Rodrigo renovou totalmente a Capella Real, dispendendo quantiosas sommas. Nove annos depois, como já dito foi, o Vice Rey Marquez de Alemquer « para evitar o discommodo que experimentavam os Principes em descer ao logar inferior em que estava a Capella Real, na reforma que fez do Palacio, a collocou no andar superior ».¹⁸

Augmentaram-se consideravelmente as rendas da Capella Real, e para proceder á cobrança das receitas, que em 1633 estavam notavelmente accrescidas, é nomeado por Portaria Pantaleão Ferreira, Capellão Fidalgo, no impedimento de Francisco Silva (Doc. n. 4), a 3 de Abril de 1633, da mesma maneira que haviam sido os antecessores João de Mira e Antonio Vaz Ferreira. Vide doc. n. 4.

O homem parece que não foi muito sollicito, porque em 21 de Maio de 1636, o capellão mór diz « constar-lhe se perde e arrisca das pensões que se devem á capella Real e considerando o risco disso » tracta de o substituir, e nomeia pella confiança que temos ao Dr. M^{el} fagundes da Veiga. Ha por este tempo uma familia inteira de Carvalhos a soldo da Capella Real. Um é « Antonio Mx de Carvalho, Bacharel formado em Leys pela Universidade de Coimbra, nomeado, diz o mesmo capellão mór que era Dom Fernando de Mello, Deão de Evora, « pella boa informação que temos das lettras e procedimentos de Antonio Mx de Carvalho, Bacharel formado em Leys pela Un^{de} de Coimbra e seus irmãos Antonio Mx e João Mx terem servido a capella real o nomeamos no Off^o de Promotor ». Succedeu ao Bacharel George de Mattos Mont^o.

A cera era tanta que demandava um « guarda da cera »; para tal cargo foi nomeado Francisco Pacheco, pelo capellão mór D. Alvaro da Costa. Embora seja antecipação de materia, não resistimos á tentação de registrar que este capellão mór serviu com os Philippes e depois com D. João iv.

Pelo mappa adiante inserto, extrahido d'um manuscripto inedito, verão os leitores qual o pessoal da capella Regia, alem dos já mencionados misteres.

¹⁸ Ignacio Barbosa Machado — *Historia critica chronologica*, etc., p. 144.

Apparecem-nos ouvidores e promotores, Reitores e thesoureiros dos catechumenos, prestes, escrivães da ouvidoria, ouvidores da Real capella, credenciarios, mestres de cerimonia, guardas da cera, prebendeiros, boticarios, porteiros da grade e moços da capella; e tudo isto, tinha medico, cirurgião e remedios.

Dentre os medicos da Capella Real figura o sabio Curvo Semedo, o grande amigo do virtuoso Cardeal Dom Luiz de Souza.

Ordenados dos Ministros da Capella Real

Ao Capellão Mór	600\$000
Ao Deão	400\$000
Ao Bispo dos Pontificaes	200\$000
A cada pregador (quatro)	50\$000
Ao Ouvidor	20\$000
Ao Promotor	10\$000
Ao Thesoureiro	100\$000
A cada capellão (trinta)	40\$000
Aos mestres de cerimonia, a cada	12\$000
Ao mestre de capella	80\$000
A cada cantor (vinte e quatro)	50\$000
A cada organista (dois)	50\$000
A cada porteiro (quatro)	40\$000
A cada moço da capella (dezoito)	20\$000

*
* *
* *

Veio a Restauração. Das côrtes de João IV e de seus filhos é notoria a religiosidade. Multiplicaram-se as Capellas Regias, e alem da que bem se pode chamar a Capella Real por excellencia, estabeleceu a Rainha D. Catharina a Real Capella da Bemposta, que merece estudo especial, ao mesmo tempo que a capella ducal de Villa Viçosa funcionava como Capella Regia, tendo o seu prelado sagrado para os Pontificaes.

A Capella Real de D. João V e de seus descendentes foi a Egreja Patriarchal, pela Bulla de 7 de Novembro de 1716 *In Supremo Apostolatus*; a historia d'essa instituição faustosa está feita no *Codex Titulorum S.^{tae} Patriarchalis Ecclesiae Lisbonensis* — Lisboa, M.DCC.XLVIII. Começou D. João V por augmentar a dotação da Capella Real *Hei por bem, que alem da consignação, que leva na folha da Alfandega d'esta cidade a dita Capella, tenha mais um conto e seiscentos mil reis de consignação todos os annos* — Carta Regia de 24 de Janeiro de 1709. Para preparar a futura sumptuosidade do Collegio Patriarchal, começou o Magnifico Soberano por supplicar á Santa Sé, por intermedio do Embaixador André de Mello e Castro, que erigine em Collegiada a Capella Real. Obtida a concessão sollicitada, consegue ainda de Clemente XI que se applicuem ao Regio Cabido as rendas das Egrejas de S. Pedro d'Alfandega da Fé, S. Bartholomeu de Villa Flor, da archidiocese de Braga e Sant'Iago de Leomil, de Lamego. Emquanto o novo collegio não tivesse estatutos proprios reger-se-hia pelos da Cathedral. *Alea jacta est.* Succede-se a Patriarchal, o maximo esplendor da Capella Real. Vide doc. n.º 5, 6, 7 e 8.

Rios de dinheiro se dispenderam, sustentaram-se milhares de familias, mas

é muito problematico se os interesses religiosos lucraram com tal magnificencia. O faustoso Rei transformou por completo o templo Philipino, e rompendo e demolindo muitos edificios, adiantou-lhe as naves, fez a capella mór, com taes dimensões que não cedia no ambito e comprimento aos Templos sumptuosos. Por isso Barbosa Machado escreve: « *He pois esta Igreja, como Capella Real, a mayor da Europa.* »¹⁹

Veio o terremoto, succedem-se as vicissitudes, e a Capella Real «sacro-sancta Basilica Patriarchal», foi para a Cotovia, da Cotovia para S. Bento, e por fim para o Alto da Ajuda. Incendios, roubos, depredações varias!

Chegou a decadencia, e ao avisinhar-se a invasão franceza, a côrte de D. Maria I foge para o Brazil. Com os principes e aulicos vão varios ministros da Patriarchal, porque a Capella Real era para toda aquella gente uma impreterivel necessidade d'aquella côrte; tinham-se costumado áquelles espectaculos «á divina»; aos gorgeios e aos trinados dos sopranos, ás musicas de David Perez; aquelle scenario magnificante fazia parte do ser dos aulicos e dos principes; os proprios servos, os familiares, os moços de estribeira até, não perdiam umas vespersas na Patriarchal. Alguns dos Excellentissimos Principaes acompanharam a côrte; um d'elles foi o Illustrissimo Camara Corte Real. Para que as agruras d'aquelle exilio encontrassem lenitivo, publica-se o aviso Regio de 15 de junho de 1808, estabelecendo a Capella Real na Igreja dos frades carmelitas calçados do Rio de Janeiro, creando-se uma nova jerarchia de conegos graduados com o predicamento de Monsenhores.

E assim amenisavam tristezas, espaireciam as angustias e intrigas que atagantavam a aula Regia, faltando-lhes apenas o Capellão Mór que, por inherente ao Patriarcha, tinha ficado no continente.

Occorreu subseqüentemente o constitucionalismo, e o decreto de 4 de Fevereiro de 1834 extingue a Patriarchal, mantendo integros os direitos e prerogativas do Patriarcha, que continuou e continua a ser o Capellão Mór.²⁰ Vide doc. 9-10-11.

Creou-se, porém, Capella no Paço, que aliás já existia, e os Reis passaram a ter os seus capellães privativos, chamados Capellães da Casa Real. Como quer que se mantivessem os antigos privilegios, as Capelas Reaes gozam dos privilegios de Adriano VI, Leão X, e de todos quantos anterior e subseqüentemente foram adstrictos á Capella Real.

O funcionamento da Capella Regia era a todos os respeitos interessante, sobretudo considerado no seu aspecto canonico. O Capellão mór, antes da Patriarchal, substitua-se, no Paço, do ordinario diocesano, até na administração dos Sacramentos;²¹ e depois da Patriarchal, era ahi, como Patriarchal e consequentemente como Capella Real, que a Côrte assistia ás funcções religiosas, não como cathedral. E' um pormenor aparentemente insignificante, mas de excepcional alcance.

¹⁹ Ignacio Barbosa Machado — *Historia critica chronologica*, p. 145.

²⁰ Artigo terceiro. *Ao Cardeal Patriarcha de Lisboa serão reservados seus titulos, privilegios e proeminencias.*

²¹ Ver o formulario para o Baptismo do Infante D. Pedro, que está na Torre do Tombo, *Collecção de S. Vicente*, T. XXIII, e que reza assim:

E porque o Bispo Capellão mór está occupado na principal obrigação do seu officio que he administrar os Sacramentos ás pessoas Reaes, etc.

Isto basta. Quando tractarmos dos Capellães Mores veremos melhor o assumpto que é interessantissimo.

As sequencias e resultancias d'este proceder não se apresentaram vantajosas para a Nação portugueza, e a Capella Real foi menos um sanctuario da piedade, destinado á glorificação da Divindade e aperfeiçoamento moral de quantos a ella eram subjeitos, de que uma ostentação interminavel de vaidades balofas, de subornos, de politiquices e vexames.

Comtudo, algo houve de grande; destacaram-se ali personalidades dignissimas, e portuguezes de lei, cuja vida deve ser propagada, cujas virtudes merecem escrupulosa imitação. Ha de tudo; mas isso veremos na parte segunda deste rude e desvalioso trabalho, que versará sobre os capellães mores.

SANTOS FARINHA.

DOCUMENTO N.º 1

AFFONSO VICENTE

Instituiçam da capella de sam miguel setuada nos paços delRey com declaraçam dos emcarreguos della hordenados por ElRey dom dinis e a Rainha sua molher.

Dom Afonso etc. « A quantos esta carta virem fazemos saber que Afonso vicente capellam da nossa capella de sam miguel que esta em os nossos paços desta çidade nos mostrou hũa carta e hũn alvara que tinha do muy excellente e comprido de muytas vertudes e da esclarecida memoria ElRey meu Senhor e padre que Deus receba e tenha em sua gloria da qual carta o theor e este que se segue de cada hũn de verbo a verbo. Dom eduarte polla graça de Deus Rey de portugual, do alvarue, Senhor de cepta. A quantos esta carta virem fazemos saber que antre as nossas escripturas que jazem em a torre do nosso castello da çidade de lisboa achamos o Registo de hũa carta do muy nobre Rey dom dinis a que Deus *dê a sua gloria pella qual se mostrará que el hordenara de se camtar hũa capella que está em os nossos paços dalcaçova da dita çidade da qual carta ho theor he este que se segue.* Saibam quantos esta carta virem que eu dom dinis polla graça de Deus Rey de portugual e do alvarue etc. em sembra com a Rainha dona Isabel minha molher e com o Ifante dom afonso nosso filho primeiro herdeiro esguardando que na nossa capella de sam miguel das nossas casas de Lisboa nom auia capella asy como deuia seer em a capella de Rey a serviço de Deus e prol de nossas almas quero e estabelleço e mando polla alma de meu padre e de mynha madre e dos Reys domde eu venho e polla minha e polla da Rainha e por todos os Reys que depois de nos ham de vir que a dita capella aja capellaõ seu proprio pera todo o sempre que siruahy pessoalmente e faça lhe continuamente Residência per seu corpo e se asy nam fizer Residência que loguo a perca por ese mesmo feyto e contra esto nam lhe *balha nenhũa dispensaçam do bispo nem doutro prellado* mayor nenhũa outra cousa e ese capellam camte em ella cada dia misa polla alma minha e da Rainha e de todollos outros Reys asy como de suso dito he em esta maneira primeiramente os dias de dominguos digua misa da domingua e a segunda feira dos finados e a terça feira dos amjos e a quarta feira da trimdade e a quinta feira de samcto espirito e a sexta feira da cruz e ao sabado de samcta maria saluo quando vier em algũn dia da doma algũna festa principal de samcta maria ou dos apostollos ou dos martires mayores que digua delles de mais que digua cada dia e Reze na dita capella com seu moozinho todallas oras canonicas como sam estabellecidas na samcta Igreja e por que comvem que aja mantimento o capellaõ pera sy e pera seu moozinho e pera as que as seruirem mando e hordeno e estabelleço pera todo sempre por my e por todo llos Reys que depois de my ham deuir que a dita capella ajam pera o capellaõ e seu moozinho e pera os seruidores quatro moyos de trigo pella medida de lisboa de dezeseite alqueires o quartoiro no meu celeyro de lisboa por dia de samcta maria dagosto e seis moyos de uinho cruu qual uier a minha adegua e deuemho dar por sam miguel e cimcoemta liuras em dinheiro pera uestir e pera seu moozinho e pera comduto e pera candeas pera a capella das ditas cimcoemta liura deua auer pello almoxarife de lisboa qualquer que seja em cada hũn anno por dia de sam Joham bautista, seis alqueires dazeite pollo dito almoxarife em cada hũn anno por dia de natal pera lampada que deue de arder de dia e de noite. Esta capella porque hade ser perduravel fizio com outorguamento de dom Joham martinz bispo de lisboa em testemunho da qual cousa mandey emde fazer duas cartas semelhantes hũa que tenha eu e os Reys que depois my vierem e outra que tenha o capellaõ qualquer que for selladas do meu sello de chumbo e do sello do dito bispo e mando que todollos rely que depois my uierem mantenham a capella sobre dita de uestimentos e

conuem a saber de guysa que a capella aja hũa uestimenta pera os dias das festas e outra melhor peras festas e mando que todollos Reys que depois my uierem em portugual que mantenham esta capella suso dita asy como suso he comtheudo em esta carta e os que asy guardarem ajam a bemçam de Deus que he poderoso sobre todas as cousas feita a carta a dez dias de janeiro em lisbõa ElRey o mandou francisque annes a fiz era de mil e trezentos trimta e sete annos e por quamto achamos que a dita capella nam se camtava como deuia e por el fora hordenado que o mantimento que el hordenara que ouese o capellam que a camtase era paguado em dinheiro e nam era a respeito da moda que ora corre tal por que razardamente se podesse manter e porque nosa vomtade he de se ella camtar segundo por el foy mandada por seu seruiço e de nosso senhor Deus hordenamos de poor hy por capellação afomço viçente criado do Ifamte dom amrique meu muyto prezado e amado Irmaão pera auer de camtar na maneira suso dita e de lhe asemtarmos em cada hũn anno duzentas e dez mil liuras pera seu mantimento e vestir e de seu moozinho e scruidores e camdeas e azeite pera dita capella segundo se na dita hordenança comtem as quaees duzentas e dez mil liuras nos praz que aja da quy em diamto e o primeiro anno se começe por primeiro dia dabril que ora vem em este anno presente em que ora estamos de mil quatrocentos e trimta e sete e se acabará por postumeiro dia de março de mil qnatrocentos e trimta e oito. E pore mmandamos a esteuam Vasquez que ora tem carreguo do recebimento de nosso tesoureiro em a dita cidade e a Joham gomçaluez nosso tesoureiro moor e escripuam dese officio e a outros quaees quer que tall carreguo tyuerem que dos dinheiros que por nos receberdes de despesa do nosso officio lhe deã e paguẽe em cada hũn anno des o dito primeiro dia dabril em diamte as ditas duzentas e dez mil liuras aos quartees do anno, a saber, em cada hũn quartel o que lhe em el montar dauer e como lhe em cada hũn do quartell fazer des paguamento a semteo asy a escrepuam do noso officio em seu livro e per el e per o registo desta carta que registrarã em el em cada hũn anno mandamos aos comtadores que nollo leuem e reçebam em despesa e o dito afomso uiçente tenha a dita carta em sua mão pera sua guarda e pera por ella requerer e auer os ditos dinheiros que lhe asy temos hordenados que aja dauer pollo dito carreguo de camtar a dita capella como suso dito he e rogamos e emcomendamos aos Reys que uierem depois de nos que sempre a mandem camtar pella guisa suso escripta mandando pagar ao capellação que em ella estieur o dito preço ou seu uerdadeiro ualor o qual ora leuamos a respeito doito marcos de prata de ley douze dinheiros aluydrado a prata em rezam de seteçemtos e çimcoenta Reaees como nos cambos mandamos pagar e se ao diamte fezer mudança na moeda aquella comtia dos dinheiros que for achada que uallem os ditos oyto marcos de prata outro tanto lhe mandem pagar ao capellação que camtar esta capella, damte em samtarem a dezoito dias de março Ruy vasquez a fez era de mil quatrocentos e trinta e sete annos. Nos El-Rey mandamos a vós Estevam Vasquez reçebedor do nosso tesouro e a outros quaees quer que ao diamte tenerem o dito carreguo que paguees a afomço uiçente que camta em a nossa capella de sam miguel que he nos nossos paços d'esta cidade duzentas e dez mil liuras que lhe mandamos pagar aos quartees de seu mantimento segundo compridamente he comtheudo em hũa carta nossa que tem jeral. E mandamos que desto lhe seja feito paguamento e dinheyro aos quartees do dito anno e nom em panos nem outra nenhũa cousa e asy nos praz de lhe seer feyto e al nam façades, feito em lisboa a doze dias de Junho, aluare annes a fez, era do naçimento de nosso Senhor Jesu Christo de mil quatrocentos trinta e sete annos. E pedionos que lhe mandassemos confirmar da qual cousa a nos praz e pore mmandamos a quaees quer nossos officiaes a que esta carta for mostrada e esto onuerem de veer que lhe cumpram e guardem e façam cumprir e guardar a dita carta e alvarã como em elles sam comtheudos e a asy he nossa merçee e al nam façades damte em lisboa, 14 dias de feureiro elRey e mandou com autoridade da senhora rainha sua madre tytor e curador e com acordo do ifamte dom pedro seu tyo e defensor por elle dos seus Regnos e senhcrios, afomço de besa a fez, anno do naçimento de nosso senhor Jesu Christo de mil quatrocentos trinta e nove annos.

(Liv. 7 fols. 58 v. Extremadura — D. Affonso 5.º).

DOCUMENTO N.º 2

A dioguo fernandes cabral adaiam da capella do principe de todo ho dinheiro que recebeu... e de outras cousas.

Dom Manuel.

A quantos esta nossa carta de quitaçam virem fazemos saber que nós mandamos ora tomar cõta a dioguo fernandes cabral nosso capellã e adaiam da capella do princepe meu

sobretodos muito amado e presado filho recebedor do dinheiro de hun por cento e trez quartos a dinheiros doutras que lhe mandamos entregar de todo ho que recebeu e despendeo os annos de quinhentos e nove e quinhentos e dez a quinhentos onze...

...Segue a ennumerção de varias quantias de dinheiro e diferentes objectos de ouro e prata quasi todas de uso profano.

Torre do Tombo. *Misticas*. T. VI, fol. 132 v.

DOCUMENTO N.º 3

A Dom Martinho da Costa, officio de Capellão moor da infanta Dona Isabell.

Dom Manuel rei.

Aquantos esta nossa carta virem fazemos saber que agradando-nos dos muitos servicos que temos recebido de Dom Martinho da Costa Arcebispo de Lisboa de nosso conselho e a experiencia que tem a de sua virtude e bondade e pella muita confiança que delle temos e querendo lhe fazer graça e mercê temos por bem e lhe fazemos mercee do officio de capellão moor da yfante dona Isabell minha muita amada e presada filha com todallas homras privilegios priminencias jurdiçam graças e merces... que sempre os capellães mores dos infantes deste regno com o dicto officio tiveram e como de direito lhe pertence... dada em almeirim a xxiii dias de Fevereiro Jorge rōiz a fez anno de nosso Senhor JIII. x y o de P. V. x/x.

DOCUMENTO N.º 4

Relação alfabetica dos officiaes leigos e clerigos da Capela Real desde a dominação Filipina até ao ano de 1771

(D'um manuscripto inedito, intitulado «*Registo de todos os ministros da capella de S. Magestade*».)

Nomes	Officios	Reis e capellães mores que nomearam	
Ambrosio Ferreira	Recebedor	D. Alvaro da Costa	1637
André de Magalhães	Ouvidor	D. Manoel da Cunha, bispo d'Elvas	1647
Antonio Castelo Branco	Promotor	" " "	1644
" Ferraz de Azevedo	Ouvidor	Bispo de Targa, D. Francisco Lobo	1664
" de Magalhães	"	D. Alvaro de Castro	1640
" Menezes de Carvalho	Promotos	D. Fernando de Melo	1635
" Vieira Leitão	Ouvidor	D. Luiz de Sousa	1689
Bento de Araujo	Guarda cêra	" "	1679
Bernardino Soares	Credenciario	D. Manoel da Cunha, bispo d'Elvas	1652
Caetano José Xavier de Melo	Escrivães	D. Francisco Saldanha	1764
Diogo Nunes da Costa	Reitor dos catechumenos	D. João IV	1650
Estevão de Gouvêa	" "	D. Afonso VI	1661
D. Francisco (bispo de Targa)	Super-intendente da casa dos catechumenos	D. Alvaro de Castro	1640
Francisco Cardoso de Almeida	Mestre das cerimonias	D. Manoel da Cunha, bispo d'Elvas	1655
D. Francisco Lobo (b.º de Targa)	Renda de 200\$000 rs. an.	D. João IV	1648
Francisco de Oliveira	Prestes	Bispo de Targa	1664
" dos Reis	Porteiro da sachristia	D. Luiz de Sousa	1673
" Taja	" " "	D. Manoel da Cunha, B. d'Elvas	1655
" Velez	Mestre das cerimonias	D. Luiz de Sousa	1670
Gabriel de Faria	Credenciario	D. Manoel da Cunha, bispo d'Elvas	1647
" "	Mestre de cerimonias	D. Francisco Lobo	1660
" "	Reitor e thesourciro dos catechumenos	D. Pedro II	1681
Gaspar Soares de Torres	Ouvidor	D. Manoel da Cunha, bispo d'Elvas	1644
" Sagres	Prestes	D. Francisco Lobo, B. de Targa	1667

Nomes	Ofícios	Reis e capelães môres que nomearam	
Gonçalo Barreiros	Mestre de cerimonia	D. Alvaro de Castro	1640
Henrique da Costa Serra	Escrivão da ouvidoria	D. José Manoel, P. de Lisboa	1755
» Sousa Serrão	Ouvidor da capela	D. Manoel da Cunha, B. d'Elvas	1654
Ignacio Prestes	Credenciario	» » »	1650
Jeronymo Dias	Thesoureiro da casa dos catechumenos	D. Alvaro de Castro	1641
João Alvaro	Clerigo de Missa na serventia da capela de S. do Castelo	D. Manoel da Cunha, B. d'Elvas	1644
João Baitrago	Credenciario	» » »	»
» Baptista da Silva	Reitor e escrivão dos catechumenos	D. Pedro II	1679
» da Cunha Meto	Ouvidor	D. Manoel da Cunha, B. d'Elvas	1642
» Curvo Samedo	Medico da capela real	D. Luiz de Sousa, A. de Lisboa	1685
» Duarte	Credenciario	D. Manoel da Cunha, B. d'Elvas	1656
» Ferreira de Macedo	Promotor	D. Alvaro da Costa	1637
» Gomes de Caceres	Escrivão da ouvidoria	D. Manoel da Cunha, B. d'Elvas	1645
» Ribeiro da Costa	Mestre de cerimonia	» » »	»
» » »	Recebedor	» » »	»
» » »	»	» » »	1647
» de Torres	Mestre de cerimonia	» » »	1650
José Mendes da Costa	Ouvidor	D. Francisco de Saldanha, P. de L.	1771
Luiz de Sousa	Capelão Mór	D. Pedro II	1669
Manoel Alvares Pegas	Promotor	Arcebispo de Lisboa	1680
» » Cardoso	Ouvidor	D. Luiz de Sousa	1675
» » »	»	» » »	1670
» Alves Cardoso	»	» » »	1675
» Correia de Oliveira	Prestes	D. José Manoel, P. de Lisboa	1755
» da Costa Oliveira	Ouvidor	D. Luiz de Sousa	1695
D. Manoel da Cunha, B. d'Elvas	Bispo Capelão Mór	D. João IV	1612
Manoel Fagundes da Veiga	Cobrador das pensões atrasadas, como juiz delegado	D. Fernando de Melo	1365
Manoel da Gama de Padua	Carta de quitação de capelão real	D. Afonso VI	1658-1669
» » »	Prioste da capela real	D. Manoel da Cunha	1655
» » »	» das rendas	Arceb. de Lisboa, D. Luiz de Sousa	1679
» Gonçalves	Mestre de cerimonia	D. Luiz de Sousa, A. de Lisboa	1678
» Ribeiro Faria	Ouvidor	» » »	1678
» Serrão	Credenciario	Bispo de Targa	1662
» Soares	Guarda cera	D. Manoel da Cunha	1646
Marcos Soares Pereira	Provedor	» » »	»
Martins Guedes Coutinho	Porteiro da Sachristia	D. Luiz de Sousa	1674
Matheus Coutinho	» » grado	D. Manoel da Cunha, B. d'Elvas	1650
» » »	» » sachristia	» » »	1642
Mathias de Cêa de Carvalho	Promotor	D. Francisco Saldanha, P. de L.	1761
Miguel Pereira	Prestes	D. Manoel da Cunha, B. d'Elvas	1642
Pantaleão Figueira, cavaleiro fidalgo	Recebedor	D. Fernando de Melo	1635
Paulo de Almeida	Credenciario	D. Francisco Lobo, B. de Targa	1660
» Lobato	Mestre de cerimonia	D. Manoel da Cunha, B. d'Elvas	1657
Pedro de Alvorado	Guarda cera	» » »	1650
» » Matos	» »	D. Alvaro da Costa	1640
» » »	Porteiro da grade	D. Manoel da Cunha, B. d'Elvas	1646
Sebastião da Costa	Mestre da capela	Bispo de Targa, D. Francisco Lobo	1662
Simão Ferreira	Boticario da capela real	D. Luiz de Sousa	1670
» Rodrigues Pardo	Recebedor	D. Manoel da Cunha	1647
» » »	Prebendeiro da c. real	» » »	1619
» » »	»	» » »	1646
» Ferreira	Guarda cera	» » »	1655

DOCUMENTO N.º 5

Extracto da Constituição de Clemente xi.

..., qui omnes simul Capitulum constituerent et apud eandem Regiam Capellam in Collegiatam insignem Ecclesiam erigenda...

DOCUMENTO N.º 6

Sua Magestade, que Deus Guarde, he servido mandar declarar a V. S. que os Conegos da insigne Collegiada, que foi erecta na sua Real Capella hão de gozar da aposentadoria activa e passiva como de antes era concedida aos Capellães da mesma Real Capella, e para que V. S. assim o tenha entendido Paço, 15 de novembro de 1710 Bartholomeu de Souza Maria Senhor Conde Aposentador Mór (Conde de Sant'Iago de Bedindo).

Nota. Este documento é importante por causa das precedencias a que tinham direito os que possuíam a aposentadoria palatina. Os capellães reaes não cediam a ninguem a precedencia, sempre que assistiam a alguma festa em que o Rei tomava parte. Suscitando-se questão, no tempo do Capellão Mór D. Fernando de Vasconcellos e Menezes que era simultaneamente arcebispo metropolitano, entre os Conegos e Capellães Regios, resolveu-se de commum accordo seguirem a par uns do outros.

Catalogo das Primitivas Dignidades, Conegos e beneficiados da Capella Real constituída em collegiada

Dignidades

Deão — Dom José Manuel da Camara (dos Condes d'Atalaya) *a)*
 Chantre — José de Souza Castel Branco (dos Condes de Pombeiro) *b)*
 Arcediago — Manuel Nunes *c)*
 Arcypriste — Domingos de Miranda e Costa
 Idem — Paulo de Carvalho e Athayde *d)*
 Arcediago — José Dionysio Carneiro *e)*
 Thezoureiro-mór — José Teixeira
 Mestre Eschola — Dom Fernando Antonio de Menezes (Dos Condes de Ericcira) *f)*
 » » Martinho Monteiro de Azevedo *g)*

Conegos Presbyteros *h)*

João da Costa de Brito — (de Lisboa)
 Jacintho da Costa » »
 Bernardino Serrão — (de Collares)
 Francisco Nunes Monteiro — (de Malacães)
 Manuel da Costa de Almeida — (de Lisboa)
 Antonio dos Santos Botelho » »

Conegos diaconos

Manuel Rodrigues de Souza — (de Lisboa) *i)*
 José Gomes Monteiro » »
 Manuel Ferreira Varella — (de Evora)

a) Foi depois Principal decano do Patriarchal.

b) Tinha sido Conego da Collegiada d'Alcaçova, em Santarem, apresentado em 19 de Março de 1715 Bispo de Elvas, confirmado por Clemente XI em 23 de Janeiro de 1716 e sagrado pelo Cardeal Cunha.

c) Succedeu ao precedente no Chantrado.

d) Succedeu ao precedente. Foi doutor em Canones, Conego doutoral em Vizeu e Lamego, deputado do Tribunal do Santo Officio. O seu nome tornou-se celebre por causa do Marquez de Pombal.

e) Succedeu no Arcediagado a Manuel Nunes, pela promoção d'este a Chantre.

f) Veio a morrer frade no Varatojo.

g) Succedeu ao antecedente pela renuncia.

h) Esboçava-se já a futura Constituição do Collegio Patriarchal.

i) Foi posteriormente promovido a Thezoureiro-mór da Capella ducal de Villa Viçosa.

Rodrigo Teixeira Leitão (de Leiria)
 Manuel Soares Rua (de Lisboa)
 José Ferreira da Sylveira » »

Conegos Subdiaconos

Manuel Thomaz da Sylva (de Villa Viçosa) *j)*
 Antonio Soares Rua
 D. Luiz de Castel Branco (dos Condes de Pombeiro) *k)*
 Lazaro Leitão Aranha *l)*
 D. Francisco Xaxier da Camara (dos Condes da Ribeira)
 João da Motta e Silva (de Castello Branco) *m)*
 D. Luiz de Noronha (dos Condes dos Arcos)
 Francisco de Salles da Camara (dos Condes da Ribeira)

Beneficiados

Manuel Dionysio de Carvalho (de Lisboa)
 João Correia Tinoco » »
 Henrique da Silva Victorio » »
 Manuel de Faria Travassos (do Carvalhal de Obidos)
 João Monteiro » » » »
 Verissimo Pinheiro de Abreu (de Lisboa)
 Manuel Soares (da d'Agorda Obidos)
 Lourenço da Silva Nunes (de Lisboa)
 Bernardo de Barros Marinho » »
 João Gomes da Costa (de Gradil)
 Francisco de Proença e Souza (da Guarda)
 Antonio Baptista (de Lisboa)
 Julião de Oliveira » »
 Antonio Soares Pereira » » *n)*

DOCUMENTO N.º 7

Carta de Capellão mór Nuno da Cunha e Ataide ao Deão dignidades e conegos da Capella Real.

Logo que foi erecta a Collegiada, fiz presente a S. Magestade, que Deus Guarde, a representação que V. S. fez a respeito dos Estatutos porque se devia governar; e Sua Magestade me ordenou dissesse a V. S. que enquanto não havia estatutos se observassem os da Sé de Lisboa, no que não fosse contra direito ou costumes louvaveis da Capella, o que me pareceu muito justo e n'essa conformidade o participei ao Senhor Deão.

DOCUMENTO N.º 8

Vicente Bichio das Marquezas de Forte Albinio... Arcebispo de Laodicéa e Nuncio.
 Havendo-se feito a Nós requerimento para que quizessemos conceder licença aos Moços que em traje de Clerigos servem aos Ministerios Ecclesiasticos de Coro, Canto, Musica, Missas, e outros semelhantes na insigne Collegiada de S. Thomé da Capella Real *de abrirem coroa*. Pela presente nossa Previsão..., concedemos licença para que todos os ditos moços... possam abrir coroa pequena...

j) Promovido posteriormente a deão da capella ducal de Villa Viçosa.
k) Passou a Conego diacono e veio a ser Principal.
l) E' o famoso principal Lazaro Leitão Aranha, doutor em Leis, secretario da Embaixada a Clemente XI, varão de esclarecido engenho, e o fundador do recolhimento que tem o seu nome. Foi depois Principal do Patriarchal.
m) Foi creado Cardeal por nomina de D. João V, e preconizado por Bento XIII em 26 de Dezembro de 1726. Este e os dois ultimos foram Principaes da Patriarchal.
n) Transitou do logar de meio conego da Collegiada de Alcaçova de Santarem.

DOCUMENTO N.º 9

Extracto da Bulla de Gregorio XVI « *Quamvis aequo* supprimindo a Patriarchal ». *Capitulum Patriarchale supprimimus funditus perpetuoque cum omnibus hucusque habitis et quomodocumque quaesitis vel adhibitis juribus, p'ibilegiis etc.*
Esta Bulla foi executada pelo Cardeal Saraiva.

DOCUMENTO N.º 10

Extracto da Carta Regia de D. Maria II ao Cardeal Patriarcha 10 janeiro 1835.
Ill.^{mo} e V.^o em Christo Padre Cardeal Patriarcha, meu como irmão muito prezado. Eu, a Rainha vos envio muito saudar como aquelle que muito prezo. Havendo Sua Magestade Imperial, o Duque de Bragança, meu Augusto Pae..... expedido o seu decreto de 4 de Fevereiro do anno preterito, pelo qual houve por bem extinguir a Santa Egreja Patriarchal de Lisboa, conservando Vos todas as honras que tendes e a Vossos Successores o titulo de Patriarcha de Lisboa.....

DOCUMENTO N.º 11

Da sentença de execução da Bulla *Quamvis aequo*.
Declaramos abolidos e totalmente extinctos, e abolimos e extinguimos os dous cabidos Lisbonenses, a saber, o Cabido Patriarchal, erecto na Real Capella debaixo da Invocação de Nossa Senhora da Assumpção, e o Cabido da Collegiada, estabelecida debaixo da invocação e denominação de Real Basilica de Santa Maria, com todos os direitos, privilegios, honras e prerogativas, que no seu antecedente estado lhe pertenciam.

O ERASMO PORTUGUÊS

(1501-1573)

(Quadros de história litterária evangélica)

Não haverá talvez na história portugueza figura mais discutida que a de Damião de Goes, a quem hoje chamaremos o nosso Erasmo, já pela semelhança da sua dialectica e pela identidade da sua posição ante o movimento reformador, já por ser ainda hoje reclamado por cathólicos e por evangélicos como seguidor de seus respectivos crédos.

Uma vez assente esta affirmação, comprehende-se como será grande a bibliographia critica goesiana e trabalhoso o seu destrinçamento. Entraremos muito de leve no assumpto com intenções que o leitor em breve perceberá, decerto com approvação.

Damião de Goes, nascido em Alemquer pelos annos de 1501, segundo a mais seguida opinião, esteve ao serviço de D. Manoel I no paço real, desde os nove annos até 1521. Dois annos depois, com a annuencia de D. João III, que o encarregou, logo ao principio do seu reinado, de negócios do Estado na Flandres, saiu de Portugal. Além deste, foi depois occupado em outros importantes encargos de serviço official, tendo entretanto occasião de fazer várias digressões de instrucção pela maior parte da Europa culta, especialmente pela Dinamarca, Suecia, Polónia e Allemanha, nas quaes por vezes se desempenhou de commissões litterárias do infante D. Fernando.

Goes era descendente, pelo lado paterno, duma illustre e antiga familia portugueza; seu pae, Ruy Dias, serviu D. Fernando, pae de D. Manuel, e seu avô Lopo Dias, a excelsa rainha D. Leonor. Por parte de sua mãe, D. Isabel Gomes de Limi, descendia duma familia flamenga, cuja lingua parece ter aprendido na infância.

De volta á patria em 1546, foi encarregado pelo cardeal D. Henrique, em 1558, de fazer a chronica d'el-rei seu pae. Desse trabalho se desempenhou de fórma tal que o académico marquez de Alegrete disse: «foi elle que começou a elevar a maior grau de perfeição a nossa história, nas chronicas que compoz». O P.^o Pereira o considerou o segundo na ordem dos clássicos, a seguir de Barros.

Terminada em 1566, a chronica de D. Manuel teve duas edições. A primeira foi inutilisada logo no seu apparecimento por estarem nella descriptos certos factos com um desassombro tal que espantou a côrte, causando alguns desgostos ao seu auctor, o qual foi obrigado a fazer segunda edição extirpada dessas verdades desagradaveis ao cardeal e seus aulicos. Na importante goe-

siana do eminente investigador, sr. Joaquim de Vasconcellos, veem publicadas as variantes das duas edições, no fascículo 10.º da «*Archeologia Artistica*» (*Renascença Portuguesa, estudos sobre as relações artisticas e litterárias de Portugal nos séculos xv e xvi*; Porto 1881). Também em 1912 saiu dos prélos de Coimbra, trabalho dum anonymo, um «*Elencho das variantes e diferenças notaveis que se encontram na primeira parte da Chronica d'El-Rei D. Manuel, escripta por Damião de Goes*»; tornando-se necessária em breve a publicação dum «*Additamento á reprodução do Elencho das Variantes...*» (Coimbra, 1913) assignado pelo mesmo sr. Joaquim de Vasconcellos, incontestavelmente o nosso primeiro goesista.

Citarei ainda, deste sr., o livro «*Damião de Goes — novos estudos*» (Porto, 1897) e dum anonymo, a «*Noticie sur les rapports d'Erasmus avec Damião de Goes*» (do «*Annuaire de l'Université Catholique de Louvain, 1853-7*») (Lisboa, 1912).

A obra litteraria de Damião de Goes está hoje inteiramente registada. Innocencio no seu Dicionário só dá a nota das obras portuguezas; o sr. Joaquim de Vasconcellos dá-a de todas as latinas no fac. 8.º da obra cit. (Porto, 1879); e no fasc. 9.º (1880) publica-a das cartas latinas.

A melhor biographia de Goes, di-lo o sr. Vasconcellos, é a de Ferdinand Denis, publicada na «*Biographie Universelle*» de Didot. Antes dessa publicára D. Clément, na «*Bibliothèque Curiense*» notícias de Goes, por informações do Cavalleiro de Oliveira, e ainda antes, em Portugal, foram Barbosa Machado e Baptista de Castro os seus primeiros biógraphos.

O sr. Vasconcellos principiou a sua Goesiana pelo fascículo 7.º da «*Archeologia Artistica*», onde trata d'«*O retrato de Albrecht Dürer*» e em 1897 publicava o ultimo e magnifico trabalho sobre o assumpto, que não é todavia a sua ultima palavra: «*Damião de Goes, no 4.º centenario da India Portuguesa*», Porto, data cit. A idéa que me assaltou ao compulsar essa obra e ao saber que muitissimo mais matéria o seu auctor possui, foi a de que deveriam os poderes publicos, á semelhança do que se faz lá fóra, commetter-lhe o encargo da sua publicação official.

No trabalho publicado, o sr. Vasconcellos completa o estudo de Lopes de Mendonça e os dos Viscondes de Azevedo e de Paiva Manso, remetendo o leitor várias vezes ao primeiro, que não copia. Corrige-o nalgumas considerações, e em muitas aos dois ultimos goesistas. A obra de 1897 diz-se o resumo duma monographia: «*Damião de Goes e o século xvi*», que áquella data estava quase concluida mas que ainda hoje está inédita.

Os «*Inéditos Goesianos*» do sr. Guilherme Henriques são também citados e por vezes corrigidos na obra do sr. Vasconcellos.

A obra de A. P. Lopes de Mendonça intitula-se «*Damião de Goes e a Inquisição em Portugal*» (Lisboa, 1859). Ahi se encontram citadas, e num sentido geral esgotadas em sua materia, as seguintes obras: P.º Luiz Cardoso, «*Dicionário Geográfico*», tomo 1, pag. 252 (traz o epitaphio da Igreja de Varzea com a data do fallecimento errada); D. Antonio Caetano de Sousa e Diogo Barbosa Machado, nas obras bem conhecidas; João Pinto Ribeiro, «*Dissertação Histórica, Jurídica e Económica sobre a reforma dos foraes do reinado do Senhor D. Manuel*»; parte 1 (Lisboa 1812) e Anonymo, «*Retratos e Elogios de varões e donas que illustraram a nação Portuguesa em virtudes, letras, armas e artes, etc.*» (Lisboa 1812).

De Sousa Viterbo existem dois estudos sobre Damião de Goes, nos volu-

mes 42.º, 46.º e 47.º do «*Instituto*» (Coimbra, 1895, 1899 e 1900) sendo o primeiro sobre a célebre questão com D. António Pinheiro. Nos «*Annaes das Sciencias, Artes e Letras*» (Paris, 1818) tomo 4.º, parte 2.ª, pag. 3 a 13, ha ainda referencia larga a Goes. Outras obras citarei ainda no decurso da rapida biographia que vou terminar dispensando-me assim de bibliographia especial no fecho deste artigo.

O nome de Damião de Goes, commendador da Ordem de Christo, guardamór da Torre do Tombo e, como alguns pretendem, chronista-mór do Reino, avulta em letras d'ouro na negra pagina da história portuguesa que relata o estabelecimento da Inquisição pelo *piadoso* João III. Ao tempo que Goes desempenhava o cargo de embaixador de Portugal na Flandres e na cõrte dinamarquesa, teve o monarcha larga correspondencia com elle, pedindo-lhe conselho sobre a sua projectada reforma da Universidade, a vinda a Portugal do célebre Erasmo Rotterodamo, e outras questões. Depois, a vingança do seu amor traído pelo proprio pae, e tambem as conveniencias diplomáticas, levaram-no a approximar-se de Carlos V, o inimigo natural da Reforma; e talvez principalmente devido a esta alliança, se bem que houve outras causas importantes, tivemos tão cedo, em 1536, o Tribunal da Fé a matar judeus e muçulmanos e a abafar, com a crepitação das fogueiras e o grito dos victimados, os écos do dr. Luthero e de mestre Lefèvre que, desde Paris e Utibregue, se repercutiam por todo o mundo culto. Parece fóra de dúvida ter Damião de Goes revelado uma forte inclinação pela Reforma religiosa de que foi coevo. Ha mesmo razões para crer que foi conhecido no estrangeiro como reformado. Manteve por muito tempo correspondencia com Erasmo quando este tambem estava inclinado para o protestantismo nascente; e nas suas viagens, de que já falei, visitou aquelle em Friburgo, frequentou as universidades de Padua e Lovaina, residindo nesta cidade até 1545, desde o seu casamento, e travou relações de amizade com Luthero e Melanchton em Utibregue e com João de Pomerania em Lubec, até que, na sua volta a Lisboa, o chamado Santo Officio o aniquilou moralmente para, annos depois, lhe tirar lentamente a vida physica no meio de grande soffrimento. A denuncia, então em voga, arrastou-o aos carceres inquisitoriaes em 4 de Abril de 1571 e já em 19 de dezembro do anno seguinte ouvia a sentença na qual era condemnado, por lutherano, a confiscação de bens e degredo, sendo mandado entregar pelo rei-cardeal D. Henrique ao prior do mosteiro de S.ª Maria da Victoria para expiação de culpas em reclusão e penitencia rigorosa. Era então solicitador da Inquisição Rui Fernandes.

Aquelle padrão da nossa gloria e obra prima do génio artistico portugês, edificado em memória da batalha que marcou definitivamente a nossa liberdade politica e o princípio do nosso engrandecimento, ficou assim para nós, por uma coincidencia notavel, rememorando a intolerancia ecclesiastica, causa remota da decadencia nacional.

Sobre a sua obscura morte, diversas e muito oppostas insinuações se bordaram, segundo a parte mais ou menos suspeita donde surdiam. Eis o que sobre ella diz muito imparcialmente Lopes de Mendonça:

«A morte de Damião de Goes está envolvida em sombras de mystério. Consta vagamente que, restituído ao seio da sua familia, fallecera em sua propria casa, uns dizem de accidente apoplectico, outros dizem que assassinado pelos seus criados. Parecem-nos pouco verosimeis ambas estas versões. Conduzido

para o convento da Batalha, como sabemos pelo recibo da sua entrega que vem incluído no processo, é natural que não durasse muito, exaustão por dezoito mezes de crua prisão, aonde lhe não foram poupados os tormentos physicos e moraes.»

O mesmo auctor, com certa inconsequencia, diz noutro logar que a Inquisição forneceria essas informações por já ter affrouxado em principios do seculo XIX da sua antiga severidade. A nós nos parece que ella as inventou e assim as deu para esconder a verdadeira fórma e a verdadeira causa, fórma e causa que intimamente se ligam, da sua morte. Diz tambem L. M. que a perseguição foi devida a Goes ter abraçado os «principios da Renascença». Em 1859 teria de se usar de euphemismos, como este, para se atacar de frente o espirito intolerante?

Os ultimos exames directos do sr. Antonio Baião (V. revista «*Serões*») vieram destruir as affirmações dos inimigos de Goes que, todavia, encontram ainda quem lhes dê vulto, firmando-se em testemunhas de respeito como o nosso grande Camillo. Diz este nas «*Noites de Insomnia*», vol. XI, referindo-se ao chronista: «Não era boa pessoa. Tinha talento, fazia chronicas de reis, escrevia em variados assumptos; mas era mordacissimo, deslinguado, e desluzia as gerações dos seus inimigos com a injustiça própria da sua malquerença.»

Curioso é que ao lermos este retrato, parece estarmos vendo o retratista... Emfim, é da psychologia rudimentar, essa visão reflexa dos nossos mesmos defeitos.

Intriga velha houve, decerto, nesta confusão de que se fizeram écho, na «*Memória sobre Portugal e Hespanha*» Claudio Adriano da Costa e nas «*Noites de Insomnia*» Camillo. Diz-se que no anno de 1554 um criado do conde de Penella, disfarçado em frade capucho, entregou ao rei D. João III uma sátyra composta de 64 quadras contra a familia dos Pinheiros de Barcellos, então representada pelo conde de Castanheira. Esse pobre poema foi attribuido a Damião de Goes e este foi esperado pelos lacaios do conde offendido que por ordem de seu senhor o moeram com sacco de areia, do que não escapou com vida.

Ora não póde ser o protagonista desta phantasia a denunciada victima do padre-mestre Simão Rodrigues de Azevedo, da congregação e ordem de Jesus e companheiro que fôra de Ignacio de Loyola, cuja denuncia foi feita perante o Tribunal d'Evora em 5 de setembro de 1545, «para descargo de consciencia». Este em vez de sátyras, escrevia num mixto admiravel de humildade e nobreza: «O libello vi e a misericordia estou esperando»; e porfim, condemnado a prisão perpetua por convencido de «apartado da fé», morreu detido no mosteiro da Batalha, extremamente enfermo, sem um conforto para a sua velhice, sem uma mésinha para o seu uzagre, depois da longa estada precedente nos cárceres inquisitoriaes.

Jesuitas e inquisidores, velhos inimigos aliás, deram-se as mãos na denuncia e na condemnação do homem que por um momento foi a esperanza da reforma religiosa em Portugal. Natural é que completassem a obra insinuando outras causas de morte e um falso character á nobre victima, que não poderia já defender-se com a brilhante pena que manejava em vida, na vida livre da Europa Central.

Teve tambem o martyr quem lhe honrasse a memória. Arnaldo Gama, na «*Ultima dona de S. Nicolau*», é dos que mais enaltecem seu nome immorredoiro.

Filiado nesta corrente liberal, tolerante, prompta talvez a receber os novos

ideaes, corrente que vem desde os seus dias até aos nossos, é o elogio que lhe escreveu Benito Arias Montano e que vem junto ao seu retrato aberto por Philippe Galle, na collecção dos varões insignes impressa em Antuerpia, em 1572, ao tempo em que na pátria o atormentavam. Ha tambem um retrato escripto, o qual é superior em eloquencia e em fragrancia ao que se tem supposto obra do famoso pintor allemão Alberto Dürer, seu contemporâneo, mas de cuja authenticidade alguns duvidam; superior tambem ao mutilado busto de pedra, collocado talvez por seu mandado sobre o epitaphio na Igreja da Varzea onde jaz. Essa descripção do seu physico é a primeira poesia no *Farrago Carminom* de Cornelius Scribonius Grapheus, publicado em 1544, citado em traducção pelo sr. Guilherme Henriques. Ahi é descripto «o seu semblante pálido e tranquillo, a fronte ampla e alegre, cabellos, negros e encrespados, olhos e barba igualmente pretos, olhar simultaneamente meigo e vivo, lábios sorridentes e agradaveis, as faces magras, o peito elevado...» E assim continua o poeta, fazendo em linguagem concisa mas brilhante o retrato, aos 28 annos, do illustre quinhentista.

Ha factos que provam não ter havido nelle sómente uma simples inclinação para o culto evangélico, mas que chegou a pratica-lo. Quando a 24 de setembro de 1550 o jesuita Simão Rodrigues foi pela segunda vez denuncia-lo, depois de haver dito, cinco annos antes, que elle vivera algum tempo com Erasmo e era grande amigo de Simão Grineus, um *herege* de Basilea, declarou desta feita, para maior peso fazer no processo, que na propria casa delle, Rodrigues, haviam tido uma disputa theológica sobre a «certeza da graça», em que mutuamente se crivaram de textos de S. Paulo.

Pelas dezoito audiencias em que foi ouvido e pelos depoimentos de várias testemunhas, entre ellas seu genro Luiz de Castro e sua sobrinha Briolanja de Carvalho, se conclue que Damião de Goes estudou bem os assumptos da grande controversia do tempo; mas o mais significativo testemunho sobre a sua prática religiosa foi o de seu visinho João de Carvalho, provedor-mór das obras d'el-rei e fidalgo da casa real, que, entre muitas outras coisas, disse que via entrarem muitos estrangeiros para casa do accusado e em certos dias se ouvia alli cantar ao som do órgão. O mesmo declararam Francisco Rodrigues e Antonio Gomes.

Mostra o auctor dum opusculo sobre este assumpto («*Introducção da Reforma em Portugal*» por José M. Barreto, Lisboa, 1901) que a retractação de Damião de Goes não foi espontânea, citando as suas palavras de defeza e dizendo mais: «A reconciliação do reu foi feita em particular, perante a meza do tribunal, não indo a público — esclarece a sentença — por ser o reu muito conhecido nos Reinos estranhos *pervertidos* dos herejes, que disso se podiam gloriar.

«Gloriar de quê?

«Motivo teriam, e bem fundado, os taes herejes, para se entristecerem pela deserção de um tão prestigioso correligionário.»

Effectivamente, o que os inquisidores não queriam era dar a conhecer que o reu tinha sido convencido de lutherano, nem lhes convinha chamar a attenção do mundo livre para os medonhos processos com que arrancavam suppostas retractações dum pobre velho já minado pela pertinaz doença e por soffrimentos Moraes não menos atrozes.

Dentre as obras goesianas devemos aqui destacar o seu opusculo sobre os costumes e religião do reino da Ethiopia, escripto em latim e que mereceu a censura da Inquisição portugueza em 1541, sendo uma das causas da sua prisão. Foi esta, segundo creio, a primeira manifestação litterária de intenção reformista na nossa pátria, a qual sinto não conhecer.

Li algures que o opusculo saiu em Lovaina em 1540, mas o sr. Joaquim de Vasconcellos dá-nos esta nota bibliographica: «Fides, Religio, moresque Aetiopum sub imperio Pretiosi Joannis (quem vulgo Præsbyterum Joannem vocant) degentium, una cum enarratione confœderationis, ac amicitiae inter ipsos Aetiopum Imperatores, et Reges Lusitanæ initæ. Accessorunt aliquot Epistolæ ipsi operi insertæ ac lectu dignissimæ Helennæ Avia Davidis Pretiosi Joannis, ac ipsius etiam Davidis ad Pontificem Romanum et Emmanuelem, ac Joannem Lusitanæ Reges. Parisiis apud Christianum Wechelum, 1541.

A obra era dedicada ao pontifice Paulo III, o que serviria a arredar suspeitas e tambem poderia ser, no intimo do auctor, a expressão dum desejo de reforma dentro da propria Igreja romana, o que competiria ao seu chefe. Compare-se a vida de Lutero antes de expulso e excommungado por quem lhe regeitou os serviços.

Em carta de 28 de julho de 1541, o inquisidor geral D. Henrique, havendo já impedido a circulação do opusculo no paiz, explicava ao auctor o motivo da censura, que era: haver elle posto na bocca pagã (sic) do embaixador ethiope argumentos mais fortes em defeza da sua religião que os do bispo Adaim.

Como as razões expostas não satisfizessem o auctor, uma nova carta datada de 13 de dezembro do mesmo anno, explica que não se tinha prohibido a venda da primeira parte da obra mas da segunda, em que se tratam coisas da fé e superstições dos ethiopes, porque «huma cousa he relatar simplesmente os ritos de huma naçam e outra querellos corrobora com razões falsas».

Esta questão veiu a agravar-se com a publicação do opusculo «Hispania» (Lovaina, 1542). As primeiras divergencias, segundo o sr. Joaquim de Vasconcellos que na bibliographia tenho acompanhado, bem como ao sr. Antonio Baião na analyse do processo, datam de 1539.

Nota interessante é que o original do opusculo M (V. lista do sr. Vasconcellos) está na Bibliotheca do Porto sob o n.º 671 (1 vol. in 4.º).

Paris, Antuerpia, Lovaina eram as sédes de impressão de obras desse jaez. Nem facil seria conseguir ao tempo em Lisboa impressor que a tanto se arriscasse, depois da já remota carta de D. Manuel a Jacob Cromberger. Mas os livros, com o sabor sempre esquisito ao paladar humano, do fructo prohibido, circulavam no paiz. Diz o sr. Vasconcellos no citado estudo sobre Damião de Goes, a pag. 13, nota 2:

«Uma prova da invasão de livros protestantes em Portugal se encontra no processo; remessa de volumes de Lutero e Oecolampádio ao Duque de Aveiro em 1545 por Lucas de Orta, deão da Guarda; livros protestantes na Beira Alta (sic), nas mãos de uma dignidade da cathedral!»

Estava-se em 1573 ou 74. Seis annos depois Philippe II de Espanha entraria na bahia de Lisboa, gloriosamente, nas suas galeras doiradas. O «Demonio do Meio-Dia» estenderia o seu império desde o cáes occidental da Europa até aos Paizes-Baixos, cujos habitantes seriam um dia condemnados collectivamente á morte, numa das mais extraordinárias sentenças de todos os tempos.

E o homem que, segundo a trova popular, entregava Portugal aos castelhanos era o mesmo que tinha lançado um dos seus melhores homens nos lugubres cárceres da Inquisição!

Documentos para a historia do Brasil — Thomé de Sousa e sua familia

QUARTA SERIE

E' pequeno o numero de documentos sobre Thomé de Sousa que se publica nesta serie, posto que para a vida do antigo governador sejam valiosas essas informações authenticas que andavam dispersas.

Por uma carta de João da Costa, datada de Diu, ficamos sabendo alguma cousa da armada comandada por Fernão Peres (melhor seria Pires) de Andrade, em que ia a nau Galega capitaneada por Thomé de Sousa. E' o doc. I.

Em 23 de novembro de 1535 estava Sousa em Cochim. Di-lo o doc. III. Outros documentos referem-se ás naus Galegas.

Em 7 de Julho de 1542, Thomé de Sousa dá uma esmola ao mosteiro da Castanheira, fundação do Conde da Castanheira, seu primo e amigo.

Os tres ultimos documentos publicados são referentes a negocios de Africa e servem para ilustrar a vida africana de Sousa.

Em 1907, publicou o sr. Braamcamp no Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa a *Emmentia da Casa da India*, resumo dos livros desta repartição, desgraçadamente perdidos no terramoto de 1755.

Nele escreve-se o seguinte :

« Ano 1535

Neste anno em 8 de novembro partiu para a India hua Armada de... navios de que hia por capitão mor Fernão Peres de Andrade na Nau Espera. Capitões: Luis Alvares de Paiva na nau Cirne, Thomé de Sousa, da Nau Gallega, Jorge Lopes, filho de João de Sousa da nau S. Bartolomeu, Fernão de Moraes da nau S. Barbara. Jorge Mascarenhas da nau S. Clara».

Ha uma inexactidão aqui ao dar-se o mes de novembro como o da partida da esquadra, pois neste mes chegou á India como se prova documental-mente. Gaspar Correia como eu já disse na *Revista de Historia*, IV, pag. 64 dá 14 de setembro como o dia da partida.

Os documentos são os seguintes:

PEDRO DE AZEVEDO.

I

Carta de João da Costa com referencia á armada em que Tomé de Souza partiu para a India. 27 de novembro de 1535.

Senhor — No que se pasou na viagem de Lisboa té Moçambique acerca da armada o nom screpuo a Vosalteza pois lho escrepuo Fernam Piriz e pola nao Rainha que hy achamos por nom pasar aquele ano nem menos da partida de Moçambique tee Goa por que elle tam-
bem o dirá.

Item. As tres naos que per derradeiro chegaram a Goa a capitayna e Sam Bertolomeu Santa Crara foy a xxxj dagosto por que as outras quatro da companhia se apartaram de nós e as achamos ja no porto e avia dias que hy estauam.

Item aa nosa chegada era despachado Symão Ferreira pera el Rey de Canbaia e pollo tempo lhe ser contrario o achamos acolhido em Pangym e day partio a by dias e leuou dous catures.

Item tanto que chegey aa çidade me vy com o Capitão moor elle me mostrou que folgava com mynha vinda e me dise que pois V. A. me mandaua pera o seruir neste carrego de que me fez merçe que todas as cousas que vise que tocauão a vóso seruiço lhas disese e que as praticaria comigo e em tudo seria seruido. Eu lhe Respondi que a yso me mandaua V. A. pera o seruir e que esa esperança trazia em me elle ajudar do modo que todos o seruisemos. E certo que o que nelle achei e vy he desejar voso seruiço.

Item ante que chegamos dez dias era vindo hū embaixador del Rey de Canbaia ao Capitão moor e envernou em Chaul esperando por tempo por nom poder pasar pola terra por caso das gerras e com elle chegou hūa carta del Rey dos mogores que Symão Gedez mandou ao gouernador na que nom fallo por que o trelado ira a V. A. E asy o Recado del Rey de Canbaia e esta carta fez muito ao caso a el Rey dar logar a se fazer a forteleza em Dio, posto que esa era ja sua detreminação de se entregar por saber certo que nom tinha outro Remedio nem saluação se não o fauor e ajuda de Vosalteza E com este Recado que vejo foy Symão Ferreira.

Item. O capitão moor fazia prestes sua Armada em Goa pera ir a Canbaia no fym de setembro ou na entrada doutubro e o mais certo era segundo lhe viese o Recado del Rey. E estando com esta detreminação lhe foy dada hūa carta de Martym Afonso de Sousa em xliij de setembro que lhe escrepueo de Chaul homde enuernou per que lhe fez saber que El Rey de Canbaia o mandara chamar que partia logo pera llaa a ver se com elle e saber o que lhe queria e leuou tres catures e hūa fusta. E deixou recado aa sua armada que com elle enuernou que se partise logo pera Baçaym e que hy o esperase ou Recado seu.

Item tanto que o gouernador vyo esta carta mandou logo Ruy Diaz Pereira em hum catur a Chaul fazer deteer armada de Martym Afonso que nom partise dahy e esperase por elle e o gouernador partio de Goa a xxij de setembro com detreminação se inda achase Martym Afonso se deteer em Baçaym tee uer Recado del Rey e se fose partido ir a pos elle te Dio. E leuou bj bragantyns e huua fusta e certos atures e com elle se embarcaram fidalgos e pessoas que elle pera yso escolheo quando chegou a Chaul que foy a xxix de setembro era ja partido Martym Afonso e esteue hy huu dia e partio ao outro seguinte. E em Baçaim achou armada de Martym Afonso que emtam se fazia a vèlla e se hya pera Dio e a levou comsygo e chegou a cidade a xj doutubro.

Item ante de sua partida lhe preguntey em que me embarcaria diseme que ficase que iria no galeam Sam Mateus que avia de partir apos elle e asy lhe faria dar presa. E ao outro dia lhe dise que se o galeão fizese algūa detença se me iria no primeiro nauio que partise, tornou-me que o galeão avia de ser logo prestes e asy o deixava dito e que era veleiro e auya de chegar a elle primeiro que outro nenhum quando vy sua detreminação que era ir e eu ficar lho torney a preguntar perante Fernam Pirez todavia asentou que fose no galeão em que fuy. Parecer lhe hya que era ysto mais seruiço de Vosalteza.

E parti a tres dias doutubro chegey a Chaul a x do mesmo mes e por achar Recado que o gouernador era pasado e hia direito a Dio me fuy lla e chegey a cidade domyngo xbij do dito mes.

E que se pasou nestes dias asy no mar como na terra da partida do gouernador de Goa te minha chegada a esta cidade de Dio em que se pasaram alguas cousas de voso seruiço lho nom escrepuo pois nom fuy presente o gouernador e as pessoas que se hy acharam o escrepuerão.

Item o dia que chegey a cidade o capitão mor estaua aposentado no boluarte da terra e no mesmo dia partio el Rey a ver sua gente que andaua na gera contra os mogores e foy com elle Martym Afonso de Sousa e levou de fidalgos e criados seus e seruidores ate R.^{ta} pessoas. El Rey se aposentou aquele dia hua legoa da çidade homde esteue xj ou xij dias e daly elle e o gouernador se mandauam vigitar e acabaram de çarrar os contratos. Tanto que el Rey soube que me V. A. mandaua e que hia a pollo gouernador preguntou por mym a çertas pessoas e hua delas foy Symão Ferreira dizendo que folgaua de me ver. E segundo me disseram pode ser que se fora no principio que el Rey alargara mais algua cousa por que tinha que tudo o que elle fizese por seruiço de V. A. eu lho avia descrepuer e porem da maneira que se el Rey entregou e asy a rainha e molheres e thesoureiro e çidade e se pos nas mãos do gouernador e que tudo o que elle ordenase na cidade se fizese nom foy per poder nem saber dos homens, estas sam as obras de Deus que todas tam perfeitas e com tanta paz e vitoria a elle se deuem as graças E depois ha dita de Vosalteza.

Pollo trelado do contrato que vay uera o que se fez e pasou do theor delle ficam dous a el Rei de Canbaia hum felto per mym E o outro em parse que por elle mandou treladar e ambos asynados pelo gouernador e por mym.

Item em xxij doutubro el Rey de Canbala mandou hua armada ao Rio de Çinde que he daquy lx legoas terra de seus imigos E pera ysto pidio ao Capitão mor ajuda e elle lhe deu xj vellas pequenas de Remos em que mandou por capitão mor Vasco Pirez de Sampaio com ljc xx homens e porque nesta armada del Rey hia por capitão de seus navios que eram xxx hum Coje Cafar Rume noso amigo que tem sua casa nesta cidade, o gouernador mandou a Vasco Pirez per seu Regimento que se fose necessario sair em terra requerendo lho este Coje Cafar o fizese per conselho dos capitães portugeses que com elle hiam e asy com o parecer deste capitão del Rey e que a saida fose com aquele Recado que compria o noso seruiço.

Item. O capitão moor mandou de presente el Rey quatro peças de çatym avelutado E hua dezcarlate vermelha e tres peças de veludos de cores E hua peça de tella branca E outras cousas meudas E cynquo caualos que tudo valeria cynquo mill cruzados E el Rey lhe fez merce de oyto mil pardaos elle os mandou entregar e carregar em Receipta sobre Joam de Paiua feitor de sua armada pera despesa de seu carregio perante mym em xx doutubro.

Item fez merce a Symão Ferreira de oyto centos pardaos e a Joam de Paiua o feitor darmada de lhe apresentar os caualos de quatrocentos pardaos. E a hum homem que os tinha cem pardaos e ao doutor fisycio de cxx pardaos. E a outras muitas pessoas como trombetas e desta calidade de menos conthia. E alem disto mandou que se desem certos mill pardaos pera depois se descontarem nos dñreitos dos caualos. E logo mandou entregar ao dito Joam de Paiua feitor dez leguas que sam perto de doze mill pardaos. E agora começam de vyr as Rendas de Baçaym e se affirmão que valera este ano l R mil pardaos.

Item quanto as cousas que se pasão açerqua de voso seruiço asy do capitão moor como dos capitães e do que toca a sua fazenda ha tam pouco tempo que estou nesta terra E por que a minha chegada a Goa socedeo logo armada de Dio em que foy o gouernador e a presa ser muito grande e de muitos despachos não ouue tempo pera me emformar do que compria a seruiço de V. A. E depois de minha chegada a esta çidade de Dio ouue tanto que fazer em asentar a terra e contratos com El Rey que me nom deu logar a nyso o poder seruir por acudir ao que mais importaua a seu seruiço E posto que dalguas cousas lhe poderá dar conta por que Fernando Pirez se enfermou bem delas pera o dizer a V. A. o nom escrepuo pera o ano terey logar pera o saber per mym e saberá V. A. quem o serue e lhe merece merce.

E porem pareço me que seria bem escrepuer a V. A. o que tenho visto neses poucos dias dos capitães que seruiram e seruem nesta cidade, quanto ao capitão moor elle serue bem e trabalha com toda deligencia em tudo o que compre a voso seruiço e ysto de meu tempo que o pasado V. A. o saberá e seria asy senpre.

Item Martym Afomso de Sousa capitão moor do mar tem bem seruido V. A. segundo tenho ouvido e creio que ja la tera emformação do seu seruiço todas as pessoas falam bem nelle e asy com despesa de sua fazenda que em todo o Inuerno que esteue em Chaul deu mesa a muitos fidalgos e criados de V. A. que com elle inuernarão e yso he notorio.

Item. Garcia de Saa dizem que em Goa continuamente tinha tres meses menhã e noute a fidalgos e criados de vosa alteza e a derradeira a toda pessoa que se ha ella queria asentar ate gente do mar. E ysto em muyta abastança e a minha chegada asy o achey e uy os dias que hy estyue e nesta cidade asy o faz e porem não tanto. E alguns dos convidados diziam depois da mesa que lho nom agardeçiam que o fazia pera se soldar com vosa alteza e elle o sabia e desymulaua e com tudo nom deyxaua de o fazer muito bem e com asaz despesa.

Item. Crea V. A. que estas mesas ajudam muito a soster estas partes pela grande necessidade que nellas ha e ysto no mais gerall e o que se diz da pobreza dos dAfrica que por mymgoa de candeas se lanção da uia he nada a respeito do que ca uay por que andam sem lhe pagarem soldo nem mantimentos que he grande piadade uer tanta miseria e desemparo e ysto causa estar V. A. tam longe.

Fernam Rodriguez de Castelbranco ouvido jerall o pouo esta bem com elle e o tem em boa pose por se dizer que faz Justiça e o que te gora tenho visto he seruir bem seus carregos e faz o que deue.

Item. Manuel de Sousa he hua das pessoas que Vosa A. tem que o seruem nas mais principaes cousas e de importancia e as faz com aquele Recado que conuem a uoso seruiço e dizem que deve muito polo despender em dar mesa a muitos e muito tempo.

Item. Pero de Faria, Dom Manuel de Lima, Joam de Sousa, Francisco Freyre, Fernam de Sousa, Fernam Coutinho viriam por capitães de vellas e toda a gente que veio em seus nauyos agasalharam em suas estancias e lhe dão mesa e seruem V. A. segundo suas posybilidades, o gouernador lhes fez merce em nome de V. A. perajuda de seus gastos E asy a outros capitães que nom nomeo polos nom conhecer bem ao presente.

Item. Das Rendas que tem nestas partes lhe nom escrepuo polo meudo por nom

auer tempo e somente polo que ouui ao gouernador e asy polla emformação que achei de pessoas que o bem sabiam ter çento qorenta contos pouco mais ou menos pera o ano lhe spcreuerey meudamento o çerto e segundo o crescimento de Baçaym parece que sobira do que digo, tam boa fazenda como esta ha mester pessoas que a granjem bem como com-pre a seruiço de V. A., posto que se faz bem.

Item. Da gramdeza e gouernança e estado desta Indea nõ lhe escrepuo por que o tem já sabido e somente direy a V. A. que de vista ao ouuir ha muita deferença e deixo o mais e falando na forteleza desta cidade de Dio e Goa de populosa e o grande poder do mar he tanto quanto o senhor Deus acrecente E asy em sua vyda e Reall estado de vosa alteza.

E a xbiij^o de novembro chegou aquy Vasco Pirez de Sampaio que era ido com armada que atras dise e o fez como se dele esperaua e em todo comprio seu Regimento E entrou hua forteleza e a derribou e matou certos mogores e outros ferio. E a elle lhe mata-ram quatro homens e ferirão muitos e porem de feridas não perigosas e sam de modo que com ajuda de Deus todos gureçeram. E a jemte desta Armada da por nova estes mogores sere homens de guerra e com tudo elles nom esperaram atee derradeira porque desenparam a forteleza e se foram.

E o dia segimte chegou el Rey a esta cidade e se veo com Reçeo dos mogores e com elle Martym Afonso de Sousa com os homens que leuou e o gouernador o foy Receber e lhe fez El Rey muitas homrras e gasalhado.

A jemte que se vem pera esta cidade he tanta que nom ha onde caibam que tem por çerto que em outra parte se nom podem saluar e os moradores e a maior parte da cidade folgar muito com nosa companhia asy pelo proveito como por estarem seguros de nenguem lhes poder empeçer prazera Deus que pera o ano lhe iram outras taes nouas como as deste de muito seruiço de vosalteza. De Dio a xxbij de novembro de 1535. — Joham da Costa. ¹

II

Recibo do dinheiro que entregou o comandante da armada em que foi Tomé de Sousa. 28 de novembro de 1535.

Recebeo Antonio Carvalho thesoureiro do deposito em Cochim de Gonçalo Fernamdez thesoureiro do dinheiro da casa da India em Lixboa per Fernam Pirez dAndrade capitam mor desta armada, do ano de 535 que noso senhor leue a saluamento noue mill e quynhen-tos cruzados nas moedas abaixo decraradas s. vintoito moedas douro de quatro cruzados peça E seteçentos quarenta dobrões de dous cruzados peça E quatro nobres a Rezam de dous cruzados e hum quarto por peça. E çimquenta çimquo angelotes a Rezam de cruzado e meo peça E dozetos vinte duquados hum quarto de cruzado per venezeanos E omze cruzados hum quarto em tostões E trezetos e dez cruzados do Regno E seiscentos qua-remta huu portugeses douro E por çemto e quinze duquados mais E os setecentos çim-quoenta cruzados em prata per huu mandado do gouernador Nuno da Cunha e conheci-mento em forma de Migel Froez feitor de Goa que ho llaa Recebeo e pasou o dito conheci-mento pera se pasar este pera o Regno os quaees noue mill e quynhemtos cruzados fiquam carreguados em Receyta ao dito thesoureiro pela maneira açima decrarada per mim Antonio Afonso contador del Rey Noso Senhor nestas partes que por mandado do vedor da fazenda fiz em Cochim A xxbij dias de nouembro dygo xxbij dias de nouembro de mil b^o xxxb. E mais entregou o dito Fernam Perez huma via 2.^a de huua letra de mill cruzados que Jorge Lopez manda caa dar da quall se nam fez Receipta a) dito thesoureiro por lhe ser feita pela primeira via. — Antonio Carvalho. — Antonio Afonso.

lij contos biiç mil a Antonio Carvalho per Fernam Perez p. 379. ²

III

Recibo do dinheiro que entregou Thomé de Sousa das viagens da India. 28 de novembro de 1535.

Recebeo Antonio Carvalho thesoureiro do deposito em Cochim de Gonçalo Fernam- dez thesoureiro do dinheiro da casa da India em Lixboa per Thomé de Sousa que lhos por

¹ Corpo Chronologico, Parte I, maço 56, doc. 86.

² Corpo Chronologico, Parte II, maço, 205, doc. 5.

elle entregou noue mill quynhentos cruzados nas moedas abaixo scriptas. s. seisçentos oitenta çimquo portugeses douro E dozentos cruzados pequenos E dez angelotes a rezam de cruzado meo por peça E çemto quorenta çimquo duquados de sortes E os dous mill dozentos nouemta cruzados em prata por huu mandado do gouernador e conhecimento em forma de Migel Froes que hos laa Recebeo e pasou o dito conhecimento pera a conta do dito Antonio Carvalho que hora o pasa dita contia, os quaes noue mill quynhentos cruzados fiquam carregados em Recepta ao dito thesoureiro por mim contador que por mandado do vedor da fazenda a fiz com a deçraraçam das ditas moedas e nela fiqua posto verba ao moesteiro foy pasado em Cochim a xxbij^o dias de nouembro de mil b^oxxxib. — *Antonio Carvalho — Antonio Afonso.*

A Antonio Carvalho iij contos bliij^o mil reaes per Tomé de Sousa. Fl. 232. ¹

IV

Rol do que foi entregue por a nau Esperança Galega. 12 de janeiro de 1537.

Pedro Afonso d'Aguiar procurador dos almazens e armadas etc. mando a vós Bastiam Gonçalves d'Arvelos almoxarife da casa do Almazem da Ribeira em esta cidade de Lixboa que entregues a Vicente Martinz mestre da nao Esperança Galega que se faz prestes para India estas cousas abaixo deçrariado pera sua viagem.

Item hum batell e esquife calafatadiços: ij peças.

Item quorenta oito Remos. s. triinta seis pera o batell e doze pera o esquife: Rbliij^o peças.

Item seis ancoras. s. hua de forma e çinco bordalesas: bj peças.

Item duas bombas com tres rabos cada hum: ij peças.

Item duas entenas per as verguas da gauea e mezena: ij peças.

Item dous nastos pera perões de sobejo. s. hum de Pruça. ² de doze braças e mea e o de sope de dez braças: ij peças.

E per este com seu conhecimento feito pelo scripuam da dita nao em que deçrare que lhe tudo carregou em Recepta e asynado per ambos vos seera leuado em comta. Feito a xij dias de Janeiro. Alvaro Pirez o fez de 537. — *Pedro Afonso d'Aguiar.*

Recebeo Vicente Martinz mestre da não Esperança de Bastiam Gonçalves almoxaryfe do almazem da Ribeira todas as ancoras e cousas conteudas neste mandado otras e por verdade que Reçbeo as ditas cousas. Eu Martym Vaz espcryuam da dita não que as ditas cousas lhe caregnei em Reçeyta o fiz. Feyto por mym e asynado por ambos dezanoue dias de feuereiro de 1537 anos. — *Vicente Martinz — Martim Vaaz.* ³

V

Recibo de Martim de Freitas capitão da nau Galega. 5 de março de 1537.

Reçbeo Martym de Freitas capitam da nao Galega que nosso senhor leue e traga a saluamento onze mil cruzados de Gomçalo Fernandez thesoureiro. s. bliij mil cruzados em portugeses E iij mil cruzados em dobrões E mil cruzados em prata pera o cofre e cabedal que se obrigou entregar na Indea ao thesoureiro de Cochym ou a pessoa que o vedor da Fazenda la ordenar e dos ditos iij contos bliij^o mil reaes se obrigou trazer lhe conhecimentos em forma das pessoas a que os entregar e deixou lhe este conhecimento Rasso. Feito em b dias de março de mil b^oxxxbij — *Martim de Freitas. — Fernando Alvarez.* ⁴

¹ Corpo Chronologico, Parte II, maço 205, doc. 8.

² Prussia.

³ Corpo Chronologico, Parte II, maço 210, doc. 26.

⁴ Corpo Chronologico, Parte II, maço 210, doc. 76.

VI

Mandado das cousas para serem entregues na nau Galega. 19 de fevereiro de 1538.

O comde da Castanheira veedor da fazemda del Rey noso Senhor etc. Mando a vós Bastiam Gonçalluez dArvellos almoxarife do almazem da Ribeira em esta cidade de Lixboa que entregues a Joane Anes moestre da nao Conceiçam Galegua que se faz prestes pera a Imdia estas cousas que Sua Alteza manda que se leuem a Imdia e se entreguem aos seus officiaes de que trara conhecimento em forma.

It. quatro ancoras de treze quintaes ate sete: liij^o peças.

It. de Remos de galees cemto çimquenta: cl peças.

E da tornaviagem que emboora vier vos trara conhecimento em forma dos ditos officiais feito per cada huu dos scripuães de seu carreguo e asynado per ambos em que decrete que lhas carregou em Recepta e per elle e este mandado vos serem leuadas em comta, e per em tanto cobray o conhecimento do dito moestre. Feito pelo scripuam do voso officio em que se vos obrigue a vos trazer ho outro como dito he. Feito aos xix dias de fevereiro. Alvaro Pirez o fez de 538. — *Ho comde da Castanheira.*

Recebeo Joane Anes mestre da nao Gualagua de Bastiam Gonçalluez dArvellos almoxarife do almazem da Ribeira todas as cousas conteudas neste mandado atras do comde da Castanheira e por tanto lhe deu este conhecimento em que se obrigua a lhe trazer conhecimento em forma das ditas cousas do feitor ou almoxarife a quem entregar as ditas cousas. Feito per mym Bras Nunez escripuão e asynado per mym e polo dito Joane Anes oje xxliij de fevereiro de bxxxvij anos. — De Joane Anes uma cruz—*Bras Nunes.*

Pero Afonso dAguiar prouedor dos almazens e armadas etc. ffaço saber Aos contadores da casa del Rey noso Senhor que a nao Conceição Galegua conteuda no mandado do senhor com de da Castanheira atras scripto he perdida ymdo destes Reynos pera Imdea sem nunca dela te ora se saber parte e porque ora Bastião Gonçalvez almoxarife da Ribeira me Requerer dese esta certidão pera sua conta pera lhe serem leuadas em conta as consas conteudas no dito mandado que entregou a Joham Eannes moestre della lha mandey pasar per mym asynada per que sertefiquo ser verdade e lhe serem as ditas cousas leuadas em comta e despesa por quanto a dita nao hé perdida como dito he. Feita a xliij dias dagosto de 541. — *Pedro Afonso dAgyar.* ¹

VII

Esmola que deu Thomé de Sousa ao mosteiro da Castanheira. 7 de julho de 1542.

Senhores feitor e ofecyais da casa da Imdia — A mym me apraz de dar desmolla ao mosteiro de santantonio da Castanheira mill rreaes, portanto do meu solido lhos dou e descomtem mos. Feyto em Lixboa a bij dias de Julho de 1542. — *Thomé de Sousa.* ²

VIII

Esmola que deu D. Francisco de Lima ao mosteiro da Castanheira. 7 de julho de 1542.

Senhores feitor e ofecyais da casa da Imdia — A mym me apraz de dar desmolla ao mosteiro de santantonio da Castanheira seis mill reaes do que me na dita casa deuem portanto mandemlho vosas merçes dar e descontar nos do meu t.^o Feyto em Lixboa a bij dias de Julho de b^o Rij. — *Don Francisco de lyma.* ³

¹ Corpo Chronologico, Parte II, maço 236, doc. 27.

² Corpo Chronologico. Parte II, maço 237, doc. 101.

³ Corpo Chronologico. Parte II, maço 237, doc. 103.

IX

Esmola que deu João de Andrade ao mosteiro da Castanheira. 8 de julho de 1542.

Senhores feitor e ofecyais da casa da Imdia — A mym me apraz de dar desmola ao moesteiro de santantonio da Castanheira pera as obras delle oyto mill reaes portanto peço a vosas merces que do que me na dita casa devem lhos mandem pagar e por yso asyney este em Lisboa a biiij^o dias de Julho de b^c Rij. — *Joam dAndrade.* ¹

X

Esmola que deu Pedro Gomes ao mosteiro da Castanheira. 12 de julho de 1542.

Senhores feitor e ofecyais da Casa da Imdia — A mym me apraz de dar desmolla ao moesteiro de santantonio da Castanheira quinze mill reaes portanto do meu solido lhes peço que lhos dem. Feyto em Lixboa a xij dias de Julho de b^c Rij e desta esmola tynha pasado outro conhecimento ho qual Rompeo Fernand Alvarez e Jam Gomez tysoureyro nam quis fazer pagamento sem lhe ser dado ho conhecimento da pessoa que faz esta esmolla e por verdade assyney aquy. — *Pedro Gomez.* ²

XI

Carta regia a Tristão de Mendonça sobre a armada dos Turcos. 21 de março de 1544.

Tristão de Mendonça eu El Rey uos enuyo muito saudar pelas nouas que tenho darmada do turquo que estaa em Toliao ³ e ela ser tam poderosa que por aguora nam tem Resistencia no mar compre muito a meu seruiço socorrer a Cepta e aos outros lugares dalem de mar que nam corraõ o Risiko e o grande periguo que correriaõ se o asy nam fizese e por ser cousa tam importante e a que conueni acodir como cumpre e com grande breuidade ey por bem de uós me yrdes seruyr a Cepta com dous homens e uos emcomendo e mando que loguo uos façaes prestes para vosa parti-la poder ser atee fim dabril e quanto mais cedo for tanto mais meu seruiço sera por que neste mes dabril podem ja as gualles nauegar onde auéis destar seruindo me com os ditos homens atee todo outubro e Nam leuareis comuquo cauallo alguu por que assy o mando a todos os que uaaõ e com uosa pessoa e homens uos mando que não ffaçaes outra alguua despesa se não aquela que nom poderdes em nenhuu modo escusar por que desta maneira me auerey por mais seruido de uós. E pela necessidade de minha fazenda eu não posso daar mantimentos a esta geaate que mando a Cepta.

E uós por me seruir fareis o custo do mantimento pera uós e pera os ditos homens pera todo este tempo e ao que quiserdes leuar comuquo mandarey dar embarcaõ e tambem o achareis a uender em Cepta em meus almazens pelo preço que me custaram postos laa e se nam tiuerdes Armas pera uós e pera os ditos homens daruolas ham no almazem de Cepta com segurança de as tornardes por que se não perquãõ ou outras taaes por elas, e a embarcaõ pera a jente e mantimentos uos mandarey dar na çidade do Porto onde mando que estee prestes. Antonio Ferraz a fez em Alneirim a xxj dias do mes de março De mil b^c Rijj.^o

E alem do seruiço que menisto fareis comprireis em parte com a comenda que teuerdes que he das que se haõ de seruir nos lugares dalem — Rey...—

Pera Tristam de Mendonça. ⁴

Sobrescrito: A Tristam de Mendonça comendador de São Migel do campiã da hordem de christo.

¹ Corpo Chronologico. Parte II, maço 237, doc. 104.

² Corpo Chronologico. Parte II, maço 237, doc. 106.

³ Corpo Chronologico. Parte II, maço 239, doc. 49.

⁴ Toulon.

XII

Carta regia a Antonio de Castilho sobre o socorro de Ceuta. 16 de julho de 1544.

Antonio de Castilho etc. por que tenho nouas que Barbarroxa com toda sua armada he ido na via de Leuante não conuem a meu seruiço hyr a Cepta mais gente pelo que vos mando que não vades a ella posto que por minha carta vos tiuese mandado que foseis por que asy o ey por bem e meu seruiço etc. em Evora a xbj dias de Julho de 1544.¹

XIII

Alvará de uma comenda de Christo a Christovam Soares para servir em Africa. 12 de setembro de 1545.

Eu ell Rey faço saber a quantos este meu aluará uirem que auendo Respeito aos seruiços que me tem feitos Christouam Soares, ey por bem e me praaaz de lhe fazer merçe que elle possa seruir huua comenda dos dous annos aa sua custa das egrejas do mestrado de nosso Senhor Jhesuu Christo que o Sancto padre leo deçimo Conçedeo a el Rey meu Senhor e padre que sancta gloria aja, a qual comenda ele seruiraa na minha çidade de Tanger E pera sua guarda e minha lembrança lhe mandey daar este meu alvaraa pelo qual lhe mandarey fazer sua carta ao tempo em que ouuer dyr seruyr a dita comenda e quero que este ualha e tenha força e vigor como se fosse Carta por mim assignada e asellada do meu sello e passada por minha chamcellaria e sem embargo da hordenação do 2.º Liuro titolo xx que defemde que não valha aluara cujo efeito aja de durar mais de huu anno e de todas as clausulas della e posto que este nam seja passado pella dita chancellaria. Antonio Ferraz o fez em Evora a xbij dias do mes de setembro de mil hº e coremta e cimquo.

Alvará de Christovão Soares pera V. A. ver.²

¹ Corpo Chronologico. Parte II, maço 239, doc. 39.

² Borrão do alvará. Corpo Chronologico. Parte II, maço 240, doc. 45.

“QUE NADA SE SABE,,

(CONTINUAÇÃO)

Tradução da obra QUOD NIHIL SCITUR
de Francisco Sanches.

O sol é o mais perfeito de todos os corpos.

Pitagoras e os Egipcios. Ver Laercio, 8, e Plutarco «De Amore».

Diferença entre a criação e a geração.

O sol, de todos os corpos o mais perfeito, pelo que muitos o julgaram Deus, que especie de acção realisa ele? Uma acção perfectissima, semelhante à acção de Deus: Deus cria, o sol gera, e este é o segundo grau da criação.

Em todo o caso diferem, pois Deus cria *a se*, sozinho, do nada, e sem meio ou instrumento, e o sol, tendo recebido de Deus a sua acção, com auxilio do homem e por meio do calor gera do semen outro homem, embora por vezes mesmo sem um congenerante gere sozinho muitas cousas, como, por exemplo, do estrume, os ratos, e dos lodaças produzidos pelas chuvas, as rãs, os gafanhotos, as pulgas, os mosquitos, os lagartos, os escaravelhos, os piolhos, e muitos outros animaes, e, d'entre as plantas, a *philitidem*, a *ceterach*, o *politrimum*, o *adanthum*, o lichen, a pulmonaria, o visco e os cogumelos, e além d'isso todas as cousas inanimadas, o ouro, a prata, as pedras, e as gemas de toda a especie, e até, uns dos outros, os proprios elementos.

O sol não corrompe primeiro.

O ser é anterior ao não ser, e o acto é privação.

Objectarás talvez que o sol também corrompe, acção pessima e imperfeita, supondo que a geração é uma acção perfeita. Não tens razão: o sol não corrompe; gera, seguindo-se depois necessariamente a corrução. Que ele gera primeiro, é evidente, pois o ser é anterior ao não ser; por dignidade, excellencia e natureza o acto é anterior à privação.

Nenhum ser intenta o nada, nem o mal *per se*.

Ora a corrução é o não ser, a privação, a destruição do ser, o nada, e portanto a geração é anterior à corrução, e assim a corrução segue-se à geração, e não esta áquela. Logo o sol gera primeiro; a corrução é um efeito, uma consequencia. Isto torna-se manifesto ainda pelo seguinte. Nenhum ser actua por causa do nada, nenhum se propõe o nada (d'onde se vê que nenhum intenta o mal *per se*, pois o mal é a privação do bem, é como que o nada);

Sol perfectissimum omnium corporum.

Pythago. et Aegyptii. vide Laert. 8. et Plutar. de Amore.

Differentia inter creationem, et generationem.

Sol non corrumpit primo.

Ens prius est non ente, et actus privatione.

Nullum ens nihilum intendit, neque malum *per se*.

Sol perfectissimum omnium corporum (unde plurimi Deum illum existimarunt) quam edit actionem? Perfectissimam: similem Dei actioni. Hic enim creat: ille generat omnia: qui secundus est a creatione gradus; sed differunt. Nam Deus a se, solus, ex nihilo, et sine medio, aut instrumento creat. Sol a Deo potentiam habens, cum homine, ex semine, et medio calore hominem generat; licet quandoque etiam sine congenerante plurima solus generet, ut murem ex stercore, ranam ex pulvere cum pluvia, locustam, pulicem, culicem, lacertam, scarabeum, pediculum, et plurima alia animalia: et inter plantas philitidem, ceterach, politrimum, adanthum, lichenem, pulmonariam, viscum, fungum: et inanimata omnia, aurum, argentum, lapides, gemmas omnis generis: et elementa ipsa ex seipsis invicem; sed oblicies forsan Solem corrumpere etiam: quae est pessima actio, et imperfecta, si generatio perfecta est. At non ita habet.

Nec enim corrumpit, sed dum generat, necessario corruptio sequitur. Quod autem generet primo, patet. Prius enim est ens non ente: actus privatione, dignitate, praestantia, et natura. Corruptio autem non ens est, privatio, destructio huius entis, nihil. Ergo prior generatio corruptione. Ergo ad illam sequitur haec: non contra. Ergo generat Sol primo: corrumpit ab eventu, et ex consecutione. Quod inde etiam manifestum fit. Nullum enim ens propter nihilum agit, aut nihilum intendit. (Unde et neque malum per se: malum enim privatio boni est, quasi nihil) omnia namque propter finem. Nihil autem finis enti esse non potest. Finis enim perfectio est: quae inter entia primas occupat. Nihil privatio, destructio, defectus, mera

e se, como é certo, tudo se faz em vista dum fim, o fim para o ente não pode ser o nada, pois o fim é uma perfeição, que ocupa até o primeiro lugar entre os entes, e o nada é privação, destruição, falta, simples negação do ente, e por isso por nenhuma palavra mais hostil do que a palavra *nada* eu posso designar o nada, o nada que é absolutamente oposto e hostil á perfeição e ao ente. E' o nada, em suma. Quem é que o intentará? Quem o procurará? Todas as cousas fogem naturalmente d'ele. Nada me aterra, contrista e desanima a não ser esse nada, quando penso que eu algumas vezes invejaria o palacio d'ele se a fé, acompanhada da esperança e da caridade, me não destruisse esse medo, e ao mesmo tempo o nada, causa d'ele, e me não desse coragem prometendo-me, depois da dissolução d'este composto, ¹ a união com o Deus imenso e sumamente bom. Ora o sol, sendo o mais perfeito de todos os corpos, ha-de intentar e realizar a corrupção? Não; logo gera. Por meio de quê? Por meio do calor, que é a mais perfeita, a mais prestante, a mais activa de todas as qualidades. Verás isso no livro «Examen rerum». Tu acrescentas também a luz, mas eu não o consinto, e todavia é-me favoravel. A luz é uma cousa notabilissima, amicissima e preciosissima. Comparam-na á vida, como ás trevas a morte. Alegra-nos. Por meio d'ela conhecemos nós as mais belas de todas as cousas, e não são poucas. Deus chama-se luz. Sem a luz não veríamos, entorpeceríamos, perderíamos a voz, vagueariamos como mortos, sem nos distinguirmos a nós mesmos nem conhecermos a natureza das cousas. Quanto silencio não ha numa noite escura, tenebrosa? Parece quasi um outro caos, parece a morte. Sem luz com certeza que eu não quereria viver. Uma e outra cousa produzindo, de ambas elas, calor e luz, conforme pretendes, se serve o sol para gerar. Que não se serve d'elas para a corrupção, mostra-o o seguinte. Quando o sol se aproxima de nós, todas as cousas revivem, renascem, abroham, germinam, enchem-se de folhas, florescem e frutificam. Os animaes, entorpecidos pelo frio e semi-corrompidos, e que por completo se corromperiam, se o astro faltasse por mais tempo, saem das suas tocas, tornam-se mais ageis, alegam-se, correm, saltam, folgam, cantam, á chegada do astro gerador tornam-se aptos para a geração, e para esta caminham alegres. Em suma, a pri-

O fim é uma perfeição.

Tudo foge do nada.

O calor é a mais perfeita de todas as qualidades.

O sol não actua por meio da luz.

Por meio da luz conhecemos cousas lindissimas.

Com a aproximação do sol todas as cousas ganham vigor, com o afastamento d'ele todas o perdem.

entis negatio; quo alio quam infestissimo nihili nomine nil ipsum vocabo? omnino perfectioni, entique oppositum, inimicum. Nil denique. Quis illud intendet? quis quaeret?

Omnia naturaliter id fugiunt. Nil me, praeter hoc nihil, perterret, tristat, animum prosternit, et dum cogito, me aliquando illius aulam invisurum: nisi fide spe, et charitate comitata, metum hunc, nihilque, simul eius causam, destrueret, meque confirmaret, post compositi huiss dissolutionem, indissolubilem com Deo Opt. Max. nexum promittendo.

Sol ergo perfectissimum omnium corpus, corruptionem intendat, efficiat? Generat ergo. Quo medio? Calore, omnium qualitatum perfectissima, praestantissima, actuosissima. Videbis hoc in rerum Examine. Lucem tu etiam addis: sed ego non consentio. Tamen pro me stat.

Illustrissima res est lux, amicissima, charissima, Vitam huic conferunt: ut mortem tenebris. Exhilarat nos. Ea media pulcherrimas omnium res cognoscimus, plurimas. Deus se lucem vocat. Sine luce caecutiamus, obdormiamus, obtumescamus, tanquam mortui vagemur, nec solum nos discernentes, nedum rerum naturas cognoscentes. Vides quantum in tenebrosa, nubilosaque nocte silentium? Pene alterum chaos videtur, mors. Sane sine luce vivere nollem. Utriusque parens Sol, utroque, calore scilicet et luce, ad generationem utitur, ut tu vis. Quod vero non ad corruptionem, ostendunt haec eadem. Accedente ad nos Sole omnia revivunt, renascuntur, pullulant, germinant, frondescunt, florent, fructificant. Animalia frigore torpentia, et semicorrupta, omninoque corrumpenda, si diutius abfuisset astrum, e

Finis perfectio est.

Omnia fugiunt nihilum.

Calor omnium qualitatum perfectissima.

Sol non agit luce.

Luce media pulcherrimas res cognoscimus.

Accessu Solis omnia vident, recessu torpent.

¹ Isto é, depois da morte.

A primavera e o estio são a geração e a vida.

O inverno e o outono são a morte.

A morte vem do frio; a vida, do calor.

A geração é a mais perfeita de todas as acções naturaes.

mavera e o estio são a geração e a vida. E' só então que eu vivo. Mas quando se afasta de nós o olho direito de Deus (agrada-me chamar assim ao sol), tudo definha, entorpece, desmaia e morre. O que são o outono e o inverno senão uma perpetua morte?

Frigida, gelida, rigida, horrída, livida chamam os poetas á morte, e com razão; e pelo contrario á vida chamam-lhe florida, verdejante e forte. A morte vem do frio; a vida vem do calor, e este, do sol; e portanto o sol, que é o mais perfeito de todos os corpos, por meio da mais perfeita de todas as qualidades, o calor, produz a mais perfeita de todas as acções naturaes, a geração. Isto com relação ás cousas naturaes. Com relação ás voluntarias, porventura o pintor, o escultor, o citarista, não pintará, esculpirá e tocará melhor servindo-se de meios e instrumentos mais perfeitos do que usando d'outros mais imperfeitos? Acaso cantará bem um rouco, saltará bem um coxo, ou escreverá bem o que tem a mão defeituosa?

Que instrumento mais perfeito do que a mão poderia ser inventado pela natureza? Nenhum, como muito bem diz o nosso Galeno (I. de Usupartium).¹ O homem, o mais perfeito de todos os animaes, para realizar obras muito mais perfeitas do que as d'elles, precisa do instrumento mais perfeito de todos. Se este fosse mais imperfeito, poderia porventura realizar acções tão perfeitas, e tantas, como realisa? Não, penso eu. Mas afinal, a que vêm tantas cousas? A isto: — a provarmos que todo o ser perfeito deve produzir seres perfeitos, e usar, para a sua produção, de meios também perfeitos. E d'ai? Isto: a alma humana, que é a mais perfeita das creaturas de Deus, carece dum corpo perfectissimo para a mais perfeita das acções que pode realizar, e que é o conhecimento perfeito.

A alma humana para o conhecimento carece dum corpo perfectissimo.

Ver et aestas generatio sunt et vita.

Hyems et autumnus mors.

Mors a frigore: vita a calore fit.

Generatio perfectissima actionum naturalium.

latebris exeunt, ad motum promptiora fiunt, laetantur, currunt, saltant, gestiunt, canunt, ad generantis astri adventum apta generationi fiunt, in hanc laeta feruntur. Denique ver et aestas generatio sunt, et vita. Ego tunc solum vivo. Abeunte autem a nobis dextro Dei oculo, (sic enim Solem libet vocare) omnia languent, torpent, labuntur, pereunt. Quid autumnus et hyems nisi perpetua mors? Mortem frigidam, gelidam, rigidam, horridam, pallentem vocant poëtæ, et merito. Vitam contra floridam, virentem, vegetam. Mors a frigore est: vita a calore: calore a Sole. Hic ergo perfectissimus omnium corporum, perfectissima omnium qualitate, calore, perfectissimam omnium actionum naturalium, generationem scilicet, edit. Haec de naturalibus. In voluntariis autem, nonne pictor, sculptor, cytharedus, melius pinget, sculpet, pulsabit, si perfectioribus, quam si imperfectioribus utantur mediis et instrumentis? An bene canet raucus, saltabit claudus, scribet qui inconcinnam habet manum? Qua quidem manu quod perfectius a natura excogitari potuit instrumentum? Nullum sane, ut optime Gal. noster prosequitur. I. de Usup. Perfectissimum autem omnium animalium homo, ad perfectissima inter cœtera animalia opera edenda, perfectissimo etiam omnium eguit instrumento. An si imperfectius fuisset istud, potuisset ille tam perfecta exequi munia, totque, quam exequitur. Non, cogito; sed quorsum tot? Huc: ut probemus: omne perfectum producere perfectum, et uti perfecto ad eius productionem. Quid inde? Hoc.

Humana anima perfectissima omnium Dei creaturarum, ad perfectissimam omnium, quas edere potest, actionum, perfectam scilicet cognitionem, perfectissimo eget corpore. Quid? dices: a corpore non pendet intellectio, nec ab eo ullo modo juvatur, sed solummodo

¹ No 1.º dos 17 livros «De usu partium» diz Galeno que a natureza deu a cada animal o corpo que a sua indole exigia e acrescenta: «Homini autem (sapiens enim est hoc animal, et solum eorum, quae sunt in terra, divinum) pro omnibus simul defensoris armis, manus dedit, instrumentum ad omnes quidem artes necessarium: paci vero non minus quam bello idoneum.» Esprala-se em seguida em longas e interessantes considerações sobre a mão do homem. (Ver Galeni-Opera omnia — Basileae, 1549, p. 417 e seg.).

Mas como? dirás; a intelecção não depende do corpo, nem por ele é ajudada de qualquer maneira; é conseguida só pelo espirito. Isto é falso, como provaremos noutro logar. E' falso dizer que a alma entende, ou que a alma ouve. Essas cousas fa-las o homem, servindo-se para ambas do corpo e da alma; e em qualquer outra cousa que faça os empregará também simultaneamente, e nada faz sem que ambos auxiliem e contribuam; mas, se teimas nas tuas afirmações, provar-se-te-ha isso.

E' falso dizer que o espirito entende

Porque é que este é mais douto, e aquele, menos? Em ambos ha uma alma igualmente perfeita; o defeito está, portanto, no corpo, conforme dizias. Logo o mais douto tem um corpo mais perfeito, de qualquer modo que se sirva d'ele, quer para imaginar, quer para entender; e assim o doutissimo tem um corpo perfeitissimo, e esse é o que realmente sabe. Qual seja o corpo perfeito, já o dissemos; e como ele em parte alguma se encontra, em parte alguma ha conhecimento perfeito, nem portanto sciencia, o que vem a dar na mesma.

Dirás talvez: para entender não precisamos dos braços nem das pernas, e por isso, embora eles sejam defeituosos, contanto que o cerebro funcione bem, é quanto basta.

Enganas-te: se desde o começo da geração os membros são mal conformados, é porque houve defeito na materia de que são feitos, ou na virtude formadora; d'ambas as maneiras algum, ou varios dos membros principaes não-de ser necessariamente imperfeitos. Sobre a materia não são as duvidas, pois do mesmo semen são feitos todos os membros; a virtude (*virtus formatrix*), porém, não é debil *per se*, mas porque faltam os espiritos ou a temperatura, seus principaes instrumentos. Ora, faltando algum d'estes, também nos elementos internos haverá falta; mas, embora a houvesse só nos elementos externos, também por esses se comunicaria aos internos. Efectivamente os muito debeis não atraem, prendem, assimilam, nem eliminam duma forma perfeita, d'onde vem que o sangue se vicia com elementos nocivos, e por meio d'ele os espiritos e os membros internos. Se a um corpo, depois de formado e nascido, advier uma deformidade, será ou por uma causa interna, ou por causa externa, e de qualquer forma que seja, sempre do mesmo modo altera e afasta da perfeição os elementos internos, como se se tivesse dado desde o

O homem mais perfeito será o mais belo.

Todos os membros são feitos do mesmo semen.

ab animo perficitur. Hoc falsum est, ut alibi probavimus. Vanum est dicere, animum intelligere, ut et audire. Homo utrumque agit: utrobique corpore, et animo utens: et quodcumque aliud cum utroque simul exequens: nihilque, non utroque favente, conferente, agente; sed, si in dictis tuis consistas, idipsum probatur. Cur hic doctior, ille minus? Animus aequè perfectus in utroque. Ergo in corpore defectus, ut tu dicebas. Ergo doctior perfectiori potitur corpore, quomodo cumque illo utatur, sive ad imaginandum, sive ad intelligendum. Ergo doctissimus perfectissimo.

Vanum est dicere animum intelligere.

Perfectissimus homo, ille et pulcherrimus.

Ille autem est vere sciens. Quale autem sit perfectum corpus, diximus iam. Cumque illud nusquam inveniatur, nusquam etiam perfecta cognitio, neque proinde scientia, quæ idem est. Sed dices forsan: ad intelligendum non egere nos brachiis et cruribus: proinde etsi illa defectuosa sint, modo cerebrum bene habeat, sufficere. At deciperis: si membra a primordialis generationis prave conformata sunt, defectus fuit aut in materia ex qua facta sunt, aut in virtute formatrice. Utroque modo aliquod ex principibus membris, aut plura imperfecta sint necesse est. De materia non est dubium: ex eodem enim semine fiunt membra omnia. Virtus autem non debilis primo per se est: sed quia deficiunt spiritus, aut temperies, eius præcipua instrumenta. Quocumque autem horum deficiente, etiam in internis defectus est; sed etsi solum in externis esset, ab his internis communicaretur. Debilia enim extrema non perfecte attrahunt, retinent, coquunt, expellunt: unde sanguis inficitur excrementis. Ab hoc spiritus, et membra interna: si post formatum perfectum corpus et natum, deformitas accidat: vel ab interna: vel ab externa causa accidit.

Ex eodem semine fiunt membra omnia.

principio. Em suma, um corpo perfeito, ou em parte alguma existe, ou só durará instantes. ¹ Não ha, portanto ninguém que saiba. Nada se sabe. — Dirás talvez que um corpo, mesmo imperfecto, é capaz de saber, pois é difficil de crer que nenhum homem seja apto para as sciencias. De boa vontade te concederei isso, bem como muitas outras cousas. Mas não qualquer corpo, pois nem tu queres isso, nem o provarias nunca. E' necessario, portanto, que ele seja dotado dum certo temperamento. Qual? Talvez que o não apontes; mas suponhamos que sim. Este recém-nascido, por exemplo, quantas mudanças não experimenta ele devidas ao ar, ao logar, ao movimento, á alimentação e á educação? Pensa tu mesmo. Se é rico, é tratado delicadamente, engorda, torna-se todo material, inepto para o estudo. Efectivamente, segundo a tua opinião, como já dissemos no tratado «da Alma», a alma e o corpo desejam, de qualquer modo que seja, cousas contrarias. Os proprios paes não permitem que ele se consuma com estudo e trabalhos; mas no culto do corpo e para o culto do corpo dirigem tudo, curando apenas um pouco (e oxalá que o fizessem sempre!) dos costumes, e, como faz a maior parte dos homens, e na verdade prudentemente, visto que a natureza a isso impele, ensinam-no a tratar muito da saude, e da riqueza, e de tudo o mais que pode tornar a vida feliz, d'onde vem que muito poucos se dedicam ás letras. Mas suponhamos que os paes permitem e querem; o rapaz recusa, pois o corpo tende sempre para o ocio: para todos nós o trabalho é inimigo. A riqueza afrouxa a energia, os prazeres destroem-na, o mundo atrae. A meu ver é, e com razão, um verdadeiro Apolo aquele que, podendo gosar dos bens d'este mundo, os despreza, e se dá á contemplação da natureza, pela mais desgraçada de todas as mudanças; ² mas esse é uma *avis rara* no mundo. Todos aspiram ou ao louvor, ou a dignidades, ou a riquezas; por acaso lá apparecerá um que abraça a sciencia por causa da sciencia; e assim cada um trabalha só quanto baste para con-

O homem
sofre muitas
mudanças.

As inclina-
ções do cor-
po são con-
trarias ás da
alma.

Porque é
que poucos
se entregam
ao estudo.

O corpo
apetece o
ocio.

Todos bus-
cam as hon-
ras da rique-
za.

Quomodocumque contingat, interna etiam eodem modo, quo si a primordiis eveniret alterat, et a perfectione disturbat. Denique perfectum corpus aut nusquam est: aut per momentum tantum durabit. Nullus ergo sciens. Nil scitur; sed dices forsan: etiam imperfectum corpus scientiis aptum esse. Videtur enim difficile creditu, nullum ex hominibus scientiis idoneum. Ego vero hoc, ut et plura alia, libens concedo. Non tamen quodcumque. Nam neque tu id vis: neque probaveris unquam. Certo ergo quodam temperamento praeditum esse illud necesse est. Quale est illud? Forsan non dabis; sed esto dederis. Hic nuper natus quot subit mutationes ab aëre, loco, motu, cibo, doctrina? Cogita, tutemet. Si dives, delicat tractatur, pinguescit, totus corporeus fit, ineptus ad studium.

Homo plu-
res subit mu-
tationes.

Anima et
corpus ut-
cumque con-
traria expe-
tunt.

Cur pauci
studeant.

Corpus
otium expe-
tit.

Omnes ad
honores aut
divitias stu-
dent.

Anima enim et corpus utcumque contraria expetunt, per te, ut in Anima dicemus. Quin neque parentes eum studio et laboribus consumi permittunt: sed in corporis, et ad corporis cultum componunt omnia: de moribus solum (et o utinam) modicum solliciti. Et (ut hominum maior pars facit, et quidem prudenter, natura ad hoc impellente) sanitati, et divitiis, reliquisque, quae vitam beatam efficere possunt, studere docent: unde evenit ut tam pauci studio literarum incumbant; sed esto, permittant, et velint parentes: puer detrectat. Corpus enim otium semper expetit: labor nobis inimicus omnibus. Divitiæ revocant animum, delitiæ, disturbant, pellicit mundus. Illeque sane summus mihi est Apollo, qui, cum huius seculi bonis frui queat, his neglectis, rerum contemplationi se dedit, miserrima omnium status permutatione.

Sed rara avis in terris. Omnes aut ad laudem, aut dignitates, aut divitias: vix unus scientiam amplectitur propter seipsam: sicque tantum quisque laborat solum, quantum suffi-

¹ Só durará, *assim perfeito*.

² Isto é, trocando uma vida despreocupada e feliz por uma vida de preocupações e de trabalho.

seguir o fim, não da sciencia, mas da sua ambição. Dos pobres muitos se consagram ao estudo, com triste principio, meio adverso, e torpe fim. A pobreza é triste; impede aquilo mesmo a que nos incita; saciada, limita a sciencia do pobre, pois só estudam para poderem fugir d'ela. D'aqui o dizer-se: «o talento levanta vôo, a pobreza fa-lo descer». E ainda: «a miseria saciada torna divino o talento.» Por isso diz o escritor: «Deve procurar-se em primeiro logar o dinheiro; só depois d'ele a virtude: assim como, sem Ceres e Baco, arrefece Venus, tambem Palas.» E' por isso que depois de beberem vinho palram e aprendem melhor os papagaios, e até mesmo alguns homens. D'ai o dizer-se: «A quem é que os copos abundantes¹ não tornaram eloquente? A que é que a fome não obriga?» Mas para que dizer mais? Seria um nunca acabar. Concluamos. Quem estuda não deve ter nenhum outro fim senão saber. Ora para um pobre, ou não ha esse, ou só o ha para fugir da pobreza. E' por isso que aquele que estuda só por causa do ventre, logo que o tem repleto adormece, e deita para traz das costas as sciencias, com as quaes se não deleita, pois é inepto para elas; mas se, por apto, se deleita, impede-o d'isso, infelizmente, a pobreza. — Se affirmares ainda que tanto o rico como o pobre têm tudo o que é preciso para a sciencia, e que não lhe falta a vontade, admittamo-lo, e vejamos as dificuldades que surgem. Ambos, ao começarem, têm de ser ensinados, pois quem haverá tão feliz que se possa tornar douto por si? Mas, no ensino, quantas miserias! Quão poucos são os bons professores que se obteem! Os professores, ou por lhes pagarem pouco, ou por preguiça, ou por achaques, ou por pobreza (tendo de prover a ela, não podem dedicar-se ao estudo), ou por inveja, ou por medo, ou por orgulho, ou por amor, ou por inimizade, ou por incapacidade dos discipulos (se formarem d'elles tal opinião), ou (o que é peor que tudo isso, e mais frequente) por ignorancia, os professores, digo, por todas ou algumas d'essas cousas, ou occultam a verdade, se d'alguma forma a conheceram, ou ensinam falsidades. Pode acontecer a um principiante alguma cousa de mais calamitosa do que isso? Efectivamente o

Dedicam-se ás letras muitos pobres.

Os papagaios depois de beberem vinho fallam melhor.

O fim de quem estuda deve ser — saber.

Ninguem aprende só por si. Causas de se ensinarem falsidades.

O principiante deve acreditar.

ciat ad acquirendum finem, non scientiæ, sed ambitionis suæ. Egeni autem ad studia plurimi advolant, tristi principio, adverso medio, turpi fine.

Egeni plurimi ad litteras currunt.

Tristis enim egestas est, quæ impellit, eadem impedit: eadem satiata finit scientiam pauperis. Non enim amplius student, quam ut eam fugere valeant. Hinc illud: Ingenium volitat, paupertas deprimit illud. Et illud: Divinum ingenium plena erumena facit. Et ille: Quaerenda pecunia primum est: Virtus post nummos; utque sine Cerere et Baco friget Venus, sic Pallas. Psittaci proinde vino poto melius garriunt, discuntque: et quidam etiam homines. Uude: Fœcundi calices quem non fecere disertum? Quid non tentare cogit fames? Quid plura refero? Nunquam finem facerem; sit hæc conclusio. Studenti nullus finis esse debet alius, quam scire. Egeno vero hic aut non est, aut eo solum est, ut egestatem vitet. Quare qui propter ventrem studebat solum, hoc repleto obdormit, scientiasque post tergum mittit, quibus non delectatur, quia ineptus est illis: si vero aptus delectetur, impedit egestas: et hoc miserandum.

Psittaci vino poto melius garriunt.

Studenti finis debet esse, scire.

Quod si adhuc et divitem, et pauperem omnia necessaria habere ad scientiam contendas, et voluntatem non deesse, supponamus sic esse, vide quæ sequantur difficultates.

Nullus ex se doctus evadit.

Incipiens uterque instruendus est. Quis enim tam fœlix, ut ex se doctus evadat? Atque quot miserias in instructione! quam pauci bonos nanciscuntur doctores! Hi vel propter præmii parvitatem, vel ob desidiam, vel ob invaletudinem, vel ob egestatem, (cui dum provident, studio vacare nequeunt) vel ob invidiam, vel ob metum, vel ob superbiam, vel ob amorem, vel ob inimicitiam, vel ob discipulorum ineptitudinem, (si talem de eis conceperint opinionem) vel (quod omnium pessimum, magisque crebrum) ob inscitiam: hi inquam ob hæc omnia, vel plura, aut veritatem, si noverint utcunque, celant, aut falsa docent.

Causæ docendæ falsitatis.

Tyro credere debet.

¹ Isto é, o vinho em abundancia.

principiante acredita, como convem e é necessario a quem começa, e, uma vez bebido o erro, nunca de futuro, por qualquer meio que o tente, o poderá deixar, tamanha é, nos anos da puericia, a força receptiva e retentiva, principalmente se for muito grande a autoridade do professor. D'aí o dizer-se: « uma anfora conservará fresco por muito tempo o cheiro de que uma vez se impregnou ». D'aqui o *A'utòs 'épsa*¹ tam pouco livre e tão indigno dum filosofo. Por essa razão a quem já tivesse aprendido com outro professor levava Timoteo o dobro do que ajustava com um principiante, pois nesse caso teria dois trabalhos, um para arrancar o erro já bebido, outro para semear a verdade. D'aqui tomaram origem as seitas dos filosofos, e a frase — « jurar nas palavras do mestre ». D'aí o publicarem tantas e tamanhas obras; este para defeza d'aquêle, outro, para o atacar; enchem volumes sobre a maneira como se ha-de entender o mestre, e inventam novas e infinitas explicações, interpretações e distincções, que ele nunca nem sequer sonhou. Alguns d'eles são tam estultos que se jactam de poder defender tudo o que foi ensinado por este ou aquêle autor; e para isso aprestam-se com tricas e ninharias, tão graves e aparelhados que os dirás um caçador que tenta apanhar tordos com redes e chamarizes. Apanhados nas proprias redes, não podem desengredar-se a si mesmos, e assim caem na armadilha que preparavam para outros, e, como o passarinho de Esopo, enquanto armam laços ao pombo, são apanhados pela cobra; e assim como os que manejam as armas de guerra chamadas arcabuzes ou bacamartes quando, para matarem outrem, fazem a pontaria e largam fogo á pólvora, se a bucha estiver apertada de mais, experimentam o contrario do que desejam, recuando a arma, e partindo-lhes a cabeça, assim tambem aquêles, inventando cousas falsas, são por elas envolvidos.

As crianças acreditam com grande facilidade.

Opinião indigna dum filosofo. Timoteo.

Origem das escolas filosoficas. Ocupações vãs.

Estulticia d'aquêles que defendem tudo o que foi dito por outro.

Magna pueris recipiendi promptitudo.

Indigna Philosopho sententia. Timotheus.

Unde Philosophorum sectae.

Vanae occupationes.

Stultitia eorum qui omnia quae ab alio dicta sunt, tuentur.

Quo quid calamitosius tyroni evenire possit? Hic enim credit, ut et convenit, et necesse est incipienti: semelque ebibitum errorem, vix unquam in posterum, quacunque ratione id coneris, deponere potest. Tanta est recipiendi, retinendique vis puerilibus annis: praecipue si praeceptoris autoritas maxima fuerit. Unde illud: Quo semel est imbuta recens servabit odorem Testa diu. Hinc illorem *A'utòs 'épsa* tam illiberum, indignumque Philosopho.

Hac ratione et ille cum incipiente simplex paciscebatur praemium: cum eo autem qui sub alio didicerat praeceptore, duplum, cum duplo etiam labore opus esset, altero ad eradicandum errorem, quem iam ebiberat, ad seminandam veritatem altero. Hinc Philosophorum sectae natae sunt: illudque, Jurare in verba magistri. Unde tot tantaque effundunt: hic pro defensione huius: ille contra, ut expugnet: volumina implent de intelligendo praeceptore: novas fingunt, infinitasque explicationes, intelligentias, distinctionesque, quas nunquam ne somniavit quidam ille. Quinimo et tam stulti aliqui sunt, ut omnia, quae ab hoc, vel illo authore tradita sunt, defendere se posse iactent: ad idque se parent nugis, tricisque adeo circumsepti, et armati, ut venatorem dicas, qui retibus turdos, fictoque sibilo aucupari tentet. Quibus ipsimet irretiti, seipsos explicare nequeunt: sicque incidunt in foveam, quam aliis parabant: moreque Aesopici aucupis, dum columbo insidiantur, a colubro capiuntur. Et quemadmodum il qui tormentis utuntur bellicis, (hacquebutas, aut sclopetos vocant) dum, ut alium occidant, oculo admoventes uni, ut recta feratur glans, ignem pulveri immittunt, si obstructa nimis fuerit machina, contrarium experiuntur, quam volebant: recalcitrante scilicet illa, caputque illis confringente. Sic hi dum aliis machinantur falsa, ipsi falsis involvuntur. Alii colligunt praecipua, Epitomasque faciunt, Alii in tabulas digerunt, in capita, in libros, quae ab aliis confuse scripta sunt. Alii contra ampliant, addunt, extendunt, commentantur, et commentantur plurima.

Alii superstitiosa, fatuaque pietate, dissidentes conciliare, in pacemque omnino bellantes redigere conantur. Alii contra eadem sentientes inimicos faciunt, dum diversa scribere, et intelligere affirmant. Alii opus hoc illius esse asserunt.

¹ Isto é, foi ele quem o disse (a palavra *ele* refere-se ao mestre). Esta frase corresponde ao « *Magister dixit* » dos latinos.

Uns coligem os pontos mais importantes, e fazem Epitomes; outros distribuem em quadros, em capitulos, em livros, o que pelos autores foi escrito sem divisões; outros pelo contrario ampliam, acrescentam, desenvolvem, comentam, e inventam muitas cousas; outros tentam com supersticiosa e fatua piedade conciliar os dissidentes, e trazer á paz os que estão inteiramente em guerra; outros pelo contrario tornam inimigos os que sentem o mesmo, afirmando que eles escrevem e pensam cousas diversas. Uns dizem que esta obra é d'aquelle; outros que não, mas que é d'outro. E de que argumentos não lançam mão para provar tudo isso? O que não inventam eles? O que é que não tentam? Quanto não se torturam? Se não bastarem falsidades provaveis, usam de verdades condenaveis, isto é, de insultos, de invectivas, de libelos famosos, de exprobações. Não contentes com isso, recorrem por fim ás armas para que, á maneira dos militares, a força consiga o que a razão não pôde; e assim os que se dizem sabios tornam-se irracionaes. Não existe porventura este furor e insania? Os que se dizem investigar a natureza, nada mais fazem do que isto: degladiarem-se, não sobre o que é isto ou aquilo na natureza, mas sobre o que pretende este ou aquele, e nestes resumem toda a vida, semelhantes ao cão que, vendo na agua a sombra da carne que levava na boca, largou a carne, seguindo a sombra com inutil e vão esforço, e semelhantes ainda ao touro que, perseguindo um homem, se encontra a capa d'ele, investe contra ela, não cuidando mais do homem, e esquecendo-se d'ele; assim eles, procurando a natureza, se voltam para os homens, deixando-a por completo. E' por isso que só sabem, como os papagaios, recitar aquilo que encontraram escrito em outros, desconhecendo inteiramente o que dizem. Desses ha nas sciencias um grande numero; mas d'aqueles que perscrutem a natureza em si, difficilmente se encontrará algum, ou pelo menos são muito poucos, e pelos outros e pelo vulgo são considerados ignorantes, o que não é de estranhar, pois cada um julga os outros segundo a sua natureza. Assim o douto julga e elogia o douto, porque percebe o que ele diz; o ignorante despreza-o, porque não percebe, e pelo contrario exalta o incapaz, porque comprehende o mesmo que ele: o semelhante gosta do semelhante, e repele o dessemelhante. Se o infeliz mancebo receber

Trabalhos
inuteis.

Poucos es-
tudam a na-
tureza em si
mesma.

Julgamos
os outros se-
gundo a nos-
sa natureza.
O seme-
lhante gos-
ta do seme-
lhante.

Alii contra, sed alterius. In his autem omnibus probandis, quibus non utuntur argumentis? quid non fingunt? quid non tentant? quid non excrutiantur? Si non sufficiant falsa probabilia, utuntur veris improbandis, contumeliis scilicet, invectivis, famosis libellis, iurgiis. Denique his non contenti, ad arma veniunt, ut quae ratio non potuit, vis cogat, militum modo. Sic qui scientifici dicuntur, bruta fiunt. An non haec furor, et insania? Qui naturam investigare dicuntur, nil minus quam id agunt: dum quid hic, illeve voverit, non quid hoc, illudve in natura sit, digladiantur: totamque in illis absumunt vitam, similes cani, qui visam umbram in aqua carnis, quam ore ferebat, hac dimissa, sectatur irrito, inanique conatu: tauroque, qui hominem sectans, invento huius pallio, in id saevit, hominis amplius non sollicitus, immemorque; sic illi naturam quaerentes, ad homines se convertunt, illam omnino relinquentes.

Inutiles la-
bores.

Proinde nil ipsi sciunt aliud, quam psittacorum more referre ea, quae in aliis scripta invenerunt, prorsus ignari eorum quae proferunt. Et horum quidem maxima in scientiis multitudo: qui autem naturam ipsam in se scrutetur, vix ullus, aut saltem admodum pauci, quique apud illos, et vulgum indocti iudicantur. Nec mirum. Iudicat enim quisque pro natura sua reliquos. Sic doctus doctum iudicat, et laudat, quia percipit quae dicit: indoctus negligit, quia non capit: contra extollit inertem, quia idem cum eo sentit; simile enim simili gaudet, dissimile respuit.

Pauci na-
turam in se
contemplan-
tur.

Quisque
pro natura
sua reliquos
iudicat.

Simile si-
mili gaudet.

Sub quocumque autem horum infelix juvenis literas ebibat, ut frequentius ebibat,

Felix d'a-
quele que en-
contra um
bom profes-
sor.

Um erro
pequeno no
principio, no
fim é grande.
Erramos
quasi sempre.

Raras ve-
zes dois con-
cordam em tu-
do.

A verdade
é sempre con-
forme consi-
go mesma.

Aquelles
que afirmam
falsidades
palram muito.

ensinamentos sob a direcção de qualquer d'esses, como geralmente succede (pois é felicissimo aquele que é iniciado por um mestre experimentado e verdadeiramente douto, o que é rarissimo), de nada valerá a sua sciencia, a não ser que, sob a influencia d'algum astro, abra os olhos. E se estudar sempre com o mesmo professor (e é essa a regra geral), errará sempre, se uma vez tiver errado; e até errará sempre mais, pois um erro, pequeno a principio, torna-se grande no fim, e dado um absurdo, seguem-se muitos. Ora quem haverá que não erre uma vez? Ou quem haverá que erre só uma vez? E' possivel até que erremos sempre. Se for ensinado por muitos, então aí é que a porca torce o rabo. Os queridos de Jupiter, ou aqueles cuja razão brilhante ele elevou até aos ceus, os filhos dos deuses, aqueles que puderam libertar-se dos erros, esses são poucos: no meio de tudo ha selvas asperrimas. Emquanto esses diversos professores se hostilizam em perpetua contenda, lamentavelmente destroem e dilaceram o desgraçado espirito do principiante. Este persuade-o d'isto; aquele tenta convence-lo do contrario. Efectivamente quem é que vê dois d'eles concordarem em tudo? Ora a concordancia dos mestres é o maior indicio da certeza da verdade, e portanto da sciencia d'alguem, pois a verdade é sempre conforme consigo mesma; pelo contrario nada manifesta mais a incerteza da sciencia do que a diversidade de opiniões dos seus obreiros. Essa diversidade é frequente em todos os mestres de qualquer sciencia, d'onde tu podes inferir quam pouca certeza ha nas nossas sciencias. Esses mestres adversarios levam assim á confusão e á duvida o debil principiante que, ou não sabe para onde se ha-de voltar, ou então adere, conforme lhe parece, a este ou áquele: geralmente áquele que engana, pois este palra muito, como costumam fazer os que afirmam falsidades, e d'essa maneira arrasta para si o pobre moço, que julga vencedor aquelle que mais gritou. Eis o que tu consideras um homem sabedor. Assim vive nessas questões muito tempo, e, as mais das vezes, toda a vida.

Se passarmos á questão do metodo de ensino, então não será menor, antes, pelo contrario, maior, a dificuldade, quer consideres os que ensinam de viva voz, quer os que ensinam por escrito, pois o metodo para ambos é o mesmo.

Foelix qui
probum nan-
ciscitur do-
ctorem.

Parvus er-
ror in prin-
cipio magnus
est in fine.

Fere sem-
per erramus.

Vix duo in
omnibus con-
veniunt.

Veritas
semper sibi
constat.

Qui falsa
astruunt plu-
rimum gar-
riunt.

(foelicissimus enim ille est, qui sub experto magistro, vereque docto initiatus est, ut et rarissimus) actum est de eius scientia: nisi aliquo actus sydere resipiscat. Atque si semper sub eodem studeat doctore, (quod vix unquam fieri potest) semper errabit, si semel erraverit. Imo continuo magis errabit. Parvus enim error in principio, magnus est in fine: et dato uno absurdo, plurima sequuntur.

Quis autem est qui semel non erret? Aut quis qui semel erret? Dubito an semper non erremus. Quod si a pluribus doceatur, hoc opus, hic labor est. Pauci quos aequus amavit Jupiter, aut ardens evexit ad aethera iudicium, diis geniti, potuere ab erroribus se expedire: tenent media omnia sylvae difficilimae. Dum diversi hi perpetua contentione se agitant, miserum incipientis ingenium misere distrahunt, dilacerantque. Hic illi hoc inculcat: ille contrarium persuadere conatur.

Quis enim duos in omnibus convenire vidit? Atqui maximum veritatis, proindeque et scienti ae alicuius, certitudinis indicium est doctorum concordantia. Veritas enim semper sibi constat.

Contra vero nil magis arguit incertitudinem scientiae, quam diversitas opinionum artificum. Quod commune est omnibus scientiae cuiuslibet doctoribus: ut inde colligas etiam quam parum certitudinis scientiis insit nostris. Sic debilem tyrunculum adversi doctores trahunt in confusionem, ambiguitatemque. Qui subinde nescit quo se vertat: sed prout illi videtur vel huic, vel illi adhaeret: saepius decipienti. Hic enim plurimum garrit, ut mos est illis qui falsa astruunt: sicque pauperem iuenculum ad se trahit, qui victorem iudicat eum, qui magis clamavit. En tibi scientem. Sic multo tempore in his versatur procellis: saepius tota vita. Quod si ad methodum docendi accedamus, non hic erit minor difficultas, quinimo

Para quem aprende será enorme a vantagem, se o metodo do professor for bom; será enorme a dificuldade e o prejuizo, se for mau, pois no ensino nada tem tanta importancia como o metodo, que afinal varia tanto com os homens. Saber usar d'ele não é menos trabalhoso e engenhoso do que util, nem menos raro do que necessario; não ha por isso ninguem que não o procure muito, e não sue por causa d'ele, e muito poucos, ou quasi nenhuns, que atinjam o scopo, ou julguem te-lo atingido.

Efectivamente como, para quem precisa de medi-la ¹ querendo ensinar ou aprender, a sciencia é talvez infinita, e a vida de todas as cousas brevissima, ² impõe-se-nos o maior dos trabalhos, qual é o de tentarmos medir, e, o que é mais, compreender, o infinito por meio do finito: d'aí tanta variedade de escritores. D'estes, uns, tentando encurtar a sciencia (e não podendo prolongar a vida, o que era preferivel, e necessario), tornam o caminho mais longo pela brevidade, e consequente obscuridade (pois quem trabalha por ser breve torna-se obscuro), tirando-nos o tempo que deviamos gastar em entendermos as cousas, e não os escritos d'elles, e dão á nossa avidéz apenas resumos; outros, expondo a sciencia desenvolvidamente, como ela é, envelhecem, e nós com eles, ainda nos primeiros principios. Aqueles que não podem suportar o trabalho, e que são dotados de engenho mais agudo, condenam a estes ultimos por dizerem em muitas palavras aquilo que eles perceberiam com menos; mas elogiam-nos os morosos e menos inteligentes, para quem nenhum assunto está nunca sufficientemente explanado. Com os que resumem succede o contrario.

Se alguém escrever conservando um meio termo (se acaso alguém ha nessas condições), será condenado por todos esses:—por uns, por não ser bastante breve, e por outros, por ser breve de mais, pois o meio é sempre oposto a qualquer dos extremos. E' elogiado só por aqueles que gostam dum meio termo, e que são os mediocres. ³ Estes, como todas as cousas belas, são muito raros, e desconhe-

maior: sive eos, qui viva voce docent, spectes, sive qui scriptis. Eadem enim utriusque ratio.

Porro maxima hinc discenti accedit vel utilitas, si bona methodo utatur doctor: vel difficultas, et damnum, si perversa. Nihil enim tantum in docendo momentum habet, quantum methodus: quae subinde tam varia hominibus est: quaque uti scire non minus laboriosum, ingenioque plenum est, quam utile: nec minus rarum, quam necessarium. Nullus proinde est qui huic plurimum non studeat, insudetque: paucique admodum, aut fere nullus, qui vel scopum attigerit, vel attigisse credatur. Cum enim ars infinita forsitan sit, ut iam diximus, vita vero omnium brevissima rerum, cui illam commensurare oportet vel docere, vel discere volenti, maximam nobis imponit curam, conantibus scilicet infinitum finito metiri, et quod magis est, comprehendere: unde tanta scriptorum varietas. Quorum hic artem contrahere (cui vitam producere non licet, quod potius esset, et necessarium) dum nititur, longiorem efficit viam, difficilioremque brevitate, subindeque obscuritate sua (Nam obscurus fio dum brevis esse laboro) tempus nobis absumens, quod rebus intelligendis, non eius scriptis impendi deberet: capitaque rerum solum nobis devoranda dat.

Alter dum artem fuse, ut est, prodit, in primis consenescit principiis, nosque cum illo. Hos, qui impatientes laboris sunt, quique acutiore ingenio, damnant: quod pluribus verbis, quae hi brevibus perciperent, inculcent. Laudant vero morosi et rudes, quibus nihil unquam satis explanatum. Illos contra. Si quis medio scribat modo, (si quis forsitan sit) ab his omnibus improbatur: et quod non sat brevis, et quod iusto brevior. Medium enim utriusque extremo utcumque contrarium est. Ab iis solum commendatur, qui medio etiam gaudent, et ipsi mediocres. Hi rari admodum, sicut et pulchra omnia, incognitique. Iam docti alii ab his iudicantur: ab illis contra.

¹ Percorrê-la, abrangê-la.

² Vita brevis, ars longa.

³ A palavra *mediocres* estará aqui no sentido de *moderados*, prudentes, ou estará no sentido em que geralmente se emprega?

E' de grande utilidade para quem aprende que o professor use de bom metodo.

É trabalho saber usar de metodo.

Poucos têm bom metodo.

D'onde vem tanta diversidade de escritores.

A brevidade produz obscuridade.

O meio opõe-se aos extremos.

Maxima utilitas discenti, si decens bona methodo utatur.

Laboriosum est scire methodo uti.

Pauci recte utuntur methodo.

Unde scribentium tanta diversitas.

Brevitas obscuritatem parit.

Medium utriusque extremo utcumque contrarium.

cidos. Aqueles a quem uns julgam doutos, são considerados por outros como ignorantes. Este emprega uma linguagem ornada e bela; aquele, uma linguagem aspera e rude. Um rouba trabalhos alheios, e vende-os como se fossem seus; outro repete inteiras paginas suas, esquecido de si mesmo; um mistura e confunde sempre tudo; outro deixa todas as cousas sem as defender e examinar bem; uns são palradores e sofistas; outros, severos e graves: uns são subtis inventores de novidades; outros, defensores ineptos dos velhos autores. Que dizer? Quem jamais agradou a todos? Nem a propria natureza, pois alguns até já ousaram condena-la e increpa-la.

Ninguém agradou nunca a todos.

Parece que a natureza se compraz em confundir-nos.

Exemplos da successão das cousas. A Grecia foi outrora notabilissima nas letras e nas armas.

E' tamanha a variedade das cousas que se vê nelas brincando a natureza, parecendo deleitar-se com a nossa confusão: nós a procura-la por toda a parte, e ela na nossa frente a rir-se de nós e a escarnecer-nos. E a variedade não consiste só na diversidade das cousas. O mesmo homem ora quer, ora não quer; condena agora aquilo que sustentou ha pouco; e, se o interrogares amanhã sobre aquilo que afirmou agora, já não se lembrará, nem quererá lembrar-se. Tambem na mesma parte do mundo ora florescem as letras, ora ha a mais completa barbárie. Num logar onde outrora só havia espadas e armas não ha hoje senão livros; e, o que é mais, hoje agrada a todos esta opinião, e está em voga este mestre, e amanhã sucede inteiramente o contrario. De tudo isto acharás exemplos, lendo a historia; aduzirei, porém, alguns. Que país foi outrora mais brilhante nas letras do que o Egito e a Grecia? Em que país se honraram mais os idolos do que nesses? Onde é que havia homens mais illustres, tanto em quaisquer sciencias, como nas armas? E agora não encontrarás aí nem um museu, nem um idolo, nem um homem insigne. Na Italia, França e Hespanha não havia nem sombras dum mestre: eram só Mercurio e Jupiter; hoje residem aí as Musas, e habita aí Cristo. Quanta ignorancia não reinou até aqui entre os Indios? E agora vão-se tornando mais astutos, religiosos e doutos do que nós. Basta de exemplos.

Hic loquitur compe, pulchreque: ille aspere, et rude. Aliorum hic labores surripit, pro suisque venditat, repetit alius integras suas paginas, sui immemor: hic omnia ubique miscet, et confundit, ille nuda omnia et indiscussa relinquit: garrulus hic, et sophista, ille severus, et gravis: hic novorum inventor acutus, ille veterum assertor ineptus. Quid denique dicam? Quis omnibus placuit unquam? Nec natura ipsa, ut quam quidam damnare, increpareque ausi sunt. Tanta est in rebus varietas, ut natura in his lusisse cernatur, confusioneque nostra sibi placuisse videatur: ut nos eam hinc inde quaerentes, coram nobis existens deluderet, irrideretque. Nec in variis solum rebus varietas conspicitur. Idem homo modo vult, modo recusat: modo id asserit, tandem idem damnat: iam hoc profitetur, de quo si eum mane quaeras, non meminit amplius, nec meminisse vult; sed et in hac coeli parte nunc vigent literae, tandem omnimoda brutalitas. Illic olim omnia ensis et arma, nunc nihil habes praeter libros.

Nullus unquam omnibus placuit.

Natura confusione nostra sibi placuisse videtur.

Exempla successi-
onis rerum.

Graecia olim illustrissima in literis et armis.

Et, quod magis, haec opinio nunc placet omnibus, hic Doctor in pretio est, mane omnino aliter. Horum omnium exempla videbis si hystorias legas: adducam tamen unum, alterumve. Quid olim Aegypto, Graeciaque luculentius in literis? Quid in idolis colendis fertilius? Ubi illustriores viri, tum in scientiis quibuslibet, tum etiam armis? Nunc vero nec ibi musacum invenias, nec idolum, nec insignem virum.

In Italia, Gallia, Hispania nec per somnium doctor erat: omnia Mercurius, et Jupiter. Nunc hic sedent Musae, hic habitat Christus. Iam in Indis quanta hucusque regnavit ignorantia? Iam nunc astutiores, religiosiores, doctioresque sensim nobis fiunt; sit hoc satis. Quid ergo faciet in tanta rerum varietate calamitosus juvenis? Quem sequetur? Cui credet? Illic, illi, nulli; sic ipse elegit, si liber sit. Sin minus, vel totus huic, vel totus illi, vel totus nulli. Quod horum melius? In omnibus fallacia et miseria. Si totus se dedat alicui, servus fit, non doctus: illiusque dogmata quo iure, quaque iniuria tuetur quantum potest; sic fit miles, qui ducem sequitur quocumque trahat ut pro eo pugnet: non memor amplius sui, cum eoque perit. Sic juvenis noster, eiusque scientia perit, quoties se alicui pertinaciter adnectit. Nec

Discens non alicui astringi debet.

Ora o que ha-de fazer o nosso jovem no meio de tamanha variedade das cousas? A quem ha-de seguir? A quem acreditar? A este, áquele, ou a nenhum; assim escolherá ele, se for livre; se não, ou todo a este, ou todo áquele, ou todo a nenhum. Destas cousas, qual será a melhor? Em tudo ha engano e miseria. Se se entregar todo a algum, torna-se, não instruido, mas escravo; e os principios d'esse defende-los-ha o mais possivel e por todos os meios. Assim faz o soldado que segue para toda a parte o seu comandante para combater por ele, e com ele morre sem se lembrar mais de si; assim tambem o nosso jovem perece com a sua sciencia sempre que se prende pertinazmente a alguem, pois não é sem prejuizo da verdade que alguem pode jurar na palavra do mestre. Acreditar igualmente em todos, e igualmente em nenhum, para tirar de todos o que lhe parecer melhor, é mais livre, porém mais difficil. Efectivamente de quanto discernimento não carece quem tentar dirimir essas questões? Cada um tem a seu favor razões e argumentos que lhe parecem inexpugnaveis. Não é sem perigo para o juiz proferir sentença a respeito d'elas, pois da-la a favor d'algum é declarar que combaterá por ele; e, se julgar mal, sofrerá o castigo da sua sentença, pois desconhecerá a verdade, assim como o outro a favor de quem julgou sem criterio, o que é pessimo. Dando a sentença a favor d'algum, terá de combater sempre com ele contra o outro, criando este sempre embaraços a ambos, e inventando novos meios de ataque, que é necessario repelir; e muitas vezes acontece que, assim como na guerra quem tem por si a justiça, e é mais forte em armas e soldados, pode perecer vencido pela pericia e pela astucia, tambem o que está de posse da verdade e a defende é esmagado pelos argumentos contrarios, e, não podendo resistir-lhes, desanima e abandona a verdade para se entregar ao adversario. Como isto acontece muitas vezes, ofusca a verdade, quando aquele que sustenta o erro é perspicaz e subtil. E' isso o que ele faz com a sua sciencia silogistica, na qual algumas vezes do falso se segue o verdadeiro como optima consequencia, e d'essa maneira a verdade misturada, ora com verdades, ora com erros, não se distingue, e umas vezes o que é verdadeiro parece falso, e outras vezes o que é falso parece verdadeiro; assim aquele que souber deitar melhor as redes silogisticas sustentará o que quizer. E quando aos ignorantes se deve ensinar a verdade, e haver todo o cuidado em não se-

O princí-
plante não
deve escravi-
sar-se a nin-
guem.

Muitas ve-
zes alguns,
iludidos com
sophismas, del-
xam a verda-
de.

De que ser-
ve a sciencia
silogistica.

enim sine dispendio veritatis quis potest iurare in verba magistri. Quod si omnibus aequae credat, aequaeque nulli: ut ab omnibus excerptat, quae sibi videantur, magis liberum hoc est: sed et difficile magis.

Quanto enim iudicio eget qui horum lites dirimere conatur? Quisque pro se suas habet rationes, argumentaque, ut sibi videtur, inexpugnabilia. Neque tamen inter hos iudicium ferre sine iudicis periculo est: qui pro quocumque tulerit sententiam, pro eo sibi standum etiam proponat. Quod si male iudicaverit, sententiae suae poenam feret. Ignorabit enim veritatem, sicut et alter pro quo male sententiam tulit, quod pessimum est. Sed et pro quocumque sententiam ferat, cum eo contra alium semper illi pugnandum est: alio semper negocium facescente ambobus, novaque fingente arma, quae repellere necesse est. Saepeque contingit, ut, quemadmodum in bello quis, quanquam aequitate, armis, et viribus maior hoste sit, arte tamen et astu circumventus pereat: sic qui veritatem tenet, tueturque, argumentis contrariis obruatur: quibus cum resistere nequeat, animum despondet, veritatemque deserit, ut hosti se dedat. Hoc ut saepe contingit, sic veritatem obfuscatur, dum qui falsa adstruit acutus est, subtilisque. Et id promovit ille syllogistica sua sciencia, in qua optima consequentia ex falso quandoque verum sequitur; sic verum nunc cum vero, nunc cum falso mixtum non discernitur: sed nunc verum falsum apparet, nunc falsum verum; sicque qui melius retes syllogisticas extendere novit, hic quod vult adstruit. Cumque ignari docendi essent veritatem, cavendumque omni modo ne deciperentur, praecipue quibus eam inveniendi non est potestas: ille contra eis insidias struere docuit, quibus veritatem, si eam utcumque tenent, deserant: quam alias, nisi tellus his circumvenirentur, tenerent. Sic vidi ego

Saepe quis
sophismate
deceptus ve-
ritatem des-
erit.

Quid pro-
sit syllogis-
tica sciencia.

rem enganados, tanto mais que não têm o poder de a encontrar, ele, pelo contrario, ensinou a armar-lhes ciladas para que deixem a verdade, se por acaso estiverem de posse d'ela, pois, se não fossem atacados com essas armas, não a largariam. Assim vi eu um dia um palrador sofista tentando convencer um ignorante qualquer de que o branco era preto, respondendo-lhe este: não entendo as tuas razões, porque não estudei como tu, mas sinto bem que uma cousa é branco, e outra, preto; e agora podes argumentar para aí á tua vontade.

Lembro-me bem que, ao começar a estudar dialectica, sendo ainda rapazinho, muitas vezes pelos mais avançados em idade e em estudos era provocado a combate para experimentarem a minha intelligencia; objectavam-me com silogismos falaciosos, e eu, não vendo o sofisma, algumas vezes era vencido pela dificuldade, e concedia cousas falsas, não cousas manifestamente falsas, mas das quaes se seguiam outras que o eram. Apoquentava-me então muito se não mostrasse logo onde estava o defeito, e não descansava até o encontrar. Ora não seria melhor que o tempo que eu gastava em procurar o defeito do silogismo o empregasse em conhecer alguma causa natural? Para esses silogizantes o mais douto é aquelle que melhor palra, e o que mostra a verdade é aquelle que, arranjando muito bem a armadilha, vence o companheiro ou adversario, e o obriga, ou quasi a emmudecer, ao ver-se preso sem perceber o dolo, ou a conceder o que eles chamam consequencias infalíveis, que seria ridiculo e impio negar, mas que estão cheias de covas e de laços: quem os não vê é colhido neles e obrigado a dar as mãos á palmatoria e a conceder o que o outro queria, isto é, a falsidade. E' isso o que eles chamam a doutrina scientifica dos silogismos: não ha para as sciencias nada mais pernicioso do que ela. Aristoteles, vendo isso, escreveu acerca dos sofismas para nos livrar dos enganos silogisticos, e assim deu a beber o veneno, tentando em seguida curar com o antidoto, que tambem é veneno; mas o primeiro é mais forte, e por isso geralmente vence e aniquila a verdade. Para lhe resistirem, quantas condições não inventaram os que vieram depois? Quantos outros sofismas? Quantos volumes de suposições, de indissolúveis, de exponíveis, de obrigações, de reflexões e de modaes? Vê quanta subti-

Para os dialecticos o mais verboso é o mais douto.

A doutrina silogistica é pernicioso para as sciencias.

Aristoteles — Elenco.

Invenções dos dialecticos para resistirem aos sofismas.

quandoque garrulum sophistam conantem persuadere ignaro cuiquam, album esse nigrum cui hic: Ego non intelligo rationes tuas, quia non studui ut tu: bene tamen sentio, aliud esse album a nigro: argue tu modo quantumcumque volueris. Et sane memini, dum Dialecticae initiarer fere puer, a provectoribus aetate, et studio in certamen saepe provocatum, ut ingenii mei periculum facerent: qui subinde fallaces syllogismos mihi obiciebant: quorum ego fallaciam non videns, aliquando onere premebar, falsaque concedebam, non tamen manifeste falsa: cum tamen manifeste falsa sequebantur: tunc cruciabar admodum, si statim defectum non ostendissem: nec quiescebam donec invenissem. An non satius fuisset, tempus, quod in quaerendo defectu syllogismi absumebam, in cognoscenda causa aliqua naturali dispendere?

Denique apud hos syllogizantes ille doctior est, qui melius garrit: ille verum protulit, qui decipulam optime construendo, socium, aut adversarium vicit, eoque redegit, ut aut concederet infallibiles quas vocant consequentias: (quas negare esset ridiculum, et impium: plenae tamen sunt rimis, laqueisque quos qui non videt, ab eis captus cogitur dare manus, concedereque quod alter volebat, falsum licet) vel cum captum se videat, nec tamen dolum percipiat, fere obtumescat. Hanc vocant scientificam syllogismorum doctrinam: qua nil ad sciencias perniciosius. Quod ille ipse videns, cavillatoriam aliam scripsit, ut ab illorum deceptionibus eriperemur; sic venenum bibendum dedit: postea alexipharmaco curare tentat, et ipse venenoso. Sed fortius est primum: proindeque vincit plurimum, interimitque veritatem. Cui ut resistant posteri, quot commentis sunt conditiones? quot alias fallacias? quot volumina suppositionum, indissolubilium, exponibilium, obligationum, reflexionum, modalium? Vide

Verbosior doctior est apud Dialecticos.

Syllogismorum doctrina scientiis perniciosissima.

Aristot. — Elenchi.

Dialecticorum inventa ut sophismata resistant.

leza e sciencia, e de quanta força. A dialectica é uma outra Circe: transforma-os em asnos. Nada mais certo.

A dialectica é uma outra Circe.

Construíram no meio da sua sciencia uma ponte, a que chamam ponte dos asnos. Merecem ou não merecem palha por causa dessa famosa invenção? Junto da ponte estão asnos, bebendo as aguas de Circe, e embriagados com elas, orneiam perpetuamente em torno d'ela. A mim ter-me-ia acontecido quási o mesmo se, auxiliado pelas palavras de Ulisses, não evitasse as Circeias figuras silogisticas, feiticeiras donas d'essa ponte.

Quanto se não atormentam aqueles miseros asnos para manterem a antiga habitação? De que modo não defendem, elogiam e pintam a sua Circe, a dialectica? São semelhantes a Eneas que, esquecido de si, e olvidando inteiramente a Italia para onde se dirigia, efeminado e louco, embrulhado no manto da lascivia, feito escravo de Dido, dava-se todo a ela, e só d'ela cuidava, até que, admoestado por Mercurio, envergonhou-se, conhecendo bem que se tinha prendido miseravelmente, e deixada a mulher, homem novamente, guiado pelo valor e acompanhado pela fortuna, tornou-se depois senhor da maior parte da terra.

Os dialecticos são semelhantes, a Eneas.

Oxalá que eu tambem fosse um Mercurio para os nossos Eneas, para que, deixando a debil e feiticeira dialectica, se voltassem para a natureza, e se tornassem talvez senhores de grandes dominios; mas eles, cegos ainda agora, enredam-se cada vez mais, preparando para si proprios tantos laços que não acabarás jamais de os ler, assim como eles tambem não acabam nunca de escrever, descobrindo todos os dias novos estragos. Fazem lembrar um velho edificio que ameaça ruina, um edificio construido sobre areia, em logar instavel, e de materia fragil, ao qual a gente está continuamente a escorar e a pôr pedras, cal, e cousas semelhantes, e ele continuamente a fender por todos os lados; assim tambem, estando continuamente a cair a doutrina silogistica (frivola e inane como é, de nenhum modo pode manter-se), estão continuamente os seus habitantes e obreiros trabalhando para lhe impedirem a ruina. Isso é o que eles ensinam aos jovens que os procuram; com isso lhes confundem a principio a inteligencia, e nisso os exercitam. Quanto ás cousas, que as investigue quem quizer. Assim vae

A doutrina silogistica está continuamente a deabar.

quanta subtilitas, et scientia, quanta eius vis. Iam altera Circe Dialectica est: in asinos eos convertit. Nil certius. Pontem struxere in medio scientiae suae, quem asinorum pontem vocant. An non digni sunt avena, propter praeclarum inventum? Prope pontem iacent asini depicti, Circeas bibentes aquas: quibus inebriati, circa pontem perpetuo rudunt. Mihique fere idem accidisset, ni Ulissis carminibus adiutus, incantantes vitassem pontis dominas Circeas syllogismorum figuras.

Dialectica altera Circa.

Quid non cruciantur miseri asini illi pro fulcienda antiqua habitatione? Quibus modis Dialecticam suam Circem honorant, defendunt, laudant, depingunt: similes Aeneae, qui sui oblitus, Italiaeque quam petebat, omnino immemor, effeminatus, et vecors, lasciva indutus clamyde, Didoni factus in mancipium, huic totus studebat, hanc colebat unam: quousque a Mercurio monitus erubuit, cognovitque apertis oculis se misere illaqueatum esse: depositaque statim foemina, virum assumpsit, deincepsque magnae orbis partis factus est dominus, Virtute duce, comite Fortuna.

Dialectici similes Aeneae.

Atque o utinam Mercurius ego essem nostris Aeneis, ut relicta infirma, incantatriceque Dialectica, ad naturam se converterent: fierent forsan multi orbis domini. At ipsi nunc adhuc coeci perpetuo magis se illaqueant, ipsimet sibi laqueos parantes tot, ut nunquam legendi finem facias: quemadmodum nec ipsi unquam scribendi finem faciunt, nova quotidie adaperita ruina: simili veteris alicuius aedificii, lapsumque minantis ratione, aut in arena, instabilique loco, et ex fragili materia conditi, cui perpetuo supponendi postes, admovendi lapides, calx, similiaque, perpetuo eo hinc inde dehiscente. Sic continuo labante syllogistica doctrina, (qua nullo modo consistere potest, frivola, et inanis) continuo etiam laborant eius incolae, et artifices, ut ruinam impediunt. Atque haec docent ad se venientes iuvenes: his confundunt eorum ingenia primum: his eos exercent. Res autem quaerat quicumque velit. Sicque per manus

Syllogistica doctrina continuo labitur.

passando duns a outros esse flagelo de modo que em toda a tua vida nada saberás. Dirás talvez: Pois quê? Queres acaso que, á maneira de general, tudo o que disseres seja admitido sem razões nem provas, cousa que todos julgam extranha? Não é isso o que eu quero; mostrar-te-hei depois de que modo tu podes servir-te d'outras razões e provas melhores do que as silogisticas. Ora o que ha-de fazer, no meio de taes dificuldades, esse nosso jovem a caminho da sciencia? Envolver-se nelas, como fizeram antes d'ele os seus mestres, e a elle lhe ensinam, e elle acredita. Efectivamente porque não ha-de acreditar no artista, quem vem ter com elle para aprender a arte? E' por isso que — tal mestre, tal discipulo; ignorante aquele, tambem este o será. Uma vez bebido o erro, é difficil deita-lo fora. Imagina agora o discipulo, confiando já no seu juizo, depois de por largo tempo com eles ter aprendido a sciencia d'elles, e de lhes conhecer as dissensões da opinião, imagina-o, repito, a querer proferir sentença, o que é muito raro encontrar-se, mas utilissimo e absolutamente necessario a quem deseja saber. Quanto perigo ha nisso, já o mostramos; vejamos agora quanta dificuldade. Se tiver de julgar bem, precisa de considerar com muito cuidado as cousas sobre que eles disputam, e isso poucos o fazem. Ha tambem poucos que percebam o que dizem; encham, porem, volumes com os trabalhos dos outros, confrontam autores que por vezes não entendem, e que geralmente entendem mal, e julgam, e tambem mal, das suas controversias. Atentos aos autores que discordam, pedindo auxilio, ora a este, ora áquelle, servindo-se, por exemplo, da opinião de Aristoteles e d'outros, inferindo dos principios d'elles outros principios, e d'estes outros ainda, proferem sentença, ora contra este, ora contra aquele, não mostrando que isso é assim, mas que é essa a opinião de Aristoteles, ou d'este, ou d'aquelle, e que isso se deduz d'este ou d'aquelle teorema. Ora todas essas cousas são talvez mais duvidosas do que o assunto em questão; e assim, tentando loucamente julgar os outros, eles mesmos se apresentam como devendo ser julgados, e até condenados. Efectivamente o que é que importa para o caso o que este ou aquele tenha dito? Por causa disso é que uma cousa qualquer é verdadeira? Não pode ser, pois então os principios de todas as cousas seriam os atomos, o ar, a agua, o fogo, a terra, a materia, a forma, a privação, o caos,

No livro sobre a maneira de saber será indicado o modo de discutir qualquer cousa sem a sciencia silogistica.

Uma vez insinuado em nós o erro, é difficil deita-lo.

Aquele que quizer julgar bem, tem de observar as cousas.

Inepcia d'alguns.

Não é por alguém o ter dito que uma cousa é verdadeira.

currit haec pernitias ab uno ad alium, ita ut tota vita nil scias. Sed dices forsan: quid ergo, visne imperatoris modo quaecunque dixeris rata esse sine ratione, et probatione, quod alienum iudicant omnes?

Nec id volo: sed ostendam postea quomodo ratione, probationeque alia meliori, quam hac syllogistica uti possis. Iuvenis ergo noster, quem ad scientiam promovebamus, in his difficultatibus quid faciat? Iisdem se involvere, ut et ante eum praeceptores eius fecere, idipsumque eum docent: et ipse credit. Quid enim, non credat artificem qui ad discendam artem ad eum venit? Ergo qualis ille, talis hic: inscius ille, et hic quoque. Iam difficile admodum est semel ebibitum errorem vomere. Suppone tamen hunc iudicio fretum suo: et postquam sub his longo tempore eorum didicerit scientiam, videritque dissensiones in opinionibus, sententiam ferre velle: quod ut rarum admodum inventu, sic et scire cupienti utilissimum, et omnino necessarium. Quantum id periculi habeat, antea ostendimus. Nunc vero quantum difficultatis. Si recte ipse iudicaturus sit, res de quibus inter eos lis est optime consideret oportet: quod pauci faciunt. Pauci proinde sunt, qui quae proferunt intelligant: qui tamen volumina implent aliorum laboribus: componunt authores, quos ipsi non intelligunt, proinde et saepe male: iudicant de eorum controversiis, et id quoque male. Intenti enim solum autoribus dissidentibus, ab aliisque mutuato hinc inde auxilio, ut utentes Arist. testimonio, et aliorum, ex horum dogmatibus alia inferentes, et ex his alia: sic contra hunc vel illum sententiam proferunt: non ostendentes, sic rem se habere: sed sic videri Aristot. sic illi, sic huic, sic colligi ex hoc theoremate, illoque. Quae omnia forsan magis dubia sunt eo, de quo quaestio est.

In libro. Modi sciendi, docebitur quomodo quid discutatur sine syllogistica doctrina.

Difficile est semel ebibitum errorem vomere.

Qui recte iudicare vult, res contempletur.

Quorundam ineptia.

Non quia aliquis dixerit, verum idest.

Sic ipsi dum iudicium ferre stulte conantur de alii, iudicandi ipsimet veniunt, imo et condemnandi. Quid enim ad rem, quod hoc ille, vel hic dixerit? An propterea verum est?

a luta, a amizade, o grande, o pequeno, o eter, a unidade e o numero, porque todas essas cousas já foram por diversos consideradas como principio de tudo; quem diz a verdade é, portanto, não o que cita a opinião d'outro, mas o que diz o que a cousa é. Porque é, pois, que nos objectam tam obstinadamente com este ou com aquele, a quem, segundo dizem, seria impio e heretico contradizer? Ora o proprio Aristoteles disse (o que estes insensatos guias de autores não vêm, ou, pelo menos, fingem não ver): «Não é por alguém a ter afirmado ou negado que uma proposição é verdadeira ou falsa, mas porque na realidade é d'esta ou d'aquella maneira.» Quando se opoz a Platão, experimentou ele com patetas semelhantes o mesmo que nós experimentamos com estes, quando nos opomos a ele, ou a outros. A esses deu-lhes uma boa resposta, dizendo que Platão era amigo, mas ainda mais amiga era a verdade; e noutro logar diz: «a autoridade vem de fora, tem pouca importancia.» Eu bem vejo o que é que faz com que estes ignorantes tenham tanto respeito pelo seu mestre: é que nada sabem fora d'ele, mas tudo nele, e tudo por meio d'ele; na realidade nada vêm. Não tendo outra cousa para afirmarem o que querem, ou destruirerem o que tu queres, não admira, pois, que se irriteem vencidos por uma simples negação; os sabios, porém não carecem de autoridades porque têm á mão as cousas, que os ignorantes não podem negar, a não ser que, no caso de negarem, queiram experimentar se o fogo é quente. E' por isso que deve observar as cousas quem quer saber alguma cousa, e portanto o nosso jovem; mas será isso facil? Ai! Em nenhuma outra parte ha tanta ambiguidade, tanto trabalho, e tam pouca sciencia. Já viste de quantas dificuldades e inacessibilidade a grande diversidade e mudança das cousas são causa para quem deseja saber; verás isso mais claramente quando tentarmos examinar as proprias cousas.

Diz a verdade quem diz o que a cousa é.

Aristoteles.

Nos «Topicos».

O que é que faz com que os dialecticos sejam tão respeitadores de Aristoteles.

Os sabios não carecem de autoridades.

O estudo das cousas dá muito trabalho.

Non fieri potest Omnium enim rerum principia essent athomi, aër, aqua, ignis, terra, materia, forma, privatio, chaos, lis, amicitia, magnum, parvum, aether, unum, numerus: quae omnia a diversis rerum principia iudicantur. Ergo verum dixit, non qui quod alter dixerit, sed qui quod res est dixit. Cur ergo nobis tam obstinate hunc, illumve obiciunt, quem negasse impium, haereticumque, ut ipsi dicunt, sit? Atque et ille ipse dixit, (quod fatui isti authoriductores non advertunt, aut saltem fingunt se non advertisse). Non propterea quod quis affirmarit, vel negarit, sed quia in re sic, vel sic sit, propositio vera vel falsa est. Idem enim ipse olim expertus est in similibus fatuis, cum Platoni adversaretur, quod nos in his, cum illi, et aliis. Quibus tamen responsum satis duxit hoc, quod amicus erat Plato, sed magis amica veritas. Et alibi, Authoritas, inquit, ab extra est, parum habens momenti. Sed video quid ignaros hos tam observantes in praeceptorem suum faciat. Nil sciunt extra ipsum, omnia in isto, omnia ab isto: in re nihil vident. Proinde non mirum, si, cum non habeant aliud, quo vel asserant quod volunt, vel destruant quod tu vis, non mirum inquam, si stomachentur simplici, negatione victi. Docti autem cum res in promptu habeant, quas negare non possunt ignari: nisi velint experiri an calidus sit ignis, si negent: non egent autoritatibus. Res ergo contemplari oportet ei, qui aliquid scire velit, iuvenique proinde nostro; sed an hoc facile? Heu! Nullibi tantus labor: nullibi tanta ambiguitas: nullibi tam pauca sciencia. Vidisti iam antea quanta in rebus diversitas, quanta mutatio, quantam denique scire cupienti pariant difficultatem, inaccessumque; videbisque clarius ubi res ipsas examinare aggressi feurimus.

Verum dixit qui ut res habet, dixit. Aristot.

In Topicis. Quid Dialecticos in Arist. observantes facit.

Docti non egent autoritatibus.

In rebus contemplandis multus labor.

(Continúa).

Recolhimento para as filhas dos cavalleiros de Ceuta

(Subsidios)

Já por vezes me tenho referido em estudos sobre as nossas conquistas no norte de Africa, á interessante instituição composta dos cavalleiros que eram armados em Ceuta, por feitos assignalados em defeza desta Praça militar, que durante seculos foi uma verdadeira escola de cavallaria.

De varias partes da Europa ali iam altas personagens para conhecer de perto aquelle punhado de valentes que admiravam o mundo com os seus constantes actos de bravura praticados numa lucta permanente com um inimigo temivel, terrivel e interminavel.

Alli se iam bater em duello estrangeiros que escolhiam para seu juiz o Governador Capitão General e por campo de combate os terrenos de Ceuta, regados ccnstantemente pelo sangue de tantos heroes.

Alli acorriam grandes personalidades para terem a honra de serem armadas cavalleiros pelos Cavalleiros de Ceuta depois de se terem encorporado em qualquer daquellas constantes pelejas com os mouros.

Emfim por muito que se diga, sempre ha muito que dizer de tanta valentia, de tanta heroicidade e de tanto patriotismo daquelles verdadeiros portuguezes que de tão bom grado davam a vida para bem alto levantarem o nome do velho Portugal.

Foi para as filhas desses verdadeiros heroes, que em 1611 foi instituido em Ceuta um Recolhimento ou Collegio onde se podessem acolher quinze donzellas filhas dos Cavalleiros de Ceuta, que nada lhes tivessem legado senão um nome honrado e cheio de prestigio.

D. Joanna Arraes de Mendonça, senhora descendente e apparentada com as mais nobres familias de Ceuta e de Portugal e de Hespanha, foi a benemerita que teve a elevada ideia da fundação dum Recolhimento para as donzellas filhas dos Cavalleiros pobres de Ceuta.

Esta senhora, quando viuva e possuidora duma avultada fortuna, resolveu dispende-la em proveito duma causa tão interessante como a de educar as orphãs referidas até que se casassem ou tomassem qualquer estado de vida para que tivessem vocação, o que faziam com consentimento da Junta Governativa do mesmo Recolhimento.

No decorrer do enormissimo e valioso manuscripto inedito, *Historia de Ceuta*, escripto pelo Presbytero Alexandre Correia da Franca em 1750, encontrei os elementos necessarios para poder organizar este pequeno estudo cujo assumpto é perfeitamente desconhecido na nossa historia.

Em tempos idos, quando Portugal era Senhor dumas poucas de Praças de Guerra na Africa Septentrional, havia um cargo denominado « Visitador » que corresponde hoje a um Inspector, que de tempos a tempos ia percorrer as nossas possessões no Ultramar, analysando absolutamente tudo por mais insignificante que fosse e fazendo um extenso relatorio de que ficava uma copia no archivo da

Vedoria e Contadoria, sendo este relatorio o inicio dum livro onde se registava tudo quanto dizia respeito á possessão até que fosse outro visitador e se formasse novo livro.

A maioria destes livros ficavam sendo conhecidos pelo nome de Visitador.

Foi pois por estes relatorios e por todos os mais documentos existentes nos diferentes archivos de Ceuta, que Alexandre Corrêa da Franca obteve elementos para escrever a acima citada *Historia de Ceuta*, que me serviu de base para este estudo.

Quando se instituiu este Recolhimento governava Ceuta pela terceira vez, D. Miguel de Menezes, 1.º Duque de Caminha, Marquez e Conde de Villa Real, Conde de Alcoutim, de Vallença e de Valladares e um dos grandes senhores de Portugal.

Vejam os o documento da instituição do Recolhimento o qual foi registado a folhas 77 do livro intitulado «Lobo» existente no archivo da Vedoria e Contadoria de Ceuta escripto em portuguez e que Alexandre Corrêa da Franca traduziu para hespanhol e que eu agora torno a traduzir para portuguez.

— Eu El-Rei faço saber aos que esta Cedula virem, que havendo em consideração um papel que se me enviou sobre a fundação que Joanna Arraes de Mendonça quer fazer em Ceuta de uma casa de recolhimento, para donzellas, filhas de Cavalleiros pobres, as quaes podem sahir delle para casar e tomar estado de vida, que Deus lhes inspirasse, dotando a dita casa com sua fazenda: tenho por bem dar licença, que a dita fundação se faça na forma referida e não convento, para recolhimento de quinze Donzellas somente, ao qual vou dar cem mil reis de esmola cada anno da minha fazenda, assentados na Alfandega da dita cidade e uma fanga de trigo cada mez a cada uma das ditas recolhidas com declaração que se fará conta do que pode sêr necessario para sustento de cada uma e que tudo quanto faltar do que rendesse da fazenda da dita Joanna Arraes, se lhes dê por conta da minha outorgando-se o dote de maneira que tenham o necessario sem o irem buscar a outra parte, a qual conta será feita pela pessoa que tiver a Administração da dita casa, pelo que mando ao almoxarife do Almoxarifado da dita cidade de Ceuta que agora é e que ao deante for, que de seis de julho do anno passado de seiscentos e onze, em que fiz esta esmola, pague cada anno de rendimento da dita alfandega, os ditos cem mil reis e mais uma fanga de trigo cada mez, para que cada uma das ditas quinze Donzellas a tenha somente; que tudo entregará á dita Joanna Arraes ou a pessoa que for Regente da dita casa com declaração sua de que estão em ella recolhidas as ditas quinze Donzellas, e que são vivas, para que conforme as que forem até ao dito numero, se lhes dar as ditas fangas, pelo tratado desta que será registada no livro do descargo do dito almoxarife pelo Escrivão do seu cargo e recibo da dita Regente, lhe será levado em conta o que elle pela dita maneira assim pagará com a dita declaração acima referida e esta valerá como carta e não passará pela chancellaria sem embargo das ordenações de segundo livro, em contrario. Diogo de Sousa a fez em Lisbôa a dez de novembro de seiscentos e doze annos. Luiz de Figueiredo a fez escrever. = Apostilla = Tenho por bem, que os cem mil reis, que por esta cedula dotei em cada um anno por esmola para a casa do Recolhimento das Donzellas que dei licença se fundasse na Cidade de Ceuta pela maneira declarada na dita cedula e as fangas de trigo, de que nella se faz menção, comecem a correr e se paguem desde o dia em que concedi a dita esmola em deante, tendo respeito ao que se me apresentou por parte do Prevedor e Irmãos da dita casa; e que o medico e barbeiro da gente de guerra da mesma cidade, cure e

sangre as Donzellas e mais gentes do dito Recolhimento, quando estiverem enfermas e com esta declaração se cumprirá a dita cedula e esta Apostilla não passará pela Chancellaria e o que se contem se porá nas notas dos registos della nos livros das merces e casa de Ceuta. Diogo de Sousa a fez em Lisbôa a 27 de janeiro de 615 annos. Luiz de Figueiredo a fez escrever. E eu Antonio Ribeiro Pereira a fiz.

Os cem mil reis, consignados nesta cedula para serem pagos pela Alfandega de Ceuta, passaram mais tarde por ordem regia a serem pagos por Gibraltar e outras partes, por haver difficuldade de distrahir esta importancia da Alfandega de Ceuta.

Construido o Edificio do Recolhimento e a Egreja com a invocação de Nossa Senhora do Rosario, manda D. Joanna Arraes de Mendonça construir na mesma agreja, sepulturas para seus Paes e descendentes e para si e seu marido.

D. Joanna Arraes de Mendonça depois do Recolhimento habitado pelas quinze donzellas para que era destinado, regeu o mesmo Recolhimento onde esteve por varios annos fazendo todas as diligencias para tornar o Recolhimento em Convento de freiras professas o que não conseguiu, pelo que entregou a regencia a sua mãe D. Simôa Arraes de Mendonça que desempenhou este cargo até fallecer, indo D. Joanna professar no convento de Santa Clara de Gibraltar onde morreu.

Na Egreja do Recolhimento referido, segundo diz D. Jeronimo de Mascarenhas na sua *Historia de Ceuta* manuscripto precioso de 1648 e existente na Bibliotheca de Madrid, foi sepultada a gente mais nobre de Ceuta.

Tinha a Egreja coro alto onde rezavam todos os dias as recolhidas o officio de Nossa Senhora, e outro coro baixo onde commungavam. Havia missa quotidiana pela alma da fundadora e de seu marido.

Tinha compromisso para o seu governo o qual constava dum Provedor que vulgarmente era o Governador Capitão General de Ceuta, e outros irmãos da mesa.

O marido de D. Joanna Arraes de Mendonça, Manuel da Costa, Almoxtarife de Ceuta, falleceu em 1606 pelo que a sua viuva resolveu immediatamente fundar o Recolhimento para o qual no mesmo anno de 1606 comprou em Lisbôa a D. Luiza Antonia de Barros um juro que foi assente no Almoxtarifado do pescado de Lisbôa que rendia por anno cento e trinta e quatro pesos de moeda Castelhana.

Gastou D. Joanna Arraes de Mendonça mais de vinte mil cruzados na edificação do Recolhimento, Egreja e varias compras que fez, entre ellas a do referido juro.

Restaurada a independencia de Portugal em 1640, Ceuta conservou-se pelo Rei de Castella pelo que ficou suspensa a renda do juro do almoxtarifado do peccado de Lisbôa como o ficaram outras rendas applicadas a Ceuta.

A folhas 152 B do livro intitulado «Sampaio» dos officios da Vedoria e Contadoria de Ceuta, existia registada uma Cedula Regia datada de Saragoça de 8 de Outubro de 1642, escripta em portugûês, que Alexandre Corrêa da Franca traduziu para hespanhol e que eu agora traduzo para portugûês:

— Eu El-Rei faço saber aos que esta minha cedula virem, que tendo consideração do que me representou D. Helena Pacheco, viuva de Antonio Corrêa da Franca, Fidalgo que foi da minha casa e da ordem de Christo, em razão de haver sua irmã D. Joanna Arraes de Mendonça fundado com sua fazenda o recolhimento de Donzellas na cidade de Ceuta, em que gastou mais de vinte

mil cruzados, assim na construcção da Igreja e Recolhimento, como no juro que comprou, para sustento das ditas Donzellas e haver sua mãe exercitado mais de doze annos o cargo de Regente do dito Recolhimento com muita satisfação, até que falleceu: sendo informado do referido e da qualidade, prudencia e virtude que concorrem em a dita D. Helena, que são as partes que o cargo de Regente requiere, confiando della lh'o sirva muito como convem ao serviço de Deus e meu: Tenho por bem e me praz de fazer merce á dita D. Helena Pacheco do cargo referido de Regente do Recolhimento de Donzellas em a dita cidade de Ceuta em sua vida o que por sua morte, sejam preferidas para o mesmo cargo, as parentes mais benemeritas, que della ficarem para o que lhe mando ao Governador da dita cidade de Ceuta que sendo-lhe apresentada, entre logo em posse do dito cargo de Regente a dita D. Helena Pacheco para que a sirva em sua vida assim como o fazia sua mãe e a obedeçam e respeitem por sua Regente, as Donzellas do dito Recolhimento em tudo aquillo, que por ella lhes seja ordenado e toque ao seu governo. E esta cedula quero e mando, se cumpra inteiramente e sem duvida alguma, assim e da maneira que em ella se contem, ainda que não seja passada pela chancellaria e o seu effeito haja de durar mais de um anno, sem embargo da ordenação em contrario; e não pagou meia annata por não se dever: Marçal de Sousa a fez em Saragoça aos dito do mez de Outubro de mil seiscentos e quarenta e dois annos.

Diogo Soares a fez escrever, Rey, Simão de Andrade da Franca.

Passados os primeiros annos das guerras da independencia, tentou o Provedor e mesa do Recolhimento uma acção em Lisbôa para haverem o rendimento deixado pela fundadora, acção que perderam por se provar que D. Luiza Antonia de Barros não podia ter vendido em 1608 o juro que estava assente no almoxarifado do pescado, de Lisbôa, porque pertencia ao seu morgadio, apesar de no principio da questão, o Conde de S. Lourenço, Provedor do referido recolhimento, t'er obtido sentença favoravel, chegando a entrar na posse do pretendido juro e renditos, conforme communicou em 1655 á Regente do Recolhimento.

Terminadas as guerras da independencia e feitas as pazes em 1658 foi movido novo pleito, sendo a questão sentenciada a favor do Recolhimento de Ceuta succedendo o mesmo no Supremo Tribunal e tudo isto obtido por Antonio Corrêa da Franca da ordem de Christo, Fidalgo cavalleiro e secretario do tribunal de Estado da casa de Bragança o qual tambem conseguia que continuasse a s'er entregue á Mesericordia de Ceuta o legado que Francisco de Andrade, Governador Capitão General de Ceuta, Fidalgo da Casa Real, Commendador de S. João de Moreira na ordem de Christo, deixou em testamento e que constava, de trinta mil reis de juro na siza do pescado de Lisbôa e setenta mil reis sobre a renda que o Duque de Aveiro tinha em Torres Novas, para que a referida Casa da Mesericordia os distribuisse annualmente em missas, hospitalidade, esmolas a captivos e outros pobres, o que tudo tinha ficado suspenso desde 1640.

Em 1694, sitiada a praça de Ceuta, era regente do Recolhimento D. Catharina Lopes Bacellar que em vista do perigo do bombardeamento, mandou que cada uma das recolhidas fosse para a sua familia, continuando a ser-lhes distribuidos os alimentos a que tinham direito e o edificio do Recolhimento, menos a Igreja, converteu-se em quartel de soldados.

Falleceu esta Regente em 1703 em casa de seu parente Fernando Bacellar, que tambem morreu pouco depois.

Diz Alexandre Corrêa da Franca na sua *Historia de Ceuta* que por morte destas duas pessoas, recolheu alguns papeis pertencentes ao Real Collegio, e que

com outros que conseguiu adquirir os entregou ao Commissario Ordenador D. Ramon de Larumbe que então era Ministro Principal da Real Fazenda de Ceuta.

Os lugares de recolhidas que vagavam eram preenchidos por nomeação dos Governadores, por outras da mesma qualidade até que governando D. Gonçalo Chacon, mandou o Rei que o valor dos trigos das recolhidas que sahissessem ou morressem fosse aplicado no restabelecimento do edificio.

Quando morreu Antonio Corrêa da Franca, Secretario da Casa de Bragança, foi nomeado Procurador em Lisbôa, Feliciano Xavier da Silva que era genro de Antonio Corrêa da Franca por ter casado com a filha unica D. Helena de Mello e de sua mulher D. Angela de Mello.

Feliciano Xavier da Silva herdou em Portugal os cargos do sogro pelo que continuou tambem a tratar dos assumptos do Recolhimento de Ceuta ficando com o encargo de receber os juro referidos e remette-los para Ceuta o que ainda fez por duas vezes, sendo esta importancia junta com a que tinham depositada para começarem em 1734 a restauração do referido recolhimento sob a direcção do Commissario Ordenador D. Pedro Rebolar y de la Concha, Vedor de Ceuta.

A restauração devia tornar o edificio muito melhor do que era primitivamente, mas diz Alexandre Corrêa da Franca, auctor da *Historia de Ceuta* que quando a escreveu em 1750, estavam as obras paradas e por acabar.

D. Joanna Arraes de Mendonça, fundadora do Recolhimento das filhas dos Cavalleiros de Ceuta, era filha de Heitor de Andrade da Franca e de sua mulher D. Simôa Arraes de Mendonça, filha de João Arraes e de sua mulher D. Helena Pacheco.

Esta senhora D. Helena Pacheco, por morte de seu marido, João Arraes, e pelos serviços do mesmo, foi contemplada pelo Governador Capitão General de Ceuta, Jorge Pessanha, em 12 de julho de 1581, com uma fanga de trigo emquanto o Rei não lhe desse o que pelos serviços do marido lhe devia dar. Esta tença está registada a folhas 282 B. dum livro sem nome da Vedoria e Contadoria de Ceuta.

João Arraes, avô materno de D. Joanna Arraes de Mendonça, morreu no captiveiro sendo filho de Pedro Arraes, e teve pelos serviços de seu pae a tença de seis mil reis que o mesmo seu pae tinha como cavalleiro que foi morador em Ceuta e que vagaram pela sua morte. Consta este facto dum padrão de 2 de julho de 1540 registado a folhas 32 do livro denominado «Grados» da Vedoria e Contadoria de Ceuta.

Heitor de Andrade da Franca, pae de D. Joanna Arraes de Mendonça, quando Jorge Pessanha foi como Visitador a Ceuta em 14 de junho de 1585, segundo consta do relatorio do mesmo Visitador era Cavalleiro Fidalgo da Casa Real com 45 annos de idade e servia com seu cavallo, coiro d'anta, mangas de malha, morrião, lança e espada. Não tinha adarga e servia tambem com outro cavallo acobertado desde 1 de junho de 1580.

Em 1585 quando da inspecção do referido Visitador, estava Heitor de Andrade da Franca servindo o Contador da Real Fazenda emquanto estava ausente de Ceuta o proprietario deste officio Francisco de Andrade que depois foi Governador Capitão General de Ceuta de 1592.

Heitor de Andrade da Franca falleceu em 10 de Maio de 1605, como consta

do livro dos assentos d'obitos de Ceuta a folhas 148 B, conforme nos diz Alexandre Corrêa.

D. Joanna Arraes de Mendonça, filha como acima disse deste Heitor de Andrade de Franca e de sua mulher D. Simôa Arraes de Mendonça, quando da construcção do seu Recolhimento e respectiva Igreja, mandou collocar na Capella Mór duas sepulturas, sendo uma do lado do Evangelho para seus Paes com a seguinte inscripção:

SEPULTURA DE HEITOR DE ANDRADE DA FRANCA
E DE SUA MULHER
SIMOA ARRAES DE MENDONÇA E
DE SEUS HERDEIROS
FALLECEU A 10 DE MAIO DE 1605.

Diz Alexandre Corrêa da Franca que nesta sepultura estão alguns dos descendentes de Heitor de Andrade da Franca e que já de ha muito que a inscripção estava picada mas que ainda se percebia.

Da parte da Epistola do altar mór da mesma Igreja de Nossa Senhora do Rosario está outra sepultura com a seguinte inscripção:

SEPULTURA DE MANUEL DA COSTA
COMMENDADOR DA ORDEM DE CHRISTO E DE SUA
MULHER
JOANNA ARRAES DE MENDONÇA
FUNDADORA DESTA CASA
TEM MISSA QUOTIDIANA
FALLECEU NQ ANNO DE 1606

Pelas datas incluídas nestas inscripções se vê que tanto Heitor de Andrade da Franca, morto em 1605, como Manuel da Costa, morto em 1606, foram trasladados para a esta Igreja que foi edificada em 1612.

Lisboa, Dezembro de 1915.

AFFONSO DE DORNELLAS.

RELATORIO

Ex.^{mos} CONSOCIOS:

Em obediencia ao nosso estatuto, artigo 13.º, o Conselho de Direcção cessante vem pelo seu secretario resumir a V. Ex.^{as} a actividade da « Sociedade » no transacto anno.

Durante o anno de 1914-1915 realizaram-se 7 sessões ordinarias, deixando de haver sessão por falta de numero nos meses de Fevereiro e Maio, e por falta de convocação no de Março. O motivo de se haver deixado de fazer a convocação neste mês foi o entender o Conselho de Direcção que melhor seria aguardar as reparações no tecto da sala, do qual por effeito do prolongado mau tempo havia cahido um pedaço de estuque. Infelizmente, e apesar da bõa vontade do Ministerio da Instrucção, em especial do chefe da Repartição de Ensino Universitario, o sr. Queiroz Velloso, nosso consocio — a demora do respectivo processo pelas estações officiaes e a mudança de governo, após a sedição de Maio, impediram que essas obras se executassem. Anteriormente a estas diligencias, empregaram-se esforços para fazer sahir a « Sociedade » da sua séde, mas felizmente sem resultado. Esses esforços tornaram a « Sociedade » conhecida nas estações officiaes, e um ministro intelligente, o snr. Doutor Sobral Cid mandou-a louvar e reconhecer como instituição de utilidade publica pela portaria de 9 de Dezembro de 1914.

Nas 7 sessões que se realizaram, foram apresentadas as seguintes commu-
nicações:

- Snr. Joaquim Fontes — Classificação de alguns instrumentos paleolithicos da estação de Casal do Monte.
- » Prado Coelho — O ensino secundario e superior da historia litteraria.
 - » Pedro de Azevedo — Documentos para a biographia de Diogo de Couto.
 - » Affonso de Dornellas — O bastão dos capitães-generaes de Ceuta.
 - » Pedro de Azevedo — A representação dos Açores em Côrtes.
 - » Joaquim Fontes — A archeologia na guerra.
 - » Pedro de Azevedo — O naufragio de Camões e dos Lusíadas.
 - » Alvaro de Azevedo — Um soldado português na India.
 - » Edgar Prestage — Summario duma *Bibliographia Historica Portuguesa*.
 - » Fidelino de Figueiredo — Um incidente diplomatico em torno da prisão de Leonor da Fonseca Pimentel.

Estão pendentas as seguintes propostas para realização:

Do Snr. Edgar Prestage para a organização e publicação dum « *Vademecum* » do historiador, cujo plano se contem na acta que se acabou de lêr.

— Do mesmo e nossa para a organização da *Bibliographia Historica Portuguesa*, e outra só nossa para a organização duma *Bibliographia de Bibliographias*.

Duas deliberações da assembléa não podéram ser cumpridas: a representação á Camara Municipal de Lisbôa acêrca da arbitraria mudança dos nomes tradicionaes das ruas de Lisbôa, e ao Ministerio da Instrucção sobre o estado anómalo da Bibliotheca Nacional de Lisbôa. Essas representações não foram entregues porque tendo o municipio de Lisbôa e o ministerio da instrucção sido, após a insurreição de Maio, novamente entregues a um partido radical, nenhuma viabilidade havia a esperar para os desejos conservadores manifestados por uma «Sociedade» que tem de ser forçosamente tradicionalista. Essas representações foram redigidas e assignadas e poderão ser publicadas na *Revista de Historia*, se o futuro Conselho de Direcção assim o entender.

A affluencia de livros e revistas continuou regularmente, já por parte da «Sociedade», já por parte de auctores. Crêmos que para esta concorrência de offertas, que permittiu a fundação duma bibliotheca já apreciavel, sem dispendio, terá decerto contribuido o cuidado que tem sido dado á secção de critica bibliographica da *Revista*.

Apezar da bibliotheca se encontrar já completamente inventariada, era conveniente dividi-la em secções e proceder a uma arrumação conveniente que facilitasse a busca, e bem assim regular o serviço de empréstimos. Desse trabalho se desobrigou pontual e distinctamente o vogal bibliothecario do Conselho de Direcção cessante, Snr. Prado Coelho.

No anno transacto a «Sociedade» publicou 4 numeros da *Revista de Historia* de collaboração variada, cuja circulação vae augmentando no estrangeiro e 2 brochuras de propaganda da «Sociedade» e das revistas portuguezas de historia e disciplinas correlativas, de que fez e continua fazendo larga distribuição.

Estão decorrendo os centenarios da tomada de Ceuta e da morte de Affonso de Albuquerque, importantes commemorações historicas, que á «Sociedade» cumpria de algum modo solemnizar. Crêmos que todos os nossos consocios se lembram ainda dos projectos que houve e dos motivos da nossa completa abstenção.

Finalmente, temos de lembrar com magua que no passado anno a morte nos fez perder dois distinctos membros, os Ex.^{mos} Snrs. Visconde Meyrelles e Eugenio do Canto, a cuja memoria rendemos o preito da nossa veneração.

Taes são os factos que julgamos mais salientes e que attestam a bôa vontade duma corporação, que apezar de desajudada, affirma a plena consciencia do papel que lhe cabe.

O Conselho de Direcção, cujo mandato hoje termina, resolveu inaugurar uma pratica, não consignada no estatuto, mas que só lhe parece vantajosa: é a de propôr ao suffragio de V. Ex.^{as} uma lista de nomes para o Conselho de Direcção de 1915-1916.

Lisbôa, Sala das Sessões, 12 de Outubro de 1915.

O Secretario,

FIDELINO FIGUEIREDO.

FACTOS E NOTAS

Litteratura portugueza no estrangeiro — Em additamento á nota deste titulo publicada ao n.º 15, pag. 288, apontamos mais as seguintes especies: *Las siete canciones de la enamorada. Poema musical por Martin Codax, juglar del siglo XIII*, artigo na revista *Arte Español* anno III, n.º 1, fevereiro de 1914, assignado pelo pseudonymo D. L. D'Orvenipe; *Martin Codax: Las Siete Canciones de Amor*, ed. de Pedro Vindel, Madrid, 1915; *A proposito de Martim Codax e das suas cantigas de amor*, Sr.ª D. Carolina Michaëlis de Vasconcellos, artigo na *Revista de Filologia Española*, tomo 2.º, n.º 3.

Concurso historico — Foi-nos enviado, a proposito da nota inserta no nosso n.º 14, pag. 185, o seguinte texto de lei, que gostosamente reproduzimos:

O dr. Francisco de Paula Rodrigues Alves, Presidente do Estado de São Paulo, Faço saber que o Congresso Legislativo decretou, e eu promulgo, a lei seguinte:

Artigo 1.º O Governo promoverá a erecção de um monumento que perpetue, na collina do Ypiranga, a proclamação da Independencia Nacional, podendo, para esse fim, entender-se com o Governo da União e os dos Estados, de modo que o monumento projectado tenha character nacional.

Artigo 2.º Fica o Governo auctorizado a abrir concorrência publica, no paiz e no estrangeiro, para serem apresentados, dentro do prazo de um anno, projecto, planta *maquette* e orçamento do referido monumento.

Artigo 3.º O auctor do projecto que fôr classificado em primeiro logar, terá direito a um premio de 30:000\$000, em moeda brasileira, e o do que fôr classificado em segundo logar, a um de 15:000\$000, em egual moeda.

Artigo 4.º Fica o Governo auctorizado a premiar, com a quantia de 10:000\$000, em moeda brasileira, a melhor monographia que fôr escripta, em lingua vernacula, especialmente sobre o acontecimento de 7 de Setembro de 1822, e que deverá ser distribuida em commemoração á inauguração do monumento a que se refere o art. 1.º

Artigo 5.º Fica o Governo auctorizado a abrir os creditos necessarios para execução desta lei.

Artigo 6.º Revogam-se as disposições em contrario.

O Secretario de Estado dos Negocios do Interior assim a faça executar.

Palacio do Governo do Estado de São Paulo, em 31 de Outubro de 1912.

Francisco de Paula Rodrigues Alves

Altino Arantes.

Publicada na Secretaria de Estado dos Negocios do Interior, aos 4 de Novembro de 1912. — O director-geral, *Alvaro de Toledo*.

Santo Antonio de Lisboa — Em additamento ao que publicamos no n.º 12, pag. 356, enviou-nos o sr. dr. Alfredo Toledo, digno vice-presidente do *Instituto Historico de S. Paulo*, o documento a seguir transcripto. Muito agradecemos a deferencia do nosso illustre confrade brasileiro.

«Patente porq̃ S. Ex.ª há por bem offerecer ao Invicto, e glorioso Santo Antonio o posto de Coronel das Tropas desta Capitania, para que abençoando-as, e tomando-as debaixo do seu patrocínio, as ampare, e proteja em todos os seus movimentos.

Dom Luiz Antonio de Souza Botelho Mourão, Morgado de Matheus, Fidalgo da Casa de S. Mag.^o, e do seu Conselho, Senhor Donatario da Villa de Ovelha do Marão, Alcaide mor, e comendador da Comenda de Santa Maria de Vimiosa da Ordem de Christo, Governador actual do Castello da Barra de Vianna, Governador, e Capitão General da Capitania de S. Paulo, etc. — Faço saber aos que esta minha Carta Patente virem, que sendome presente por parte do Provedor, e mais Irmãos da Irmandade do Sñr. Santo Antonio, erecta pelo Ordinar.^o na Capella filial da Sé desta Cidade, que para augmento da devoção do mesmo Santo e á imitação do que se tem praticado nas mais capitánias deste Brazil, mepedião lhe mandasse passar Patente de Coronel dos Regimentos desta Capitania; e attendendo a que o sobredito Santo hé admiravel em milagres, e singular Protector dos Portuguezes, e santo de meu nome, m.^{to} poderoso para com o Senhor dos Exercitos, q̄ tem na sua mão: Hey por bem de lhe offerecer (como por esta lhe offereço) humildem.^{to}, e com toda a devoção, o posto de Coronel das Tropas desta Capitania de S. Paulo, e lhe rogo queira recebela debaixo da sua grande protecção, abençoando-as, e fazendo-as triunfar, e dilatar os dominios de S. Mag.^o Fidelissima, com gloria da Nasção, q̄ lhe deo o ser. Pelo que ordeno aos Officiaes, e Soldados das Tropas de toda esta Capitania reconheção ao Glorioso, e Invicto Santo Antonio por seu Coronel, e como a tal recorrerão para os prover de remedio em todas as suas necessidades assim temporaes como espirituaes. E por firmeza do referido mandey passar a presente, q̄ vay por duas vias, por mim assignada, e sellada com o sinete de minhas Armas. Dada nesta cidade de S. Paulo. Pedro Martins Coimbra official da Secretaria a fez aos cinco de Janeiro de mil setecentos sessenta e sete. Thomaz Pinto da Silva Secretar.^o do Governo a fez escrever. — Dom Luiz Antonio de Souza.»

(Archivo Publico do Estado de S. Paulo, T. C. — vol. 17, fls. 154 e v.).



BIBLIOGRAPHIA

Opere storiche del P. Matteo Ricci S. J. edite a cura del Comitato per le onoranze nazionali con Prolegomeni note e tavo le dal P. Pietro Tacchi Venturi s. J.
Vol. I — *I Commentarj della Cina* — Macerata, 1911.
Vol. II — *Le Lettere della Cina, 1580-1610* — Macerata 1913.

A obra de civilização christã levada a cabo pelos missionarios catholicos no Oriente, depois que Vasco da Gama abriu com suas caravelas o caminho para as Indias, mostra-se-nos cada dia mais sympathica e grandiosa com as producções litterarias, que tira a lume sem cessar este seculo de investigação historica. Mas todas ellas, seja qual fôr a nação em que appareçam e a lingua em que se entrajem, são monumentos das glorias de Portugal. Portugueses eram, na grande maioria, os missionarios, e da barra de Lisboa desferiam á vela as naus alterosas, que os levavam, a nacionaes e estrangeiros, unidos no mesmo intento de espalhar nas regiões do Nascente as luzes da fé e da sciencia.

Taes se nos apresentam os dois magnificos volumes de luxuosa edição, em que a Italia quiz publicar as obras historicas de um filho que a soube honrar, o grande *Geographo e Apostolo da China*, o jesuita P. Matheus Ricci.

Ao passarmos os olhos por estas paginas, ainda hoje palpitantes de interesse, deparam-se-nos com uma frequencia, que nos lisongeia o amor patrio, recordações de Portugal e nomes de Portugueses illustres. E bem nomeados são nas historias, entre os muitos que Ricci menciona, os nomes dos grandes missionarios jesuitas Melchior Carneiro, bispo de Nicea, Antonio de Almeida, Francisco Cabral, Manuel Dias, Duarte Sande, e particularmente o do açoriano Bento de Goes com as suas viagens aventurosas através das montanhas do Tibet em busca do Gran Cataio. Com agrado ahi lemos os principios da historica Macau, a cidade do Santo Nome de Deus; a origem do nome *China* divulgado pelos Portugueses, e referencias á fé e generosidade de nossos antigos conquistadores. São demais disto escriptos em lingua portuguesa no volume I, com parte do cap. 17.º, o cap. 18.º do liv. 4.º, e os cap. 18.º, 19.º e 20.º do liv. 5.º e no segundo volume as cartas 1, 1.ª 9, 10, 19, 38.ª e a XI, XXI, XXII e XXIII do appendice.

O valor historico da obra fica sobre todo o encarecimento. Ricci escreveu-a não por informações respigadas em livros alheios, mas guiado pelos conhecimentos que o proprio estudo e experiencia lhe armazenára nos thesoiros da memoria. A lingua e litteratura chinesa possuia-a com tal perfeição que admirava os mais doutos mandarins; a civilização do celeste imperio estudou-a nas mesmas obras de seus philosophos e escriptores; e os costumes viu-os com os proprios olhos e abraçou-os na vida pratica todas as vezes que não contrariavam a pureza da fé chistã. Por isso pôde o mesmo Ricci escrever nos *Commentarj* (pag. 2): «As noticias da China a ninguem será desagradavel conhecê-las antes por meio de nós, que ha trinta annos vivemos neste reino, discorremos pelas suas principaes e mais afamadas provincias, tractámos de continuo em ambas as côrtes com os magistrados de mais elevada graduacão e litteratos de maior nome, fallámos a sua lingua, aprendemos muito de proposito seus ritos e costumes e sobretudo folheámos com as proprias mãos os seus livros, antes, digo, que por parte de outros que nunca vieram á China e tudo souberam de narrações de outrem não tão bem informado como nós».

O estilo é lhano, sem artificio, mas nelle, como em espelho claro, se retrata o auctor com toda a rectidão, serenidade e constancia de sua bella alma, illuminado, para realce da virtude, pela modestia christã que lhe circunda a fronte como aureola graciosissima.

A engrandecer o merecimento desta notavel publicação concorreu o editor, o R. P. Pedro Tacchi Venturi s. j. com o seu raro conhecimento de historia adquirido pelas demoradas investigações, que tem feito, em archivos particulares e publicos da Europa. Cada um dos dois volumes os abriu com um prologo magistral e os foi illustrando pagina por pagina com preciosissimas notas, que derramam luz sobre o texto e sobre as personagens, em grande parte portuguesas, que entram em scena aqui e além na exposição de Ricci.

Realçam o valor litterario e artistico da edição finissimas illustrações, oito no 1.º vol., e quatro no 2.º, entre as quaes admiramos uma que nos representa a China e Asia Oriental desenhada pelo P. Ricci em 1601 no seu famoso Mappamundi em seis grandes quadros, e outra que nos mostra um retrato ideal do nosso Bento de Goes.

Com razão sobeja se pôde ufanar a Commissão de Macerata e o R. P. Tacchi Venturi de nos terem perpetuado em tão precioso monumento a lembrança do tricentenario do grande Apostolo que a 11 de Maio de 1610 pôs com morte de santo a corôa a 30 annos de labores evangelicos. De Lisboa zarpára Matheus Ricci a 24 de Março de 1578, com 26 annos de idade, precisamente três meses antes de sair pela mesma barra para o desastre de Alcacer-Kibir o mal aconselhado D. Sebastião. Na despedida, que os missionarios fizeram na côrte portuguesa, pôde o novo apostolo ouvir dos labios do rei commovido a expressiva exclamação. «E como hei-de agradecer ao Geral da Companhia de Jesus, que tão illustre soccorro de obreiros nos envia para o Oriente?» — F. R.

O Brasil e os estrangeiros, Edição do Instituto Historico e Geographico de S. Paulo, M. de Oliveira Lima, S. Paulo, 1913, 25 pags.

Este pequeno opusculo do nosso eminente consocio brasileiro, sr. Oliveira Lima, reproduz uma conferencia realizada na sociedade de Geographia de Antuerpia. Com grande poder de synthese, que não exclue certa individuação, o sr. Oliveira Lima aponta o concurso dos estrangeiros no desenvolvimento da grande nação irmã, o Brasil, já na occupação e exploração, já nos progressos da cultura espiritual e elogiosa divulgação das belezas e riquezas do paiz. Revela o pequeno escripto que o sr. Oliveira Lima sabe conciliar intelligente e nobremente o sentimento patrio e o reconhecimento pelos serviços á sua patria prestados pelos estrangeiros, e esta conciliação deriva ainda do seu amor da verdade e da sua vocação de historiador. — F. F.

Manual de História das Religiões, por Mgr. José Augusto Ferreira—Braga, 1914. Réplica de Eduardo Moreira ás considerações antepostas a uma sua apreciação.

Devo a Mgr. J. A. Ferreira o meu agradecimento pela attenção especial que lhe mereceu a minha despretenciosa nota bibliographica; e aos leitores da *Revista* uma explicação porventura mais cabal e clara do meu ponto de vista em questão.

Desvanço-me com o epitheto de «ingenuo» que de Sua Ex.^a recebi. Entretanto não poderei fazer de Sua Ex.^a affirmação igual.

De facto não é ingenuidade num homem de sciencia, ainda que o pareça, o declarar-se impossibilitado de discutir e ir dando a sua réplica. Como desejo, apesar de tudo, respeitar os melindres do meu illustre antagonista não entrarei em larga discussão theológica sobre a posição do romanismo, tanto mais que não é este o lugar proprio, mas direi que não defendi nem defendo a phrase «todas as religiões são boas» porque não a entendo: tal phrase diz de mais ou diz de menos.

Tambem notarei que Monsenhor Ferreira sómente attenua a significação das innovações, dizendo que a Igreja Romana «não mudou mas desenvolveu», e que as influencias judaica, classica e mithriaca estão reduzidas pelos archeologos catholicos «ás suas verdadeiras e justas proporções». Defenderei o meu criterio de evangélico affirmando que os meus estudos me deram a convicção de que *houve mudanças*; e nem o desenvolvimento acho admissivel em face da Bíblia. (1)

Como admittir uma Tradição em lucta com uma Revelação escripta, sendo ambas accites como fontes de fé? — perguntam os evangélicos que *se aproximaram* do Christianismo integral contido no ensino de Christo, pela conservação da fé primitiva ou pelo regresso a ella. E assim entendem que a tradição diz mais que a Bíblia, e diz demais; ou diz menos que a Bíblia, e diz de menos; ou ainda, diz o mesmo que a Bíblia, tendo então só o valor apologético, homilético ou exegetico.

Como explicação final do critério evangélico e para justificação do que eu dissera, affirmarei que a Igreja de Christo é espiritual, e essa é indefectivel. Organizações humanas são a Igreja de Roma, como a Orthodoxa, a Arménia, a Anglicana, a Lutherana. Essas estão sujeitas ao erro, á fraqueza, á mudança.

A idéa agostiniana duma organização universal visivel trouxe no decorrer dos séculos a contemporização com todas as dissidencias que surgiam, de boa ou má indole e tendencia, desde que ellas accitassem uma plataforma commum de respeito a determinadas auctoridades. Reeditou-se o systema ainda no pontificado de Leão XIII, quando se convidava o clero anglicano a entrar na communhão de Roma, sem celibato, com missa em inglês e com o reconhecimento de suas ordens. Dirão que eram casos de disciplina mas não me podem provar que outr'ora não houve casos de doutrina.

Repetirei: o christianismo integral está no ensino de Christo, *que mandou escrever* (2) e proibiu accrescentar (3); e está tambem nos individuos que o attingem, julgados pelo fôro intimo da sua consciencia e pelo tribunal supremo de Deus: Os crédos e as confissões religiosas, incluindo a do Vaticano e a do Fanar, aproximam-se-lhe (4) mais ou menos, e nisso a nossa lógica, o nosso estudo e a nossa experiencia as julgará (5) quanto ao grau de aproximação.

(1) Thiago I, 17.

(2) Apoc. *passim*.

(3) Deut. IV, 2 e XII, 32; Apoc. XX, 18 e 19.

(4) João XII, 32.

(5) Mat. VII, 20.

Tradição é já a *Didachê ton dodeka Apostolon* ou «Ensinho dos dōze Apostolos» (edição franceza de H. de Romestin; inglesa, trad. de Canon Spence, M. A., Londres, 1885; italiana, trad. de Giuseppe Vital, Milão, 1895); tradição são já os escriptos de canonizado Hippolyto contra os hereses, incluindo o chamado papa Calisto; e no emtanto que distancia que vae dellas ao moderno credo romano! Este é o nosso criterio. Julgue entre nós o desapaixonado e equilibrado cultor da sciencia que eu terminarei modificando a citada phrase de Verensfelds: «O Evangelho é um livro extraordinário onde os orgulhosos, porventura romanos, protestantes ou racionalistas, procuram justificar seus gostos e tendencias, mas onde o desprevenido christão encontra a verdade excelsa».

Pastor Eduardo Moreira.

Report of the Royal Society of Literature, Londres, 1914, 77 pags.

Esta pequena brochura contem o relatorio da actividade desta antiga e prestigiosa corporação no anno de 1913-1914. Convem lembrar que esta collectividade, cujo titulo exacto é o de *Royal Society of Literature of the United Kingdom*, existe desde 1825, fundada pelo rei Jorge IV. São os seus fins os seguintes: o progresso da litteratura pela publicação de reliquias ineditas da litteratura antiga, sem propositos mercantis, pois que o estatuto até preceitua que se evitem obras de character popular, que possam reclamar a attenção dos editores; promover descobertas litterarias; diligenciar, quanto possivel, fixar o modelo da pura linguagem inglesa e concorrer para o seu melhoramento lexicographico; realizar sessões e leituras publicas de communicações de historia, philosophia, poesia, philologia e artes; publicar destas communicações as que alcancem approvação; conceder recompensas honorificas a obras de grande merito litterario e a importantes descobertas de litteratura; e estabelecer correspondencia com homens de letras estrangeiros como fim de obter informações sobre as diversas litteraturas. O orgão da Sociedade é a publicação *Transactions*, de que já existem publicados 32 volumes.

Desde maio de 1913 a igual mês do anno passado, a Sociedade tomou conhecimento dos seguintes trabalhos, já em communicações isoladas, já em pequenos cursos de conferencias: *A poesia de William Allingham; Swift, Stella e Vanessa; As analogias e associações da musica e da litteratura; Nietzsche; Fontes litterarias do Lycidas de Milton; George Meredith—Anatole France e a França; as Obras poeticas de Carmen Sylva; a litteratura nacional do Egypto christão; George Crabbe; Charlotte Brontë; os poetas e os seus amigos; o futurismo e a forma na poesia; a idéa de comedia; Leconte de Lisle e a impersonalidade na poesia; o mundo grego em Keats e Leconte de Lisle*. O relatorio litterario é acompanhado dum relatorio financeiro, pelo qual se vê que a receita e a despeza se equilibraram, orçando ambas a £ 661, numero redondo, ou sejam, ao par, 2:999\$500 em moeda portuguesa. O seu fundo é de 7.950 libras, ou sejam, ainda ao par, 35.775\$. As relações de permuta com sociedades congeneres e academias inglesas e estrangeiras não parecem ser muito activas. No anno transacto nenhuma corporação allemã figura nessa permuta, e da França apenas se menciona a Universidade d'Aix. Não será, por isso, de admirar que nenhuma corporação portuguesa seja apontada na lista. No anno academico, que neste breve relatorio se rememora, a Sociedade perdeu tres membros estrangeiros, o Dr. Paul Johann Ludwig Heyse, dramaturgo, poeta e romancista allemão, e traductor para a sua lingua de obras dos maiores poetas italianos; o Prof. Arminius Vambery, orientalista e viajante; e o historiador e litterato Dr. Silas Weir Mitchell. Entre os acontecimentos importantes do mesmo anno a Sociedade conta a visita do grande critico dinamarquês, George Brandes, que na séde social realizou uma conferencia sobre Nietzsche, e a do grande romancista francês, Anatole France. Especialmente convidado, o director da *Revue*, de Paris, sr. Jean Finot, escreveu um pequeno estudo de conjuncto, *La Litterature Française en 1913*, que accresce a este relatorio. O texto do discurso anniversario do vice-presidente, Sir Edward Brabrook, e a lista dos socios cerram o pequeno volume. Na lista de nomes, dos mais distinctos homens de letras de diversas nacionalidades, figuram dois portugueses, o sr. Theophilo Braga e o sr. Ramalho Ortigão. Da vizinha Espanha apenas se aponta o sr. D. Rafael Altamira. E do Brasil sabemos haver sido recentemente eleito o nosso consocio, sr. Oliveira Lima.

Este rapido summario do conteudo da brochura noticiada deve dar uma imagem da actividade, da categoria e gravidade da douta corporação. — F. F.

Quando o presente n.º da *Revista* estava no prélo, recebemos o relatorio da mesma Sociedade referente ao anno de 1914-1915, do que fallaremos no proximo n.º 16.